

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

Canários e condores: as relações políticas durante a Ditadura Militar (1964-1985) e a configuração territorial do futebol no Brasil

Por: Rodrigo Accioli Almeida
Orientado por: Prof. Dr. Rodrigo R.H.F. Valverde

São Paulo

2017

RODRIGO ACCIOLI ALMEIDA

Canários e Condores: as relações políticas durante a Ditadura Militar (1964-1985) e a configuração territorial do futebol no Brasil

Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientado por: Prof. Dr. Rodrigo R. H. F. Valverde

São Paulo

2017

Agradecimentos

Esse trabalho é fruto do esforço de uma família da periferia de Carapicuíba (SP), que entendia que a Educação é a forma mais eficiente de revolucionar tanto a sociedade quanto suas próprias condições de vida. Nada disso seria possível se lá atrás uma senhora imigrante do Nordeste não tivesse criado seus 5 filhos contra todas as possibilidades da vida na periferia e os percalços de ser mãe solteira. Nada disso seria possível se quatro pessoas não tivessem dado o possível para que eu pudesse ter acesso a um ensino de qualidade e buscasse portas ao Ensino Superior em uma universidade pública. Nada disso não teria sido possível se nos momentos tão difíceis durante a vida, especialmente durante a graduação, meu pai Evaristo e minha família não tivessem me dado suporte.

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus familiares que infelizmente não estão mais aqui para ver esse trabalho pronto. Agradeço a minha mãe Márcia, meu tio Marcos, minha tia-avó Florinda e minha avó Lourdes, que me criaram e a quem devo muito do que sou e tenho hoje. Não tenho palavras para colocar no papel todo apoio, todo carinho e o quanto acreditaram em mim e me fizeram manter a cabeça erguida diante das adversidades que a vida trouxe. Espero que estejam orgulhosos como eu estou.

Agradeço também a todos meus parentes, especialmente a minha madrinha Edna, minha avó Floripes e meus avôs Milton e Floristo, além de todos os meus tios e primos. O apoio de vocês, desde as coisas mais pequenas até os momentos mais críticos, foi incrível e me deram sustentação quando precisei. É difícil precisar o quão importante vocês foram e são para mim, só posso dizer que é muito e que amo a todos do fundo do meu coração. E, claro, agradeço a meu pai Evaristo Almeida por ser o melhor pai que eu poderia ter.

Preciso também agradecer o apoio de todos os meus amigos, desde os tempos de infância até os dias atuais, dos que moram longe e dos que gostaria de ter por perto todos os dias. Vocês foram e são incríveis e só não nomeio a todos com medo de esquecer alguém. Obrigado pelos conselhos, pela companhia, pelas risadas, pela divisão dos momentos bons e de todas as aflições. Foram muitas para tudo quanto é lado, como bem sabem. Dentre todos, não tem como eu não agradecer ao Gabriel Cardoso Bom por todo o suporte dado a esse trabalho, desde empréstimo de equipamentos até a ajuda na transcrição das entrevistas e revisão do trabalho. Agradeço também a Melissa Guzella pelas indicações de leitura, assim como ao Leon Dias Rios, Gabriela Sadala, Gullit Torres, André

SAP, Caio Ardenghe, Letícia Costa, Letícia Tiveran, e Rebeca Mayumi pelas orientações e apoio durante a confecção do texto. Obrigado também ao Marcus Ecclissi, Júlio César, Juliana Zanezi, Isis Tonso, Felipe Frazão e Wemerson Pereira por me aguentarem na faculdade durante todo o tempo em que estive executando esse trabalho.

Agradeço também aos meus colegas de curso por toda a caminhada e troca de experiências e a todos os meus professores. Dentre eles, obrigado ao Prof. Dr. Fábio B. Contel por orientar-me na minha primeira experiência de pesquisa, foi um aprendizado ímpar para minha vida acadêmica. Agradeço ao Prof. Dr. Flávio de Campos do LUDENS-USP pela experiência de poder vivenciar mais de perto pesquisas e discussões acerca do futebol dentro da academia. Participar das atividades do laboratório me abriu a mente a uma série de questões e ensinamentos dos quais eu não nunca teria acesso. Assim como agradeço a Associação de Pesquisadores e Historiadores do Santos FC pela acolhida e o conhecimento adquirido, e aos meus companheiros dos coletivos políticos dos quais estou inserido.

Agradeço também ao Prof. Dr. Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde por orientar-me durante o TGI, sendo fundamental ao meu progresso durante a pesquisa e na maturação das reflexões acerca do objeto estudado, além de fomentar em mim o interesse no estudo acerca de como futebol e Geografia podem ser relacionados em uma pesquisa.

Agradeço também a toda a Vila Iza (ou Vila Silviana) e todo o seu acolhimento durante toda a minha vida. Vocês foram muito importantes a mim, são parte do que eu sou. Não poderia ter existido um lugar melhor para nascer e crescer. Assim como agradeço do fundo da alma a toda família Penaforte, do qual sinto-me integrante.

Por fim, um agradecimento todo especial para Adriano Diogo e Juca Kfourí, pelas aulas que me proporcionaram através das entrevistas, além de uma série de indicações das quais esse trabalho foi muito influenciado.

Obrigado a todos que de alguma forma influenciaram e estiveram junto nessa caminhada. Com vocês, eu nunca caminhei sozinho.

Resumo

ALMEIDA, Rodrigo A. ***Canários e condores: as relações políticas durante a Ditadura Militar (1964-1985) e a configuração territorial do futebol no Brasil***. 2017. 93f. Trabalho de Graduação Individual – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

O futebol é o esporte mais popular do planeta, cujas movimentações financeiras giram cifras bilionárias e atrai o interesse de aficionados em todo o planeta. Reconhecido como esporte de massa, o futebol envolve-se com diversas dinâmicas sociais, especialmente as de grupos sociais e suas mitologias, simbologias, ritos e linguagens. Por conta de sua aceitação em diversas classes sociais, o futebol foi objeto de interesse e de ação de diversos Estados, inclusive no Brasil. Essas relações entre Estado, sociedade e futebol têm uma espacialidade específica dentro do território nacional. No caso brasileiro, o interesse estatal no futebol é verificado desde a criação da Confederação Brasileira de Desportos em 1916 na sede do Ministério das Relações Exteriores, passando pela criação de instituições de regulamentação e intervenção no esporte durante o Estado Novo (1937-1946) e pelo projeto Brasil Grande Potência durante a Ditadura Militar. Portanto, objetivo desse trabalho é analisar as diferenças entre a configuração territorial do futebol de antes do Golpe de 1964 e no período posterior ao regime militar, com ênfase nas mudanças provocadas pelo Almirante Heleno Nunes em sua passagem como presidente da CBD.

Palavras-chave: Território, Configuração Territorial, Ditadura Militar, Futebol

Abstract

ALMEIDA, Rodrigo A. *Canaries and condors: political relations during the Military Dictatorship (1964-1985) and the football territorial configuration in Brazil*. 2017. 93f. Trabalho de Graduação Individual – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

Football is the most popular sport which financial transactions moves billions as it attracts supporters all around the world. Football is known as a massive sport, involving itself with social dynamics, especially with social groups and their myths, symbols, rites and languages. Due its acceptance in any social classes, this sport was object of interest and action by many states, including Brazil. Its relations with state and society got an specific spaciality inside the national territory. In the Brazilian case, state interest is since the foundation of the national football association in 1916 in the Foreign Relations Office, passing thru the creation of new institutions to regulate and to intervene in the sport during the New State period (1937-1946) until the Brazil Great Power Project in the military dictatorship. There, this work means to analyze differences between football's territorial configuration in the period before 1964 Coup of State and after the military regime, with an emphasis in the changes made by Admiral Heleno Nunes as Brazilian football association chief board.

Key words: Territory, Territorial Configuration, Military Dictatorship, Football

Sumário

Introdução	8
Capítulo 1 – O Surgimento do Futebol	12
I.I O apito inicial do futebol	15
I.II A apropriação do futebol pelas massas	18
I.III O Espriamento do jogo além das Ilhas Britânicas	19
I.IV Futebol e o interesse nacional	24
Capítulo 2 – Jogando Espaço: futebol, Estado e território no Brasil	32
II.I – Território, configuração territorial e estado	33
II.II – De Pedro a Charles – A formação territorial brasileira e a chegada do futebol ao país	34
II.III - Rola a Bola no Brasil: A formação das primeiras agremiações e ligas de futebol	38
II.IV – A Criação da Confederação Brasileira de Desportos (CBD)	40
II.V Gravatas e Cartolas: As intervenções estatais no futebol brasileiro de 1920 a 1946	43
II.VI – Brasil: Região Concentrada, integração nacional e dois títulos mundiais	48
Capítulo 3 - Canários e Condores: as modificações na configuração territorial do futebol durante a Ditadura Militar	57
III.I Os antecedentes ao Golpe de 1964	58
III.II A configuração política e territorial do Brasil durante o Regime Militar	60
III.III – O Arenão: A criação do Campeonato Brasileiro e a federalização política do futebol	65
III.IV – Arquibaldos e geraldinos: estádios como produto de projetos e relações políticas	77
III.V - A Expansão da informação sobre clubes e campeonatos fora do eixo Rio-São Paulo a partir do Campeonato Brasileiro	82
Considerações Finais	86
Bibliografia	89
Anexo I: Tabela de Clubes Por Estado e Região no Campeonato Brasileiro (1971-1985)	92

Introdução

Estádio Azteca, 21 de junho de 1970. A Copa do México havia sido um sucesso, tanto em termos de transmissão ao redor do planeta, de vendas de *tickets* aos jogos e também de qualidade técnica das equipes. Grandes seleções haviam disputado o torneio, como a Inglaterra de Gordon Banks e a Alemanha de Gert Müller e Franz Beckenbauer, chegando à final duas seleções bicampeãs mundiais, Itália e Brasil. O estilo *caternaccio* contra o “futebol arte”, Mazzola contra Pelé, “80 milhões em ação” no “país do futebol”. Quem vencesse ficaria com a Taça Jules Rimet e se isolaria como único tricampeão mundial de futebol no planeta. No Brasil e ao redor do mundo, milhões de pessoas se reuniam no entorno dos velhos rádios e dos novos aparelhos televisores para ouvirem ou assistirem ao jogo final.

O resultado do jogo já se sabe, o Brasil venceu por 4 tentos a 1, sagrando-se o maior campeão de futebol de todos os tempos. Pode-se imaginar atualmente que o feito brasileiro foi motivo de orgulho, afinal para a maior parte da população do globo o sucesso no futebol é tão ou mais valorizado que uma vitória nas Olimpíadas. O poder político do futebol espalha-se de tal forma que a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), entidade máxima do futebol mundial, conta atualmente com 209 confederações filiadas, sendo 18 países filiados a mais do total da Organização das Nações Unidas (ONU).

Por que estudar futebol? Eduardo Galeano, em seu livro “O Futebol Ao Sol e à Sombra”, pergunta-se “em que o futebol se parece com Deus”, respondendo em seguida: “na devoção depositada por muitos crentes e na desconfiança de muitos intelectuais.” O esporte mais conhecido no planeta, cuja importância no mundo contemporâneo é inegável, desperta sentimentos e percepções diferenciadas entre os indivíduos praticantes. Aqui entende-se que esses sentimentos e percepções diferenciadas, causadas por experiências individuais e coletivas, formam relações de identidade entre os indivíduos. Além disso, nenhum outro esporte conseguiu dramatizar tão bem fenômenos sociais e políticos como o futebol. Times de operários, de estudantes abastados, de cristãos católicos, cristãos protestantes. Através do futebol uma série de grupos sociais encontram-se em igualdade de número e com o mesmo objetivo: colocar a bola no gol adversário.

Uma ressalva importante é a escolha para esse trabalho do futebol masculino profissional, essa modalidade que passa na televisão (seja na TV paga para um jogo da UEFA Champions League ou na Rede Vida para Batatais e Atibaia pela Série A2 do

Campeonato Paulista). Por conta do recorte dado, o futebol feminino não é abordado, pois não havia um campeonato nacional de clubes oficial da confederação de futebol nacional, muito por conta de restrições surgidas na Era Vargas. Durante os anos 1930, o Conselho Nacional de Desportos do Estado Novo proibiu a modalidade às mulheres, só voltando a poder ser uma prática esportiva em 1971. Essas restrições não se deram somente no Brasil, ocorrendo em outros pontos do mundo como a Inglaterra, país que chegou a ter mais de uma centena de clubes femininos na primeira década do século XX, antes de ser proibido. Muito se diz que era por conta da maternidade ou do caráter bruto do jogo, um discurso inventado e reconhecidamente não verdadeiro.

As ligas alternativas de futebol ajudaram o esporte a se espalhar pelo país, porém estavam muito distantes do Estado brasileiro, além de terem diversos formatos e ocorrências simultâneas, o que dificultaria muito precisar qual clube de qual lugar foi fomentado por projetos políticos. Dessa forma, trata-se aqui do futebol masculino de clubes e seleções, com o foco no Brasil dos anos da Ditadura Militar.

A temporalidade, aliás, foi escolhida conforme houve a intersecção de três eventos importantes: a passagem do meio técnico ao meio técnico-científico-informacional, resultando na integração do Brasil como território; o surgimento dos campeonatos nacionais, com maior destaque ao Campeonato Brasileiro; e a ausência de democracia por conta de um governo ditatorial por parte dos militares. Além disso, as relações entre os militares, a classe política e os dirigentes, muitas vezes os dois últimos confundindo-se nas mesmas funções, resultaram em alterações significativas no futebol nacional.

O objetivo desse trabalho é entender e analisar quais as alterações ocorridas na configuração territorial do futebol brasileiro durante o regime militar e quais os processos políticos que foram predominantes. Para tal, assume-se aqui que já havia uma configuração territorial do futebol prévia, estabelecida através de sistemas de ações e sistemas de objetos distintos aos disponíveis nas décadas de 1960 e 1970. Porém, é importante observar que por mais que os objetos técnicos fossem distintos, muito do planejamento estatal era proveniente de lógicas pensadas nas décadas anteriores ao golpe, mais precisamente nas décadas de 1930 e 1940.

O trabalho divide-se então em três fases. A primeira visa entender o futebol como fenômeno social, traçando seu histórico desde o século XIX na Inglaterra e procurando observar como as classes trabalhadoras se apropriam do jogo e a partir de então há uma

difusão do futebol por toda a Europa Ocidental e América do Sul. Outro ponto importante observado nesse primeiro momento é a razão dos Estados empreenderem políticas públicas ao futebol e os interesses tanto na política interna quanto externa.

A segunda fase tem como objetivo elucidar a configuração territorial do futebol brasileiro antes do Golpe de 1964. Para tal, através do entendimento dos geógrafos Milton Santos e Maria Laura Silveira, é discutido o que se entende como configuração territorial e o modo de aplicar esse conceito ao futebol. Na sequência, faz-se um apanhado geral da configuração territorial do Brasil desde a colonização portuguesa até a chegada do futebol no país, pensando nas condições sócio-espaciais nas quais o futebol vai ser praticado. O ponto crucial a partir de então é questionar quais as motivações políticas dos governos com o futebol e como isso resultou na criação da Confederação Brasileira de Desportos e nas brigas regionais entre dirigentes cariocas e paulistas.

Com o Golpe de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas ao poder, o futebol passa a ser política pública fundamental, tornando comum a prática de incentivo estatal na modalidade, algo que havia ocorrido pela primeira vez em 1928. A partir de então, o trabalho discute quais as consequências desse plano de nação varguista, onde se começa a pensar na integração nacional do país, e como o futebol esteve presente. Com isso, é traçado o histórico de crescimento industrial de São Paulo e como este foi mobilizador de novas infraestruturas e criação de um mercado interno para sustentar sua produção. Essa demanda paulista vai resultar em uma aceleração da integração nacional do país, sendo assim possível a construção de Brasília, por exemplo. Nesse novo momento, já foi possível a criação de um campeonato nacional de clubes, a Taça Brasil, cujas características são utilizadas para apontar o estado da configuração territorial do país - e do futebol – naquele período.

O último capítulo do trabalho começa com os antecedentes políticos ao Golpe Civil-Militar de 1964, abordando todo o período democrático desde 1946. Dessa forma, visa-se elucidar quais as pretensões dos militares ao tomarem o poder e quais as consequências sócio-políticas disso. Com essa discussão feita e com a configuração territorial do futebol discutida no capítulo anterior, é possível apresentar como as intenções do Poder Executivo e o jogo político durante a Ditadura Militar resultam em alterações significativas no território.

Os resultados apresentados nessa terceira fase dividem-se em três discussões que se completam a e conversam entre si. Primeiramente, o trabalho apresenta como o

Campeonato Brasileiro só foi possível em um momento onde a integração do país estava avançada e como a entrada de clubes na elite do futebol brasileiro só foi possível atendendo a interesses políticos de Havellange e do regime militar. O segundo ponto trata sobre a alteração mais visível na paisagem de todo esse processo: a construção de inúmeros estádios no país e o gigantismo dessas obras. Discute-se nesse ponto qual o motivo da construção de mais de 50 praças esportivas voltadas ao futebol e suas razões de construção. Por fim, além da circulação de pessoas, a integração nacional também tornou possível o espraiamento da rede de comunicações no Brasil. A partir disso, observa-se como o Campeonato Brasileiro trouxe ao conhecimento, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro, de clubes de outras regiões e os impactos disso na Seleção Brasileira e na mudança no jogo de força entre os clubes brasileiros.

Capítulo 1 – O Surgimento do Futebol

Futebol. O jogo onde 22 pessoas chutam uma bola em um gramado, por mais que muitos jogadores domingueiros apenas imaginem o verde em meio ao laranja escuro do barro, cujo objetivo é alcançar a baliza do lado oposto ao qual se defende. Essa finalidade simples, assim como o material necessário para realizar tal tarefa, os pés, possibilitou que o jogo fosse adaptado aos mais diversos ambientes imagináveis, desde as dimensões métricas oficiais (110 metros de comprimento por 70 metros de largura) até vielas, becos e praias.

Surgido na Grã-Bretanha, o futebol foi disseminado em todos os continentes tornando-se o esporte mais praticado em todo o planeta. A organização internacional que regula o esporte, a FIFA, conta atualmente com 209 confederações filiadas, sendo 18 países filiados a mais do total da Organização das Nações Unidas (ONU), elucidando assim sua capilaridade mundial e a influência política da instituição.

O futebol, segundo Campos e Moraes (2010), é um conjunto de símbolos, gestos e ritualizações de forma a ser linguagem compreensível em quase todas as partes do mundo contemporâneo. Em outras palavras, se forem colocadas 2 traves, sejam no modelo oficial ou apenas pedras demarcando a área do gol, um indivíduo é capaz de entender e interagir sem que a comunicação verbal seja plenamente estabelecida. Outro ponto importante levantado pelo autor é a questão do futebol como um microcosmo onde há um universo temporário, o tempo de jogo, com regras, tempos e espaços dados próprios.

Além da questão linguística, outro ponto importante na análise sobre a importância social do futebol está em seu caráter formador de identidades. O que aqui se entende como identidade vai de encontro ao que pensa Toledo (2010), colocando esta como experiência compartilhada entre o eu e as demais subjetividades presentes no espaço de jogo. A relação entre subjetividades, segundo o autor, resulta em tensões capazes de criar relações identitárias. Essas relações identitárias são pensadas no ato de torcer, onde o indivíduo se insere dentro de uma multidão, tanto de pessoas quanto de objetos e símbolos.

Torcer é fustigar a esfera segura da individualidade, e nessa medida, seria como que experimentar extensões, torções e projeções do “eu” na esfera pública, ou, aproximando-nos de conceituações como as de Gell, tornar-se torcedor seria como “distribuir a pessoa” num universo integrado por outros milhares de indivíduos, coisas, objetos, seres cosmológicos, todos arrebatados e articulados na arte e artefato do futebol: camisetas dos times queridos, bolas, troféus, chaveiros (...) avidamente disponibilizados pela e para a vontade torcedora expressam algo muito maior que a mera compulsão consumista, pois há algo de nós nesses objetos, há algo dos objetos agenciados em nós. (TOLEDO, L., 2010, p. 182)

A identidade também pode ser observada através do pertencimento a culturas, etnias, raças, idiomas, religiões ou, em aspectos geográficos, o sentimento de pertencer a um bairro, cidade ou a uma determinada região¹. Santos (2012) observa que a cidadania no final do século XIX é permeada pela tomada de consciência relacionada a símbolos, rituais e práticas de sociabilidade, tendo então a identidade um papel muito importante nessa sociedade.

Esses anseios sociais surgem junto à modernidade, cuja característica principal é ser um conjunto de práticas sociais, econômicas e culturais, em outros termos trata-se de uma organização nova da forma de viver. A modernidade insere-se no mundo urbano e industrial, onde as práticas cotidianas, especialmente no lazer, definem os grupos sociais. O futebol era visto como prática salutar pela elite e acaba por tornar-se objeto de interesse das camadas populares.

A incorporação do futebol pelas camadas populares sugere a formação de novas identidades distintas dos valores tradicionais e típicos da elite. Essas novas identidades propiciaram a criação de clubes de diversas origens, além de modificarem em parte a espectação dos clubes formados pela elite, uma vez que além dos jogadores de origem operária incorporados nos esportes, surgem brechas de acesso ao espaço de socialização. Assim, o futebol tornar-se o jogo tanto da elite quanto dos demais setores da sociedade.

Hilário Franco Júnior (2007) diz que o futebol é metáfora antropológica, religiosa, linguística e política. Em termos antropológicos, o autor vê no futebol um espírito de clãs, criados a partir das identidades próprias desse momento em que a sociedade industrial e o surgimento da cidadania substituem os sentimentos de pertencimento, de grupo ou de lugar, existentes anteriormente. Essas identidades estão postas entre os adeptos de um mesmo clube através de elementos como o seu

¹ Nesse ponto, a importância do estádio como símbolo na paisagem torna-se evidente.

passado lendário comum, o nome, o brasão, as cores e o totem. O clube de futebol representa um grupo social e todos esses itens acabam por construir a imagem desse clã tanto aos seus membros quanto aos membros dos demais. É interessante notar que a construção do totem, sinal, marca ou figura que representa um grupo² pode ser feita através da ligação com as cores do clube, caso de Manchester United e Deportivo Cali sendo Diabos Vermelhos por conta do uniforme, ou por uma conotação pejorativa ressignificada de um rival, caso de muitos times brasileiros onde uma adjetivação pejorativa como “porco” dada pelos rivais foi apropriada e ressignificada como identidade dos torcedores do Palmeiras.

Franco Jr. (2007) vê no futebol um caráter de alternativa sagrada dentro de uma sociedade que as lógicas naturais, onde o autor enxerga como lugar da religião nas sociedades tradicionais, foram totalmente tomadas pela lógica científica e da produção. Hobsbawn, historiador inglês, afirma que o futebol é a religião laica do proletariado. A terminologia do futebol expressa a religião, uma vez que o estádio é o “templo”, a camisa o “manto sagrado”, Pelé um “deus”, as defesas de um goleiro “milagres”. Como mitologia, o autor argumenta que o futebol coloca o rito em um segundo plano, pois a cada rito (partida) reforça-se os mitos através de todos os fatores que ocorrem nos 90 minutos de jogo.

O rito futebolístico, como os demais, ocorre em espaço específico, independente de sua condição material. A missa é a mesma na Notre-Dame de Paris ou na igreja paroquial de uma pequena cidade do interior de Honduras – embora, é claro, objetos litúrgicos utilizados no primeiro caso sejam muito mais ricos que no segundo. O futebol é o mesmo, jogado no Maracanã ou no campinho de um time amador de qualquer canto do mundo. Ainda que, obviamente, a qualidade dos equipamentos usados pelos jogadores nos dois locais e a diferença técnica entre eles sejam abissais. A dimensão social e estética do rito pode variar sem deixar de ser estruturalmente rito. (FRANCO Jr., Hilário. 2007, p.271).

O trecho acima é essencial ao entendimento de como o futebol criado nas cidades industriais britânicas conseguiu difundir-se por todos os cantos do planeta, mesmo em regiões com características sócio-espaciais muito diversas de Londres ou Liverpool do século XIX. Da mesma maneira com que esse esporte foi utilizado como meio propagandístico de diversas formas de regime, desde as democracias ocidentais aos regimes de exceção. Como festa, o futebol é um momento de válvula de escape

² Termo elucidado também por Elisée Réclus (1985) ao descrever sociedades tradicionais onde o sentido de união do grupo estava justamente no totem, sendo este normalmente um animal ou algo da própria terra onde viviam.

do real, representação imaginária dotada de conseguir dramatizar contextos sociais de forma que a “guerra simbólica do futebol” não altere a rotina da sociedade global.

Além da questão social, cultural e política, o futebol é entendido como esporte. Por jogo entende-se uma atividade lúdica com flexibilização – ou invenção imediata – das regras e da forma de jogar, enquanto que por esporte entende-se que não somente as regras e a forma de jogar estão pré-estabelecidas antes de uma partida, havendo uma institucionalização esportiva através de comitês e federações.

Nesse capítulo é pretendido elucidar a motivação de estudar a configuração territorial de um esporte específico em um universo permeado por tantos outros. Em alguns lugares, como nos Estados Unidos da América, claramente não faria sentido devido à pouca relevância entre praticantes e espectadores do futebol. No Brasil, o esse esporte é um fenômeno urbano surgido no final do século XIX conseguindo abarcar tanto a elite quanto as camadas mais baixas da sociedade brasileira em seu interesse pela prática e pela assistência. Como consequência dessa efervescência esportiva, o Estado brasileiro começa a aparelhar o futebol, sobretudo com o atrelamento da Confederação Brasileira de Desportos³ ao corpo ministerial do Governo Vargas, tornando-o parte de um jogo de políticas públicas com os mais diversos interesses.

I.1 O apito inicial do futebol

Os pés e a bola nunca possuíram um endereço fixo ou um tempo certo para se encontrarem. Além do *football mass*⁴, jogo ao futebol, é possível citar diversas modalidades lúdicas similares ao jogo de futebol em épocas e lugares distintos. Dentre todas é possível citar alguns exemplos como na China por volta de 3.000 a.C., no Império Azteca e no *calcio* da Florença medieval. No entanto, futebol como esporte surgiu na Inglaterra em meados do século XIX a princípio como um jogo cunhado por um grupo de escolas da elite inglesa.

O jogo desse grupo de escolas inglesas, assim como outros jogos da mesma região, é uma adaptação do *football mass* praticado na Grã-Bretanha desde o período medieval. Não sendo um jogo aristocrático, o *football mass* consistia na divisão de um povoado em duas zonas, cada uma contendo uma equipe. O objetivo de uma equipe

³ Lembrando que a CBD, por mais que não fosse uma instituição estatal em seu início, foi fundada dentro do Ministério das Relações Exteriores do Brasil em 1916.

⁴ *Folk football*, ou *hurling* são outras denominações encontradas normalmente sobre o mesmo jogo.

no jogo era atravessar toda a zona adversária até o limite do povoado, conseguindo assim pontuar. Não havia regras, tampouco um limite de participantes¹ para cada equipe. Dessa forma, o jogo era extremamente violento, não tendo nenhum tipo de punição aos jogadores por agressões ou lesões causadas a adversários.

A Igreja Católica não aprovava a prática do jogo inglês por considerá-lo um ato imoral e uma troca repugnante entre os imperativos da alma por impulsos carnis. A liberdade de corpos, incluindo comportamentos obscenos e a transgressão às regras, como se houvesse uma modificação das normas naquele espaço durante o período dos jogos, era justamente o comportamento contrário ao incentivado pelos clérigos. Contudo, devido à popularidade e ao espraio da prática por toda a Inglaterra, extinguir a modalidade tornou-se inviável, obrigando as autoridades religiosas a incorporar o jogo aos ritos dos festivais religiosos, conseguindo ao menos limitar os momentos e espaços de prática.

É interessante observar que não somente o clero católico considerava o *football mass*, dentre outras modalidades lúdicas fora dos costumes aristocráticos, um desvio do que seria recomendável ao indivíduo. Por motivações distintas às clericais, os pensadores humanistas não aprovavam essas modalidades lúdicas por entenderem que não se encaixavam ao padrão erudito de Homem por eles idealizado.

No século XVIII, o pensamento iluminista começou a dar valor ao corpo e às práticas que visassem o aprimoramento das capacidades físicas do indivíduo. A partir de então, as modalidades lúdicas tornam-se práticas consideradas salutaras ao indivíduo e foram fomentadas como práticas escolares das elites. As instituições de ensino utilizavam-nas como forma de ensinar noções disciplinares além de elucidar metaforicamente o sentido militar de unidade através do time.

A Inglaterra, nesse período, começou seu processo de integração territorial através do modal ferroviário. Devido às necessidades do capitalismo industrial inglês, a circulação de pessoas e mercadorias através de objetos técnicos rudimentares, como estradas sem pavimento⁵, causando dificuldades no escoamento de matérias-primas e da produção propriamente dita. Com a chegada da ferrovia, além do ganho na quantidade de mercadorias transportadas houve também uma diminuição significativa do tempo de deslocamento. Assim, formou-se uma rede⁶ através da malha

⁵ As estradas inglesas são descritas por Hobsbawm como vias de circulação para veículos de tração animal e, em muitos casos, nada além de uma trilha.

⁶ Rede no sentido de Milton Santos (2014), ou seja, um conjunto de objetos que integram fixos em um determinado espaço fazendo o transporte de fluxos de mercadorias, informação, pessoas.

ferroviária inglesa, tornando possível o encontro entre escolas de pontos distantes do território inglês.

Em termos das práticas lúdicas, cada localidade havia criado seu próprio corpo de regras, normalmente regido pelas escolas, tendo então o isolamento geográfico causado criações totalmente locais. Com o advento técnico da ferrovia, surgiu o interesse por parte das escolas de se enfrentarem e este ainda esbarrava no impedimento de não haver um código único de regras. Por conta disso, membros de onze escolas⁷ decidiram criar um código de regras que criasse uma unidade na forma de jogar, respeitando dentro do possível as tradições de cada local. O resultado dessa reunião é o futebol, cujo nome oficial é *association football*, ou seja, o futebol da “associação” das escolas⁸.

Em outras escolas surgiram outras modalidades, como é o caso do *rugby*, criado na escola homônima em 1823. A separação organizacional das duas modalidades, já em termos esportivos, ocorre com a criação da *Football Association* (FA) e da *The Rugby Football Union*, ambas em 1871. Essa organização de tabelas de confrontos, regras e a logística em nível nacional foi importante para a difusão e consolidação do esporte na Inglaterra. Nesse mesmo ano, a FA organiza sua primeira copa, a *Challenge Cup*, atual *FA Cup*, com apenas 16 participantes, pois muitos clubes alegaram não possuíam fundos suficientes para realizarem grandes deslocamentos de maneira consecutiva.

O time de futebol mais antigo que se tem notícia é o *Sheffield Football Club*, da cidade homônima no norte da Inglaterra, em 1857. A importância do time não é apenas de data, pois as regras fundamentais do futebol foram escritas por seus fundadores e levadas como base para a fundação da associação de futebol. O Sheffield foi fundado no norte da Inglaterra a aproximadamente 210 quilômetros de Cambridge e 260 km de Londres, mostrando assim o espraiamento do futebol pelo território inglês antes mesmo da fundação da associação nacional de futebol.

⁷ Dentre as mais conhecidas Cambridge, Oxford e Eton. Sobre a última é necessário frisar que o time de futebol ali surgido foi um dos principais na Inglaterra até o início do século XX.

⁸ Muitos clubes na Inglaterra ainda mantêm a prática de se autodenominarem “*association football clubs*”, ou seja, *clubes de association football*. Essa distinção evidencia que há outras possibilidades de futebol, em especial o *rugby football* na Inglaterra. Exemplos são o AFC Wimbledon e o Sunderland AFC pelo futebol e Canterbury RFC pelo *rugby*.

I.II A apropriação do futebol pelas massas

O futebol tornou-se um elemento cultural de abrangência nacional na Inglaterra, extrapolando a prática antes restrita aos colégios da elite inglesa e alcançando outros grupos sociais, em especial o operariado. Nesse processo, é necessário salientar que ocorreram diversas formas de difusão do novo esporte. Além da observação da prática e do ensino em ambiente escolar, paróquias também foram responsáveis pelo espriamento da prática futebolística, resultando na criação de clubes ainda ativos como *Everton*, *Wolverhampton Wanderers*, *Aston Villa* e *Blackpool*. Dessa maneira, é interessante observar a pluralidade nas formas de difusão do futebol, desde elementos religiosos até a cópia nas áreas marginais das cidades do jogo dos garotos da elite.

Agostino(2012) aponta que a prática do futebol foi amplamente criticada pelos socialistas da época, pois o jogo causava o desvio do operariado de sua experiência política, servindo de instrumento de manipulação e de controle por parte das classes dominantes. O autor pontua, por outro lado, que muitos clubes foram criados por associações operárias e no intuito de apoiar ou homenagear as lutas proletárias. A diminuição na carga de trabalho, as demandas de lazer e o interesse dos trabalhadores em prestigiar um operário ascendido a condição de exemplo foram a chave para o crescimento no número de times operários em um país amplamente urbano. Portanto, o operariado praticava futebol como forma havia uma série de possibilidades de ações e comportamentos normalmente não tolerados, além do ritual que envolve o jogo de futebol tanto dentro quanto fora de campo ser uma metáfora de guerra, com capacidade de transpor naquele momento conflitos de esferas sociais.

A vida social nesse período foi enriquecida pelo aparecimento do elemento do lazer. No processo homogenizador da sociedade industrial britânica, a elite começou a demandar uma série de práticas que a diferenciassse socialmente. Dessa forma, optou-se por elementos que fossem bons tanto no âmbito moral quanto no âmbito do corpo, sendo que o futebol era visto nesse contexto como uma prática disciplinadora e atlética. Ao contrário do esperado pela elite, ansiando incorporar-se socialmente o operariado acabou por imitar as classes dominantes, desprendendo parte do seu tempo livre na prática do jogo e motivando a crítica dos socialistas à prática do futebol por parte do operariado.

Além do elemento lazer, o futebol tinha um facilitador em relação às demais atividades da elite por não necessitar de deslocamento a lugares distantes para a prática. Ao contrário de outros elementos culturais ou de outros esportes, o futebol só

necessita do uso dos pés e de uma bola, podendo esta ser de qualquer material, e de um espaço livre. Quadras, pátios, ruas, terrenos baldios, descampados podiam ser usados como lugares de prática e de treino. Assim, podia ser praticado em qualquer bairro e por qualquer pessoa.

Esse interesse tanto da elite quanto do operariado pelo futebol começou um processo de crescimento vertiginoso no número de espectadores das partidas. Em 1887, 27 mil pessoas comparecem à final da *FA Cup* entre *Aston Villa* e *West Bromwich Albion*, sendo este um número bastante expressivo tratando-se de um esporte que duas décadas antes não possuía sequer uma federação. O curioso é notar que na final do mesmo torneio entre *Tottenham Hotspurs* e *Sheffield United* na temporada 1900-1901, o público praticamente triplicou, chegando a 110.000 pessoas, sendo a maioria absoluta do público é do operariado.

Observando esse crescimento do interesse pelo futebol, tanto o Estado inglês quanto as grandes empresas começam a utilizá-lo como forma de aproximação com a população, tanto através de cartazes e anúncios durante os intervalos com as partidas, quanto com outras atividades que ligassem a imagem de algo com as glórias dos vencedores e da prática esportiva. Torna-se, então, um fator de territorialização dentro da sociedade britânica estar ligado de alguma forma ao futebol. Estar ligado a um clube, participar do cotidiano do futebol torna-se algo além de um grupo ou lugar, torna-se parte da construção identitária nacional.

I.III O Espraçamento do jogo além das Ilhas Britânicas

A expansão do futebol está intrinsecamente atrelada ao poderio econômico e político do Império Britânico. No final do século XIX, o Estado britânico dispunha de pleno domínio das rotas marítimas mundiais, dispondo inclusive de colônias em todos os continentes além de influências em muitos dos Estados independentes. Dessa maneira, Londres era um ponto geográfico de primeira importância em termos de circulação de mercadorias, pessoas e capital, tornando qualquer produto ou invenção inglesa muito mais propícia a espraçar-se.

Não havia outra forma ao futebol, assim como uma série de esportes e elementos culturais britânicos, de ser difundido a outros lugares do mundo senão através da rede marítima inglesa. Não por coincidência o primeiro clube formado fora das Ilhas Britânicas a ser fundado é o *Le Havre*, cidade portuária no norte da França.

Os portos além de serem locais de jogos entre os próprios marinheiros, ainda eram ponto de desembarque de muitos imigrantes ingleses que vinham trabalhar em empresas exploradoras de recursos naturais ou prestadoras de serviço ao Estado local. Por conta disso, quanto maior o aporte financeiro e industrial da cidade, maior era a adesão local ao futebol em termos de quantidade de praticantes e de clubes formados, pois o número de pessoas que ali se estabeleciam, além da quantidade de fluxos diretos ou indiretos com a Inglaterra, eram maiores.

É notável que em muitos casos os primeiros clubes foram criados por associações de imigrantes ingleses. Mascarenhas (2001) cita o caso de Bilbao e Santa Cruz do Tenerife como forma de demonstrar a diferença da propagação do futebol em cidades portuárias com população e industrialização em estágios distintos. Segundo o autor, Bilbao no final do século XIX era uma cidade industrial com amplos fluxos de capital e mercadorias, especialmente fluxos britânicos. O futebol ali foi difundido pelos ingleses e, em pouco tempo, bilbalinos fundaram seu próprio clube, o *Athletic Bilbao*. Bilbao foi por muito tempo uma grande centralidade do futebol espanhol, sendo, por exemplo, a primeira cidade onde o clube conseguia arrecadação de fundos através da venda de ingressos. Por outro lado, em Santa Cruz do Tenerife a população imigrante inglesa formou o primeiro clube da cidade, Sport Club Tenerife, e o manteve até meados dos anos 1920, quando a maioria dos torcedores e jogadores era espanhola. Assim como no caso inglês, é necessário ressaltar que conforme a população entendia o mundo sob a ótica da modernidade, o futebol tornava-se uma prática do cotidiano de uma elite que tentava seguir os padrões ingleses e a população em geral que tentava enquadrar-se nos mesmos lugares e identidades.

Na América do Sul, o futebol se desenvolveu mais rapidamente na Argentina, Uruguai e Chile. Segundo Mascarenhas (2001), Buenos Aires desde sua ocupação por tropas britânicas em 1806 foi residência de muitos ingleses, que ali fundaram alguns equipamentos, incluindo os primeiros clubes de esportes surgidos na Inglaterra. A capital argentina tornou-se um ponto de concentração de capitais ingleses, sendo que as conexões econômicas entre os dois países se tornaram tão fortes quanto aos domínios imperiais formais, e prósperos, no Canadá e na Austrália. No final do século XIX, quando Buenos Aires tinha aproximadamente 900 mil habitantes, viviam por volta de 40 mil ingleses e é através dessa população imigrante que surge em 1893 a *Argentinean Association Football League* com 20 equipes. A adesão da população local foi sensível a ponto de, em 1905, haver a substituição do idioma oficial da federação, do inglês ao espanhol, contando então com 305 clubes na capital argentina.

No Uruguai, observa-se em um processo semelhante ao país vizinho. No entanto, o interessante do caso uruguaio está na diferença demográfica em relação de Montevideu a Buenos Aires. Enquanto a capital argentina possuía mais de 600 mil habitantes na metade do século XIX, a outra capital às margens do Rio da Prata tinha 30 mil habitantes e, dentre esses, uma variedade étnica maior. A difusão do futebol nesse primeiro momento na América do Sul, portanto, elucida sua limitação aos grandes centros políticos e econômicos nacionais, não havendo espraiamento notável ao interior, assim como tampouco foi difundido de maneira simultânea em vários pontos litorâneos dos territórios.

Na Argentina, o primeiro clube é de 1867, o Buenos Aires Football Club, enquanto que no Brasil o primeiro é o *São Paulo Athletic Club* (SPAC) de 1895. O SPAC, como clube da elite paulistana, foi fundado em 1888 e incorporou o futebol como prática após a volta de Charles Miller da Inglaterra, ocorrendo daí uma rápida adesão ao jogo entre os membros. Ao contrário dos casos elucidados dos vizinhos ao sul, o futebol no Brasil foi difundido concomitantemente nas capitais litorâneas além de São Paulo e sua cidade portuária mais próxima, Santos.

Em um primeiro momento, o futebol não avançou muito ao interior ou estabeleceu uma rede de relações entre clubes de diferentes cidades. Em termos de adesão ao jogo, São Paulo e, em especial, o Rio de Janeiro foram os locais onde mais surgiram clubes e entusiastas do esporte bretão. No caso paulistano, mesmo não se tratando de uma cidade litorânea, foi notável o crescimento de sua área urbana durante o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, impulsionada pelo capital proveniente da exportação cafeeira. Essa expansão urbana demandou serviços e infraestrutura especializados cujas operações e implantações foram executadas por empresas britânicas. Não surpreende, assim, o fato do primeiro jogo na cidade de São Paulo ser justamente entre os trabalhadores ingleses da *Gas Company* e os da *São Paulo Railway* em 1895.

A Europa Ocidental, continente que abrigava a maioria das grandes potências econômicas e militares do final do século XIX, era vista como um lugar pacífico e seguro o suficiente para pessoas e mercadorias circularem sem nenhum tipo de restrição. Ademais, as redes de circulação e informação, em especial a ferrovia e o telégrafo, já haviam sido instaladas em boa parte do continente. Nesse contexto, segundo Fromkin (2005), até 1914 um inglês de classe média podia passar quase toda sua vida sem sentir a presença do Estado uma vez que não tivesse infringido alguma lei. Um europeu de alta renda viajava por boa parte do planeta sem a necessidade de

um passaporte, o sentimento de segurança – garantido nos mares pela *Pax Britannica*⁹ – era algo comum a cidadãos da América Anglo-Saxônica e da Europa. No entanto, pressões internas e atritos externos eram comuns a grande maioria dos países europeus. Movimentos nacionalistas, socialistas e separatistas cresciam dentro dos impérios, gerando uma instabilidade silenciosa à maioria da população.

O Império Otomano vinha em franca fragmentação e os territórios que não haviam se tornado Estados independentes geravam a cobiça de potências rivais (HOBSEBAWM, 1995); a Monarquia Dual de Viena enfrentava pressões separatistas dos povos não-germânicos; os irlandeses começavam a pressionar o Reino Unido por sua independência; na Rússia cresciam as tensões entre trabalhadores e Estado que culminariam nos levantes de 1905. Os atritos entre as diplomacias europeias estavam atrelados aos interesses coloniais, especialmente com o surgimento de dois novos atores na geopolítica mundial: Alemanha e Itália recém-unificadas.

Nesse contexto, o futebol espalhou-se dos portos às cidades industrializadas da Europa, tendo fácil aceitação pela população também como símbolo identitário social, tanto das elites quanto do operariado, seguindo a mesma lógica que levou os operários ingleses a incorporarem o futebol ao cotidiano. Por mais que o futebol começasse a ter muitos adeptos na Europa Ocidental, assim como na Sérvia e na Rússia, é preciso ressaltar que em alguns países os governos não entendam o futebol como uma prática a ser fomentada entre os seus cidadãos. Um exemplo, segundo Agostino (2012), está no Segundo Reich onde esporte bretão era visto pelas autoridades como pouco efetivo na construção moral e atlética do cidadão, tendo mais ações de fomento às modalidades de ginástica, atletismo, lutas corporais e esgrima. Além da Alemanha, os conservadores dos impérios Otomano e Austro-Húngaro enxergavam no futebol um potencial de agregar e insuflar identidades nacionalistas das minorias, assim como subverter as tradições, sendo ambas prejudiciais a Estados multinacionais e em pleno processo de fragmentação e agitação política.

Nos países onde o futebol teve uma aceitação menos conflituosa os Estados tentaram descaracterizar como um jogo que remetia diretamente a cultura inglesa. Uma das formas encontradas foi tirar o poder da *Football Association*, até então entidade máxima do futebol mundial, de regular e organizar o jogo acima das demais federações nacionais. Nesse intuito, em 1904 as federações de futebol dos Países Baixos, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Suécia, Suíça e França reuniram-se em Paris e fundam a *Fédération Internationale de Football Association*, a FIFA.

⁹ A Pax Britannica se deu no século XIX quando o poderio naval britânico não tinha rivais à altura e o controle bélico restringiu o poder de ação naval das demais potências (HOBSEBAWM, 1987).

O propósito do surgimento da nova instituição, segundo a própria FIFA, foi a de unificar as leis do jogo além das quatro linhas, atuando também no que tangia ao cadastro de jogadores e times, assim como na criação de calendário para jogos internacionais de seleções e clubes. Após o primeiro ano, a *Football Association* tornou-se membro da FIFA, começando um longo período de atritos, mesmo que na *International Board*, órgão responsável pelas regras do jogo, a *F.A.* sempre manteve seu poder de voto¹⁰.

Uma década antes do surgimento da FIFA, foi criado o Comitê Olímpico Internacional no intuito de promover a integração dos povos através de jogos regulares internacional fomentando os valores aristocráticos do esporte, em outras palavras, exaltar o espírito nobre da competição sobrepondo-o a qualquer êxito individual. Assim se constituíram os Jogos Olímpicos modernos, tendo a primeira edição sido realizada em Atenas em 1896.

Os Jogos foram os primeiros eventos esportivos de caráter mundial, reunindo todas as grandes potências através das competições. No entanto, o evento idealmente proposto para ser supranacional e uma forma de atenuar as disputas externas entre nações, já em sua segunda realização, em Paris, foi permeado por tensões nacionalistas. Campos (2016) diz que naquele momento as lembranças da Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) eram muito presentes e a relação entre alemães e franceses era muito delicada, assim como dos anfitriões com os ingleses devido as disputas históricas entre os dois países. Nos jogos seguintes, as rivalidades nacionalistas cresceram e, como o autor elucida, foram o prenúncio das tensões que desembocaram na Primeira Guerra Mundial (1914-1918)¹¹. Dentro do campo de jogo, os movimentos e técnicas tornaram-se metáforas bélicas (atacar, defender, ganhar terreno, artilheiro, tática, tiro-de-meta) modificando assim o sentido do jogo que havia nascido décadas antes com o intuito da competição pacífica e amistosa.

Portanto nota-se que a forma de jogar e entender o futebol passou a ser tratada como assunto governamental em um momento onde as tensões entre as potências cresciam, por mais que ainda pouco visíveis no cotidiano europeu, sendo que os momentos de embates esportivos se converteram em momentos de exaltação nacional gerando relações conflituosas entre federações, participantes e espectadores.

¹⁰ Curiosamente, o presidente que vai substituiu o francês Robert Guérin em 1906 no comando da instituição foi um inglês, Daniel Burley Woolfall

¹¹ Em termos de futebol nos Jogos Olímpicos, a aparição do esporte ocorre primeiramente como demonstração em Paris (1900) e Sant Louis (1904), sendo oficializado o caráter de esporte como competição apenas em 1908 nos jogos de Londres.

I.IV Futebol e o interesse nacional

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, o futebol, consolidando-se como um dos elementos culturais principais da Europa Ocidental, foi utilizado pelos Estados beligerantes de diversas formas em prol de suas campanhas.

Na Inglaterra, toda a propaganda dos jogos domésticos tentou estabelecer relação entre a estar em um campo de batalha com a glória da vitória nos gramados com o uso de cartazes, dizeres e até pontos de alistamento anexos aos estádios. Nas trincheiras inglesas, francesas e alemãs houve o alistamento significativo de jogadores, em especial os *cracks* e os capitães das equipes, incentivando o alistamento dos torcedores e servindo para motivar os demais combatentes.

Agostino aponta que um número significativo de bolas também foi levado ao *front* com usos diversos conforme o teatro de operações. Na retaguarda e nos campos de prisioneiros, o objetivo era o incentivo a recreação, com a criação de clubes dentro do conflito em ambos os espaços, enquanto que na linha de frente os oficiais chutavam as bolas em direção ao inimigo como indicação metafórica do assalto às posições inimigas a porvir. *O exemplo mais emblemático do futebol dentro do conflito talvez seja o futebol entre alemães e ingleses no Natal de 1914. Em meio a uma trégua, soldados de ambos os lados se juntaram em um jogo de futebol onde as diferenças entre ambos os lados sumiram e a hostilidade do inimigo desanuviou momentaneamente.

Com o passar do conflito, os Estados utilizaram o futebol como forma de manter o moral nacional sendo oferecido à população como forma de relaxar e tirar o foco do conflito. Embora a guerra exigisse grandes contingentes e medidas cautelares, os torneios nacionais foram mantidos ao longo dos anos de guerra.

Na América do Sul, após a declaração de guerra do Brasil ao Império Alemão em 1917, o Clube de Regatas Flamengo abandonou a cor branca de seu uniforme para não fazer alusão ao inimigo nacional. Sem ligações diretas com a guerra, em 1916, a Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL) realizou o primeiro Campeonato Sul-Americano com as seleções chilena, brasileira, argentina e uruguaia, dando início a primeira competição internacional exclusivamente para o futebol.

No pós-guerra, os Estados se encarregaram de continuar fomentando o futebol como forma de união e identidade nacional. Na América do Sul, presidentes começam a participar dos certames como espectadores, em especial naqueles que envolviam a

seleção nacional, estando o futebol atrelado a uma forma de promoção do governante. Na Espanha dos anos 1920, a Coroa começou a dar selos de honra a alguns clubes de futebol, de forma a aproximar a família real do esporte. Além do título, de forma a destacar as equipes, acrescentou-se a palavra “real” aos nomes, modificando assim, por exemplo, os nomes do *Madrid Clúb de Fútbol* e do *Club Deportivo Espanyol de Barcelona*, tornando-se respectivamente *Real Madrid CF* e *Reial Club Deportivo Espanyol de Barcelona*.

Além das interferências diretas de chefes-de-Estado, outra implicação das relações entre Estado e futebol é a construção em ritmo voraz de estádios tanto na Europa como na América do Sul. Esses fixos geográficos tinham o propósito de serem locais de reunião e congregação em torno do espírito nacional ou regional, caso do Barcelona FC, onde os indivíduos deveriam esquecer o que os dividia e torcerem pelo mesmo quadro nacional – da mesma forma como já faziam em torno dos próprios times.

É notável, então, que nesse período as seleções nacionais ganhem proeminência e sejam o expoente do fomento estatal no esporte. Desde a partida entre Escócia e Inglaterra em 1872, os jogos entre seleções foram fomentados principalmente pela facilidade de apenas reunir os melhores jogadores para deslocarem-se a outro país. Com a entrada do futebol nas Olimpíadas, a partir de 1904, havia uma competição que decidia a melhor seleção do planeta, tendo as vitórias uma reverberação que ultrapassava os limites do campo e chegava à nação como uma vitória e um orgulho de todos os cidadãos.

Outro fenômeno sensível após a Primeira Guerra Mundial foi o surgimento de novos estádios, muitos construídos por iniciativas estatais. Em 1923, a Inglaterra inaugura seu principal estádio, Wembley, servindo tanto aos jogos da seleção nacional quanto às finais da *FA Cup* e como palco de cerimônias e discursos reais. No Rio de Janeiro, o Estádio das Laranjeiras, propriedade do Fluminense *Football Club* foi inaugurado em 1919 e, por ser o maior de alvenaria em sua época, tornou-se o estádio onde o Brasil mandou seus jogos, inclusive sediou a terceira edição do Campeonato Sul-Americano em 1919. Um fato importante é a presença do presidente Delfim Moreira em todas as partidas envolvendo o time da casa, inclusive na comemoração do título – o primeiro da Seleção Brasileira – tornando assim a conquista algo de todos os brasileiros. Em 1927 o Estádio das Laranjeiras perdeu sua centralidade em razão da construção do Estádio Vasco da Gama, popularmente conhecido como Estádio de São Januário. A partir da década de 1930, como será

explicado no próximo capítulo, Getúlio Vargas iria utilizar-se do estádio como local de comemorações nacionais e comícios.

A questão que surge, então, é a motivação dos Estados na construção de um equipamento para espetáculos esportivos. Ora, os países criaram e moldaram diversos símbolos nacionais, sendo através de hinos, bandeiras ou mesmo equipamentos construídos para tal finalidade ou outros que acabaram sendo incorporados, tal como o Coliseu romano. O estádio, segundo Bale (2000), é permeado por memórias afetivas criadas pelos torcedores. Em outras palavras, de maneira individual e coletiva cria-se um apego e um sentimento de afeto por conta da socialização e também memórias geradas naquele lugar. Seguindo a lógica de Franco Júnior, explicitada no início do capítulo, o estádio é o espaço de comunhão religiosa daqueles fiéis que a cada jogo ritualizam e congregam nas arquibancadas.

Há de ser ressaltado que os clubes de futebol representam lugares. Esses lugares podem ser grandes como cidades e regiões ou podem ter uma ocorrência apenas em escala local. Nesse ponto, a representatividade que os clubes de futebol têm não são partilhados por nenhuma outra expressão cultural. De modo a elucidar essas diferentes expressões de representação, podemos citar a representação exercida pelo Real Madrid CF, clube que leva o nome da capital assim como a própria identidade nacional espanhola a todos os cantos do planeta através de sua projeção global. Por outro lado, a A.A. Portuguesa, de Santos (SP), tem uma abrangência apenas local, representando o grupo social dos imigrantes portugueses de sua cidade, assim como representando a cidade nos certames dos campeonatos estaduais.

Essa expressão de orgulho, representação e identidade dos clubes de futebol é materializada no estádio, sendo eles de propriedade do próprio clube ou pública. O estádio, além de símbolo paisagístico e centralidade na congregação dos torcedores, ainda é ponto de representação totêmica através de mascotes representados tanto nas torcidas quanto nos muros ou até mesmo em fantasias no campo de jogo.

O mundial do Uruguai inicia uma nova fase na construção de estádios por conta do maior número de estádios necessários para a realização simultânea de partidas. Antes de iniciar a discussão sobre a questão dos estádios em Copas, é necessário elucidar o racha entre FIFA e Comitê Olímpico Internacional, cuja principal consequência foi a retirada do futebol do programa olímpico e a criação de um torneio de caráter mundial apenas para o futebol.

A motivação, em termos técnicos, residiu no fato do Comitê Olímpico Internacional não admitir que os participantes de suas competições recebessem salário, prática que a FIFA começou a admitir na década de 1920, causando assim um desconforto para adequar o futebol aos Jogos Olímpicos. A FIFA tinha uma possível inflexível em relação a favor da profissionalização e considerava indispensável a participação dos jogadores profissionais dentro da principal competição de futebol.

Após os jogos de 1928 em Amsterdã, cujos campeões são o Uruguai, a FIFA resolveu criar seu próprio evento. A força demonstrada pela Celeste Olímpica, denominação referente aos títulos de 1924 e 1928 do Uruguai, resultou na escolha do país como sede da I Taça Jules Rimet, popularmente conhecida como Copa do Mundo. Embora houvesse algumas edições das Olimpíadas com jogos realizados em mais de um estádio, construir esse tipo de equipamento não era uma questão central como foi para a Copa do Mundo, pois esta foi criada como um torneio de caráter nacional enquanto os Jogos Olímpicos realizam-se em apenas uma cidade.

No mundial do Uruguai foram usados 3 estádios, dois deles construídos por clubes privados (*Gran Parque Central* e *Pocitos*, de Nacional e Peñarol, respectivamente) e outro construído pelo Estado para o evento, o Estádio Centenário de Montevideu.

O colosso de concreto teve seu nome cunhado em comemoração ao centenário da primeira constituição do Uruguai, metaforizando através da imponência a grandeza da nação. Dessa forma, o estádio foi criado no intuito de ser um símbolo nacional, orgulho de uma nação em uma data extremamente propícia para tal exaltação. Há de se levar em conta a aposta do governo local em coroar essa festividade com o título de primeiro campeão mundial. A aposta deu certo e no dia 30 de julho de 1930, diante de 93 mil torcedores, o Uruguai sagrou-se campeão do mundo pela FIFA. Em uma época permeada por tantas demonstrações nacionalistas, observa-se que houve brigas entre torcedores uruguaios e argentinos em Montevideu, assim como ao término da partida, do outro lado do Rio da Prata, a embaixada do Uruguai foi apedrejada.

O sucesso de organização e do apoio do público à Copa do Mundo confirmaram a aposta feita por Mussolini ao candidatar a Itália como sede da próxima edição do torneio, tendo o pedido deferido em 1928. O interessante é notar que o futebol não estava nos planos de Mussolini no início de seu governo. O incentivo esportivo fascista italiano visou incentivar a construção de locais para prática de esportes, através da *L'Opera Nazionale Dopolavoro* de 1925, focando em esportes

atléticos e mais proveitosos à guerra. Porém, ao observar o crescimento do futebol dentro de seu território, o governo italiano cria a *Carta de Viarregio*, a primeira legislação no país sobre futebol fixando normas para estrangeiros, normatizando o *status* de jogador profissional e questões de cunho organizacional do futebol. Embora a carta fosse uma legislação específica ao futebol¹², os fascistas apostavam na *volata*, mistura local entre *rugby* e futebol.

Apenas em 1930 o futebol torna-se o esporte mais valorizado do regime ditatorial italiano, em especial porque iniciaram-se as construções dos estádios para o torneio de 1934. É necessário ressaltar que além do exemplo uruguaio, o futebol foi interessante ao governo fascista por conta dos termos e atitudes belicistas que ajudaram a fazer propaganda dos valores morais defendidos pelo regime. O futebol, para os partidários de Mussolini, era uma forma de “ritualização da fidelidade nacional e da legitimação da ordem vidente” (AGOSTINO, 2012, p.56).

Diferente da macrocefalia urbana de Montevidéu, a Itália dispunha de uma rede urbana em expansão em seu território, consolidada especialmente na parte norte do país com ferrovias e estradas ligando as cidades locais com o restante da Europa Ocidental. Isso em boa medida explica a localização concentrada das cidades-sede mundial da Itália. Do universo de oito cidades-sede, Nápoles foi a única sede do torneio localizada no sul do país.

Estádios foram construídos em Bolonha, Florença, Gênova, Milão, Nápoles, Roma, Trieste e Turim. O regime fascista denominou o estádio da capital como Estádio Nacional do Partido Nacional Fascista, relacionando futebol, Estado e o partido fascista. Assim como no Uruguai, o governo fascista tentou criar estádios monumentais e, com exceção ao *Estádio del Littorio* em Trieste, os demais tinham capacidade acima dos 25 mil lugares.

A preparação da seleção italiana foi feita sob participação estatal, tendo o governo escolhido a comissão técnica com o cuidado de preencher boa parte dos cargos com militares, embora o técnico escolhido fosse civil. Como forma de fortalecer a equipe, o governo fascista buscou jogadores em outras partes do planeta de descendência italiana, conhecidos como *oriundi*, propondo a bons salários além da cidadania italiana. É nesse momento, por exemplo, que os clubes paulistas Palestra Itália, Santos e Corinthians perdem jogadores de seu escrete principal para times italianos.

¹² Chamado na Itália de *calcio*, de forma a negar as origens inglesas do jogo, atribuindo o passado do jogo ao *calcio* florentino.

Cada partida do Mundial de 1934 era uma ritualização fascista da guerra, com símbolos nacionais exaltados, assim como o próprio *Duce*, a cada jogo da *Squadra Azzurra*. A Itália sagrou-se campeã, tendo todo o esforço de Mussolini sido recompensado com o eufórico título. Indo além da ligação entre a vitória e a exaltação nacional, as comemorações italianas exaltaram a raça, a disciplina e os demais ideais do fascismo.

O que é emblemático do caso italiano é o poder propagandístico do esporte para uma determinada ideologia através do uso da máquina estatal. Embora outros países utilizassem do futebol de forma a exaltar a nação, nos anos 1930 era notável que a Itália estivesse também em um ciclo vencedor, o que dava a sensação de superioridade dentro do esporte mais valorizado. O exemplo avesso ao italiano é o da Alemanha hitlerista.

Longe de ser a força futebolística tetracampeã do mundo, a seleção alemã do pós-guerra era figurante em um quadro onde outros países europeus, destacadamente Itália e Inglaterra, eram reconhecidos como grandes forças do futebol. Com os infortúnios antes e durante a Copa do Mundo de 1934, onde a Alemanha conseguiu um razoável terceiro lugar sendo eliminada pela Tchecoslováquia, o governo alemão concentrou atenção nos Jogos Olímpicos de Berlim marcados para 1936. Dessa forma, os nazistas utilizavam o futebol apenas de forma diplomática visando propagandear boas relações com potências vizinhas descartando em boa medida a exaltação nacional.

O menor interesse do governo nazista pelo futebol não significou ausência de interferência direta nos clubes e na seleção. Aliás, uma tônica em geral dos regimes de exceção é a interferência massiva nas decisões e nos clubes, seja na Espanha de Franco ou no Brasil pós-1964. No caso alemão, com o *Anschluss*, as principais intervenções foram feitas nos times austríacos, com ocorrência de mudanças de nome em agremiações, além de aceitarem inscrições apenas de jogadores de origem germânica e religião cristã. Jogadores, dirigentes e treinadores judeus foram perseguidos e presos pelo regime nazista.

Na Espanha franquista o enfoque inicial das ações do Estado no futebol visou suprimir as diversas identidades nacionais existentes naquele território. Como forma de centralizar o poder e a ideologia em torno de um único projeto de identidade nacional, os franquistas proibiram o uso de qualquer outra língua senão o castelhano, refletindo na mudança de nome dos clubes, em especial o FC Barcelona, nomeclatura catalã, modificada para Club de Fútbol Barcelona. As demais línguas foram suprimidas

no cotidiano, assim como qualquer manifestação nacionalista local, tendo então cada jogo do Barcelona um papel fundamental no cotidiano catalão, pois a bandeira do Barcelona e seu hino substituíam simbolicamente os símbolos da Catalunha. Os clubes cujos dirigentes mais simpatizavam com o regime, caso do Real Madrid CF do então presidente Santiago Bernabéu¹³ eram favorecidos para propagandear o governo e enfraquecer rivais ligados a qualquer resistência, explicando o crescimento nesse período do Espanyol frente ao Barcelona.

O governo espanhol também utilizou do futebol como forma de propaganda e diplomacia, porém com exceção à medalha de prata nos Jogos Olímpicos da Antuérpia em 1920, *La Furia*¹⁴ modificada para as cores azuis da Falange (Delegação Nacional dos Esportes da Falange Tradicionalista), órgão de governo para o controle dos esportes, não conseguia resultados expressivos. Com os incentivos governamentais e bons resultados, o Real Madrid CF despontou esportivamente e, com a criação da Copa dos Campeões da Europa, o clube da capital foi alçado como principal forma de propaganda através do futebol, realizando visitas internacionais, além de disputar – e vencer – títulos nacionais e internacionais, inclusive a Copa dos Campeões¹⁵ e a primeira Copa Intercontinental, aplicando cinco gols nos uruguaio do CA Peñarol.

Dessa forma, é possível concluir que houve um processo desde as primeiras práticas do futebol em Eton até o investimento estatal na modalidade. O interessante de todo esse processo reside na forma em que as sociedades viram no futebol os mesmos elementos sociais que os ingleses tinham visto e por isso aderido de maneira tão massiva ao esporte. Nos espaços onde modernidade tendeu a forjar uma homogeneização de identidade, foi o futebol o elemento a congregar pessoas através de toda sua simbologia e ritualística, fomentados pela necessidade de se pertencer a algo além do lugar ocupado na produção.

Nesse contexto, os Estados se utilizaram desses símbolos do futebol para enaltecer e propagandear os ideais nacionais, havendo a incorporação das seleções à simbologia dos países, assim como há a incorporação dos elementos nacionais no futebol verificando o aparecimento das bandeiras, dos hinos nacionais, das autoridades envolvidas e das cores do país em jogos entre selecionados. O efeito paisagístico típico desse momento é o surgimento de grandes estádios, que como

¹³ Defensor do regime desde as trincheiras da Guerra Civil, já ex-jogador e ex-treinador do clube merengue no final dos anos 1930.

¹⁴ Alcinha dada a seleção espanhola após a prata, exaltando o espírito de luta apresentado durante os jogos.

¹⁵ Conseguindo o tetracampeonato já nas cinco primeiras edições e *a posteriori* na temporada 1965-66. Atualmente o clube possui 11 títulos da agora chamada UEFA Champions League.

símbolo local representa a grandeza do projeto de quem o construiu – tanto o clube quanto a nação.

Capítulo 2 – Jogando Espaço: futebol, Estado e território no Brasil

O objetivo desse capítulo é elucidar o que se entende, no trabalho, como configuração territorial do futebol brasileiro e também seu estado da arte antes do Golpe de Estado ocorrido em 1964. A periodização aqui proposta leva em conta características distintas entre a configuração territorial anterior aos governos militares e a posterior, fruto do entrelaçamento político entre governos, instituições e agentes políticos. Assim, é possível entender os processos de espraiamento do futebol no país e como o Estado se insere nesse processo.

Nesse intuito, o primeiro ponto a ser abordado é a formação territorial do Brasil desde o período colonial, entendendo como se deu a ocupação desse território e a integração desses fixos populacionais. Destarte, elucida-se o que é entendido no trabalho como território, configuração territorial e Estado, uma vez que serão conceitos trabalhados durante os próximos capítulos, pois a partir desse ponto o trabalho elucida temporalmente o processo de formação de um território institucional do futebol no Brasil, garantido muitas vezes pela intervenção estatal e acordos entre as federações. Salientando que esse poder é muito mais político, uma vez que a integração dentro do futebol começa com amistosos e o Campeonato Brasileiro de Seleções, a partir dos anos 1920, depois o Torneio Rio-São Paulo a partir de 1933, sendo o primeiro campeonato nacional a Taça Brasil, fundada em 1959 com a presença dos campeões paulista e carioca apenas na fase semifinal do torneio.

Ao entendimento do poder da federação de futebol e como este se consolida, é necessário o resgate da história da Confederação Brasileira de Desportos desde sua criação em 1916, tecendo um paralelo com as intenções estatais ao futebol e qual configuração territorial o Brasil apresentava. Nesse período ocorre o golpe de estado de 1930 que coloca Getúlio Vargas como chefe do Poder Executivo nacional, passando por processo grande de centralização política e um forte ordenamento das políticas públicas aos sabores do varguismo.

Em entrevista concedida ao trabalho realizada em 18/11/2015, o Dep. Adriano Diogo, coordenador da Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, disse que o importante do período de Vargas, em especial quando o mesmo instaura o Estado Novo, é notar que boa parte das práticas exercidas por seu governo serão repetidas ou ampliadas pelos ditadores pós-1964. A observação de

Adriano Diogo é válida, pois realmente boa parte das estratégias de propaganda, de uso do futebol na Educação como prática a disciplinar a população e o atrelamento do futebol ao plano de desenvolvimento governamental são semelhantes. Além disso, muitas das instituições criadas pelo Governo Vargas, incluindo o Conselho Nacional de Desportos, continuarão a existir mesmo após a queda do Estado Novo, obviamente que com diferenças em significações e políticas públicas. Afinal, se no Estado Novo o CND tinha um papel mais propagandístico e tentava unificar o futebol a partir de suas bases locais, durante a Ditadura fará intervenções mais diretas até na organização do próprio futebol.

Por fim, o capítulo também elucida o período pós-Vargas, momento em que a economia paulista desponta e ocorre a integração ao menos parcial das regiões Sudeste e Sul do país. É o momento do início das migrações nordestinas ao Sudeste, da instalação de plantas industriais em São Paulo e o despontar da cidade em relação à capital federal. Com o meio técnico espraiando-se, o país realiza sua primeira Copa do Mundo, um indício que mesmo no período democrático de 1946 a 1964 o futebol esteve nos planos de quem ocupou o Executivo nacional.

II.1 – Território, configuração territorial e estado

O conceito de território tem uma vasta discussão dentro da Geografia, que aponta diferentes entendimentos sobre essa questão. O primeiro grande geógrafo a debruçar-se sobre território foi Friedrich Ratzel, no final do século XIX. Segundo Ratzel (1990), o território é o corpo físico do Estado, sendo os atributos naturais e populacionais recursos necessários ao desenvolvimento nacional. A conceituação de espaço do autor está intrínseca a território, pois o espaço vital de um Estado é aquele necessário ao pleno funcionamento das instituições políticas, sociais e econômicas, admitindo a expansão territorial como uma forma de uma nação se desenvolver.

Raffestin (1980) em sua obra “Por Uma Geografia do Poder” aponta que perspectiva ratzeliana só leva em conta o Estado como centralidade do poder. Na perspectiva do autor, dentro de um mesmo território há diversos poderes divididos entre organizações, sendo o Estado apenas mais um dentre esses atores políticos. O território por esse viés é constituído a partir do momento em que um ator se apropria de uma porção do espaço, territorializando-o. Outro conceito derivado de território na obra de Raffestin é a territorialidade. O autor a define como conjunto de relações

originários de um sistema tridimensional entre espaço-tempo-sociedade, sendo a face vivida e agida do poder.

A definição aqui aceita de território é a de Haesbaert (2004), por ir além do olhar político, abarcando também sua face cultural e econômica. Território, então, define-se com referência às relações sociais e ao contexto histórico no qual este está inserido, sendo algo relacional, ou seja, inventado pelos homens, pois além de ser fruto das relações histórico-sociais, também é movimento e fluidez. Haesbaert conclui que o território tem dimensões simbólica e cultural, através de uma identidade territorial atribuída por grupos sociais como forma de controle simbólico, e uma dimensão político-disciplinar-econômica, sendo esta uma apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. Essa definição neoinstitucional será de maior valia no terceiro capítulo, quando as ações de atores do mesmo governo, o militar, levam a ações e resultados diferentes.

A configuração territorial é uma forma de analisar o espaço. Segundo Santos (2014), espaço é formado por um conjunto de sistemas de objetos com um sistema de ações, possuindo um caráter móvel, fruto das relações sociais e da configuração territorial. A configuração territorial é a junção do conjunto de sistemas naturais existentes com todas as modificações que o homem fez em um determinado lugar. É uma produção histórica tecida também pelas relações sociais.

Por fim, ao pensarem Estado aqui se entende que este é dividido entre instituições e, no caso brasileiro, entre as instâncias federal, estadual e municipal. Em linhas gerais, o Estado funcionaria como um conjunto de arenas políticas com os mais variados tipos de atores políticos agindo nestas (não sendo os mesmos em cada uma, porém podendo haver repetições), onde as instituições estatais também agem como atores e com interesses muito diversos em determinadas situações. Essa visão de Estado, proposta por Hall (1998), torna possível primeiramente um entendimento que o Estado não é um bloco que age de forma homogênea por todo o território, segundo que é possível verificar ações de atores e instituições operando separadamente, as vezes até de forma antagônica.

II.II – De Pedro a Charles – A formação territorial brasileira e a chegada do futebol ao país

O futebol é trazido ao Brasil na década de 1880, tendo como principal característica a chegada a vários pontos distintos do território e não tendo relação a

criação de times em uma capital com a formação de times e clubes em outra. Na realidade, as cidades onde o futebol se desenvolveu de maneira mais rápida foram naquelas com maiores fluxos de pessoas e mercadorias com o exterior, ou seja, as grandes capitais e cidades portuárias do país.

Essa característica está totalmente vinculada ao processo de ocupação e formação do território brasileiro, cujas características no final do século XIX denotavam um país com diversas centralidades econômicas e políticas de cunho regional com modestas redes de circulação e informação¹⁶.

A maneira como se dá a ocupação desse espaço desde os primeiros habitantes até a atualidade pode ser vista levando-se em conta os sistemas e objetos técnicos disponíveis. Santos (2014), pensando em como estabelecer a história das relações entre natureza e sociedade, se utiliza da técnica como forma de empiricizar o tempo e propôr três etapas da apropriação humana sobre a natureza: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional. Essas etapas podem estar presentes de maneira sobreposta em um mesmo território, pois não há a plena expansão da técnica tampouco a substituição dos objetos técnicos de maneira simultânea em todos os lugares.

O meio natural é a etapa onde o espaço não está submetido a um sistema técnico que o subordine à vontade humana. Em outras palavras, nesse meio a reprodução da vida segue os sabores das mudanças de estação, com técnicas criadas em comunidade e com uso harmônico com a natureza. Portanto, até existem técnicas, como a agricultura rotacional, porém não há objetos técnicos.

Objetos técnicos aparecem justamente na segunda etapa, o meio técnico, na qual se começa o desprendimento do ritmo natural, impondo o tempo da produção como o tempo de reprodução da vida. É justamente o momento em que a mecanização se torna frequente e os lugares se dividem entre naturais e modificados, além de haver a intensificação da divisão internacional do trabalho. Assim, nesse meio as relações sócio-espaciais são determinadas por aquilo que o homem produz e modifica, com velocidade.

¹⁶ Ressalta-se aqui que não apenas cidadãos britânicos estiveram entre os pioneiros do futebol no Brasil, pois muitos filhos das elites locais ao voltarem da Europa disseminavam o esporte, especialmente em clubes já existentes, como é caso do SPAC em São Paulo, do Clube de Regatas Flamengo no Rio de Janeiro e do então Club de Cricket Vitória (atual EC Vitória), em Salvador.

Na segunda metade do século XX, os objetos técnicos tornam-se informacionais também, por conta de sua intencionalidade de produção e informação. Nesse momento, técnica e ciência tornam-se indissociáveis e comprometidos com o mercado, que assim torna-se global. Até então, os objetos técnicos concentravam-se sobretudo nas cidades, porém com a velocidade de informação e criação de novos processos responsáveis por permear as áreas rurais por objetos técnico-científicos-informacionais. Nessa nova ordem, a informação circula chegando a destinos improváveis, como diametralmente opostos no planeta, em frações de segundo, sendo possível observar como nunca antes eventos em diversos pontos do planeta simultaneamente.

As três etapas propostas por Milton Santos nos permitem elucidar as dificuldades de integração do território brasileiro. O Brasil é um país de dimensões continentais, com atuais 8.516.000 km² (IBGE,2017)¹⁷, com conjuntos naturais heterogêneos. Pensando o território através dos atributos biogeográficos, Aziz Ab'Saber (2007) dividiu o Brasil em seis domínios morfoclimáticos e fitogeográficos no país, caracterizados por feições coerentes em hidrografia, regimes pluviais, solos e relevo. Esses domínios de características mais homogêneas têm em suas bordas áreas de transição, com características diversificadas, resultando em quadros homogêneos em escalas menores. A partir disso, observa-se que a faixa litorânea leste do país é composta por morros recobertos por florestas latifoliadas densas, denotando um regime pluvial intenso, vegetação similar encontrada no domínio que recobre a planície fluvial amazônica.

Por um bom tempo não houve motivo para ser incentivada a integração territorial. Em primeiro lugar, as ameaças de países navais rivais estavam concentradas na zona litorânea, não havendo então a necessidade de um adensamento popular e militar no interior do território. Outro ponto importante é a questão da motivação econômica da ocupação, cuja característica principal, segundo Furtado (2005), é de ser uma grande empresa agrícola. Por conta desses dois fatores, o número de cidades e vilas não foi muito expressivo e sua concentração se deu no litoral, como ponto integrador entre o território e o comércio marítimo, comumente servindo como escoamento de produtos primários.

Assim, o meio técnico disponível na época e implantado no território serviu apenas para a manutenção territorial, trocas comerciais, funcionamento burocrático e para a economia primária de exportação. As primeiras redes internas de circulação de

¹⁷ À época, ainda não contando com os estados do Acre e do Amapá, incorporados na primeira década do século XX.

pessoas e mercadorias surgiram com a exploração do ouro em Vila Rica (MG) e com a criação de gado no interior do Norte, do Nordeste e do Sul da colônia. Dessa forma, o meio natural ia sendo substituído aos poucos pelo meio técnico, sendo que a produção canavieira, apoiada em um amplo desmatamento, na Zona da Mata nordestina foi responsável pela criação de pequenos centros urbanos.

Santos e Silveira (2014) argumentam que os eventos da instalação do governo-geral em Salvador em 1549, do vice-reinado no Rio de Janeiro, a instalação da Coroa e a Independência em 1822 foram incapazes de criarem fluxos econômicos nacionais. A ocupação litorânea do território e suas zonas de influência do interior formavam assim o que os autores chamam de arquipélagos, separados por um meio natural de difícil penetração, especialmente quando as relações econômicas se atrelavam à Europa e não às demais regiões do novo país.

A partir do século XIX, com a construção das primeiras estradas, como a Estrada do Vilhena em São Paulo, a instalação de ferrovias e a mecanização da produção de açúcar e, em um segundo momento, do café, houve maior integração entre as cidades principais e suas zonas de influência. Essa influência se dava especialmente pelo poder político-econômico concentrado nas capitais. Em termos da incipiente indústria, quanto maior a densidade demográfica, maior o número de estabelecimentos e a oferta de emprego no setor, sendo que as mais numerosas e de maior produção estavam no Rio de Janeiro.

Assim, ao final do século XIX havia o que Santos e Silveira (2014) chamam de urbanismo de fachada, ou seja, não se verificava uma efetiva ocupação urbana do território nacional. A circulação mecanizada expandia-se pelo interior, especialmente no Sudeste, sendo esse processo retratado por Monbeig (1998) para o caso do interior paulista. Ali, o desmatamento de áreas florestais servia para impulsionar novas áreas de plantação de café, surgindo também novas cidades como pontos de relações comerciais e políticas. No entanto, em termos de grandes aglomerações populacionais, com exceção às cidades planejadas como Belo Horizonte, todas eram herança do período colonial.

É nesse contexto territorial que o futebol chega nos recém-reformados portos das cidades litorâneas brasileiras. Franco Jr. (2007) aponta que há registros de partidas no Rio de Janeiro já em 1871 e nas zonas portuárias do país a partir de então. O espraiamento do jogo no país segundo Santos (2012) não se deu de maneira linear, havendo diversas formas de difusão.

A primeira se deu através do contato entre os marinheiros ingleses e a população nos portos, talvez sendo essa a única de contato direto entre as camadas populares e o jogo por intermédio de ingleses. As duas outras formas envolviam a educação da elite brasileira ao mandar os filhos para estudar na Europa e na cópia dos modelos educacionais ingleses pelas escolas jesuítas existentes no país. Mascarenhas (2014) aponta que a adoção das elites ao jogo esteve ligada ao anseio das elites locais em estarem praticando as boas atividades inglesas, inclusive em relação a manutenção de um corpo são. Isso ajuda a explicar a difusão do futebol em Belo Horizonte por volta de 1895, em data semelhante a chegada em locais mais próximos ao litoral.

O acesso ao jogo, que viria a ser incorporado pelas camadas populares, foi barrado pelas elites de maneira firme a população negra, recém-libertada da escravidão e vista como indesejável. Por conta disso, a inserção da população negra ao futebol, em especial dos principais clubes, demorou décadas para ser iniciada. As danças, festividades e códigos das comunidades negras eram vigiados de maneira ostensiva pelo poder público. Da mesma forma, de maneira elitista, os jogos de origem popular eram perseguidos, especialmente a capoeira e as rinhas de galo. O turfe e o remo, por outro lado, por serem práticas lúdicas da elite eram valorizados¹⁸.

II.III - Rola a Bola no Brasil: A formação das primeiras agremiações e ligas de futebol

Assim que se começou a praticar futebol no país, surgiram as primeiras agremiações nas capitais litorâneas do país entre as décadas de 1890 e 1900, ainda com outras cidades como Rio Grande, Campinas, Belém e Belo Horizonte com clubes formados no mesmo período. Nesse primeiro momento, os clubes foram formados pelas elites locais, sendo visando a prática esportiva o mais importante em relação aos resultados de jogos. Os *matches* eram encontros das elites, com anúncios na imprensa local e uma série de convenções sociais ao redor dos jogos.

As primeiras ligas começaram a se formar a partir de 1900, reunindo as agremiações da elite. Um dos principais pontos da criação dessas ligas é seu caráter de exclusão aos times formados pelas camadas populares, com regras em relação a não exercer atividades remuneradas por trabalho físico, exigência de altos valores

¹⁸ Por isso temos muitos clubes de remo nesse período, alguns diversificando suas práticas adotando o futebol. Exemplos são o Clube Náutico Capibaribe, o Botafogo Futebol e Regatas, o Clube de Regatas Vasco da Gama, dentre outros.

para a participação nos torneios, não haver cobrança de ingressos. Assim, evidencia-se a ambiguidade existente em relação a um sentido de homogenizar as identidades em torno do pertencimento à nação e, por outro lado, as tentativas da elite de manter-se à parte e só reconhecer seus pares como iguais. No Brasil, além de ser um país que acabara de revogar a Lei Áurea, apenas 4% da população total do país (Franco Jr., 2007) votava, em especial pela exclusão de mulheres e analfabetos das urnas, além de taxas que serviam de barreira à universalização do voto. Santos (2014) argumenta que a modernidade, no caso de seu estudo no Rio de Janeiro, não tinha uma definição exata por parte da elite em relação ao seu valor e sentido. No caso brasileiro, a modernidade importada da Europa derivou-se de cruzamentos socioculturais entre o moderno e o tradicional, sendo que a essência dessa modernidade foi desenhada conforme a estratégia de cada grupo social.

A discriminação de classe fica evidente quando com todo o desprezo e julgamento do comportamento e das gestualidades dessa nova assistência nos gramados. Um bom exemplo é culpabilização das camadas populares por brigas e confusões, mesmo que estas já ocorressem antes, tendo a imprensa um papel fundamental em criminalizar e descrever como classe de comportamento irracional. Em São Paulo isso fica evidente quando clubes como o Ypiranga, de origem operária, ingressam na Liga Paulistana de Futebol (LPF) e os clubes da elite se desligam da mesma fundando a Associação Paulista de Sports Athléticos (APSA). No Rio de Janeiro, os primeiros clubes a terem negros em seus esportes eram punidos com o desligamento à Liga Metropolitana. Em São Paulo os principais clubes de elite eram o SPAC, o Paulistano (até hoje 5º maior campeão estadual), o Mackenzie e o Clube Germânia; no Rio de Janeiro, Fluminense, Botafogo, Flamengo; no Rio Grande do Sul, a dupla Grêmio e Internacional (1909)¹⁹; na Bahia, o EC Vitória; em Recife, o Sport Club Recife e o Clube Náutico Capibaribe; no Maranhão, o Moto Club; em Belém, o Clube do Remo.

Em termos das camadas populares, o universo do trabalho representava um total controle da elite, então foi no momento de lazer que se tornou possível a reinvenção de identidades, sendo que fundação de clubes reafirma essa identidade a cada jogo, quando além de ter todo o rito revivendo sua mitologia ainda tem o embate simbólico com o outro time, os outros símbolos, outra mitologia. Ligas alternativas surgem, com destaque a “Liga dos Canelas Pretas” em Porto Alegre, sendo que alguns clubes de origem operária saem dessas ligas e acabam se organizando para

¹⁹ Como mostra a pesquisa de Damo (1998), o Internacional formou-se através da elite da cidade, diferentemente ao que lhe é creditado por sua torcida e seu *slogan* “clube de povo”

adentrar nas ligas oficiais. Bangu e São Cristóvão são exemplos no Rio de Janeiro; SC Corinthians Paulista e Ypiranga, em São Paulo; Jabaquara em Santos; Ferroviário no Ceará. Por mais que as ligas tentem manter seu caráter exclusivo, clubes operários ou de origem imigrante são incorporados, lembrando sempre que não houve nenhum clube formado exclusivamente por negros a chegar a uma liga oficial²⁰.

II.IV – A Criação da Confederação Brasileira de Desportos (CBD)

A partir da criação da Associação Paulista de Sports Athléticos, liderada pelo Paulistano em 1913, foi o estopim para a tomada de ação dos dirigentes cariocas visando o controle institucional sobre o futebol brasileiro. Visando a formação de uma delegação brasileira aos Jogos Olímpicos, Álvaro Zamith aproxima a recém-fundada Liga Metropolitana de Esportes Atléticos (LMEA, da qual a antiga Liga Metropolitana foi incorporada) da APSA, pois uma vez que seus ideais de práticas esportivas e políticas eram próximos, seria possível costurar um acordo para fundar um órgão olímpico nacional.

O Brasil desse período ainda é composto por uma série de centralidades regionais em todo o território, além do Rio de Janeiro, capital política e econômica do país. No entanto, por conta do crescimento vertiginoso do café nas três décadas anteriores, o poderio político e econômico de São Paulo elevou a relevância política a ponto do estado a liderar todo o processo eleitoral nacional no período da República Velha. São Paulo, aliás, na década seguinte se tornaria a Região Concentrada do país (Santos, 2014), principal centralidade industrial que demandaria maior integração nacional devido à necessidade de aquecer o mercado interno para continuar a impulsionar sua produção. Assim, os dirigentes cariocas necessitavam do apoio político dos dirigentes paulistas para que houvesse legitimidade, notando-se que as demais federações já existentes serviriam apenas de apoio periférico.

Com a sinalização positiva por parte da APSA, em 8 de junho de 1914 houve a reunião no Rio de Janeiro visando a fundação do Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Participaram da reunião os representantes da Federação Brasileira das Sociedades do Remo, da própria LMEA, da APSA, do Automóvel Clube Brasileiro, da Comissão Central de Concursos Hípicos, do Clube Ginástico Português, do late Clube Brasileiro e do Aeroclube Brasileiro. Com o número representativo de entidades, selou-se a

²⁰ Dentre os clubes de imigrantes, são notáveis o Grêmio (1903), o Coritiba (1909), o Guarani (1911), Juventude (1913), Palestra Itália – SP (1914, atual SE Palmeiras), Jabaquara (1914), CR Vasco da Gama (1915, departamento de futebol), AA Portuguesa de Desportos (1920) e Palestra Itália – MG (1921, atual EC Cruzeiro).

criação do COB e também da Federação Brasileira de Esportes, a FBE. Enquanto o comitê cuidaria das tratativas da seara dos Jogos Olímpicos, a federação tinha como objetivo organizar os campeonatos em âmbito nacional, além das tratativas com as demais competições internacionais.

A justificativa social dos fundadores para a criação da entidade, segundo dos Sarmiento (2006), foi eugenista ao sustentar que através do esporte seria capaz de criar uma “raça” brasileira mais forte e adaptada. Além disso, uma federação esportiva nacional colocaria o Brasil no conjunto de “civilizações” mais avançado, corrigindo um atraso em relação às grandes potências.

O Comitê Olímpico Brasileiro teve prioridade organizacional por conta da aproximação dos Jogos Olímpicos de 1916, jamais realizados por conta da Primeira Guerra Mundial. Os dirigentes da Liga Paulista de Futebol, ao observarem a criação do COB e da FBE, sentiram que estariam em posição de desvantagem em relação a APSA caso a FBE tivesse o controle de fato da organização política dos esportes no Brasil. Valendo-se da aceitação da FIFA de federações exclusivamente criadas ao futebol, junto a boas relações com federações de futebol internacionais, a LPF reuniu-se com representantes de clubes do Rio Grande do Sul e do Paraná e, com apoio da Associação de Futebol da Argentina (AFA) e da Associação Uruguaia de Futebol (AUF), fundaram a Federação Brasileira de Futebol em 16 de agosto de 1915. A FBF foi reconhecida perante a instituição máxima do futebol, causando desconforto aos dirigentes da FBE, uma vez que seu poder em relação ao esporte nacional estava ameaçado.

A resposta da instituição carioca foi sua oficialização em novembro de 1915 e o envio de um pedido de filiação à FIFA, não obtendo nenhuma resposta. Assim, a FBE teve que negociar com a FBF, ganhando contornos de pressa com a criação do Campeonato Sul-Americano de Futebol por parte da AFA para 1916, comemorando o centenário da independência da Argentina. Por conta do impasse, o Brasil não conseguia mandar representação a nenhuma competição da qual era convidado, tornando um problema diplomático ao Estado brasileiro. O ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, conseguiu fazer um pacto entre paulistas da LPF e cariocas da LMEA, suspendendo as atividades da FBE e FBF e pondo ambas sob jurisdição da Confederação Brasileira de Desportos, fundada em 21 de junho de 1916.

O selecionado brasileiro para o I Campeonato Sul-Americano foi convocado por cariocas e paulistas em conjunto, coalizão que rendeu frutos nos gramados. O Brasil conseguiu chegar até a última partida com chances de vitória, porém ao perder para o

Uruguai por 2x1, a Celeste sagrou-se a primeira campeã continental. O resultado foi visto como positivo à comissão da recém-criada CBD. Representantes da nova instituição estiveram na fundação da Confederação Sul-Americana de Futebol (Conmebol), assim como mostraram poder de negociação ao conseguirem que o III Campeonato Sul-Americano de futebol fosse disputado no Brasil.

Mascarenhas (2014) argumenta que esse processo mostra que a ritualização do futebol se tornou questão econômica e política, modificando estruturalmente o futebol brasileiro. O autor diz que

Assim, os clubes, que originalmente eram uma associação de indivíduos, por livre iniciativa de cada um e totalmente isenta de interesses materiais, reunindo jovens mobilizados para desfrutar os benefícios do esporte e da vida associativa, além de conquistar a notoriedade e prestígio no restrito circuito das elites, foram paulatinamente se transformando. Tornaram-se entidades dispostas a vencer, mais que a jogar ou a se exhibir. Isso implicava maior organização, cobrança interna, tensões, exercícios físicos, disciplina tática e, sobretudo, privilegiar atletas mais “competentes”, independentemente de sua cor ou origem social. (MASCARENHAS, 2014, p.119)

Com a aproximação do campeonato de 1919, o clube do qual fazia parte o presidente Arnaldo Guinle da CBD, o Fluminense FC constrói seu estádio com capacidade inicial para 18 mil pessoas, divididas em três diferentes espaços internos: a área social, a arquibancada e as gerais. Assim, já é possível verificar que o espaço de espectação foi dividido de forma a pôr a elite em um ambiente próprio, a área social, uma vez que a popularização do futebol continuava e as camadas populares eram majoritárias tanto dentro quanto fora de campo.

O Campeonato Sul-Americano de 1919, atrasado em um ano pela epidemia de gripe espanhola, parou para ver os jogos da Seleção Brasileira, que fez boa campanha e chegou à final contra os algozes de 1916, o Uruguai. Delfim Moreira, presidente em exercício, declarou ponto facultativo nas repartições públicas, pois a cidade respirava ansiosamente pelo jogo. O futebol alcançava no Brasil o *status* de esporte nacional e o sucesso do time brasileiro era visto como o sucesso de toda a nação. Com gol de Friedenreich, *El Tigre*, o Brasil venceu por 1x0 a Celeste e sagrou-se campeão do torneio, fato eternizado no chorinho “Um A Zero” de Pixinguinha.

II.V Gravatas e Cartolas: As intervenções estatais no futebol brasileiro de 1920 a 1946

A primeira grande intervenção estatal no futebol brasileiro foi de fato a criação da Confederação Brasileira de Desportos através do Ministério das Relações Exteriores em 1916. No entanto, apenas a partir do título de 1919 o Executivo nacional começou a enxergar o futebol como algo a fomentar a identidade nacional. Um símbolo, este, genuinamente com participação popular, ainda que o corpo dirigente fosse composto somente por representantes das elites carioca e paulista. Sem a contribuição de jogadores das camadas populares como Neco, Arnaldo Silveira e Friedenreich, sendo *El Tigre* um jogador negro, possivelmente o resultado do torneio seria abaixo do ocorrido, uma vez que os clubes escalavam jogadores muito mais por talento que por condições financeiras.

A política exterior do Brasil, por outro lado, estava disposta a mostrar um país europeu aos seus pares no exterior. Um ano após a conquista, durante a visita do Rei Albert I da Bélgica ao Brasil, nos jogos de exibição ao rei todos os jogadores negros foram impedidos de jogar. O presidente Epitácio Pessoa, convidado a membro de honra da CBD, proibiu a presença de jogadores negros na Seleção Brasileira que disputaria o V Campeonato Sul-Americano de futebol, em 1921. O time brasileiro, enfraquecido, acabou tendo uma péssima campanha. No VI Campeonato Sul-Americano, disputado novamente no Estádio das Laranjeiras no Rio de Janeiro, o Brasil conseguiu o bicampeonato novamente com o a seleção incorporando jogadores negros. A partir de 1922, também, o Brasil teria seu primeiro campeonato nacional de futebol, o Campeonato Brasileiro de Seleções da CBD. O objetivo da competição era arrecadar fundos para a CBD, pois ao contrário das federações estaduais, esta não tinha uma competição própria para arrecadação de fundos. Na primeira edição contou com os times de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná. Gradualmente foi incorporando as demais seleções das regiões Norte, Amazonas e Pará, Nordeste, Sudeste e Sul. Por conta da dificuldade de deslocamento, as primeiras fases eram regionais, realizando encontros nacionais apenas a partir da fase de oitavas-de-final.

Durante o governo de Washington Luís, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores destinou verba para amparar a Seleção Brasileira para os Jogos Olímpicos de 1928 e a Copa do Mundo de 1930. Pela primeira vez, a CBD recebe de maneira direta verba pública para auxílio da Seleção, mostrando que o esporte que interessava

ao país era o futebol, sendo que demoraria muito, até o final da década de 1960, para que os demais esportes tivessem mais espaço dentro da CBD, lembrando que por mais que seus dirigentes fossem ligados ao esporte bretão, no papel tratava-se de uma instituição destinada a gerenciar todas as modalidades esportivas.

A década de 1930 apresentou mudanças significativas na relação do Estado com o futebol, assim como na configuração territorial e política do Brasil como um todo. Getúlio Vargas, empossado em 1 de novembro de 1930 depois de um golpe de estado, tratou de colocar a CBD e o futebol brasileiro no seu projeto político nacional. De forma a levar esse projeto a todo o arquipélago territorial ainda pouco integrado, o Governo Vargas obteve enorme sucesso com o uso de um novo objeto técnico capaz de cobrir longas distâncias sem precisar de redes estruturais pavimentadas de um fixo a outro: o rádio. Através da difusão em ondas, foi possível que do Rio de Janeiro se estruturasse uma programação de conteúdo, valorizando o que seus políticos e intelectuais viam como pontos fundamentais da cultural nacional: o samba e o futebol.

Desde a vitória no III Campeonato Sul-Americano em 1919 já se falava que o Brasil tinha um modo nacional de jogar futebol, uma forma única diferente da fórmula inglesa ou mesmo da uruguaia, que viveria nos anos 1920, seu ápice de glórias. No entanto, é possível que esse modo brasileiro de jogar não refletisse de fato todas as formas com que o futebol. Mascarenhas (2001), aponta que a configuração territorial do Rio Grande do Sul tornou possível que diferentes maneiras de entender e jogar futebol foram elaboradas diante das influências platinas e dos imigrantes europeus que ocuparam sobretudo a Serra Gaúcha. Segundo o autor, a influência de Montevideu e Buenos Aires na região da Campanha Gaúcha, de ocupação semelhante tanto nas formas econômicas como nos modos de reprodução da vida do interior do Uruguai e da Argentina, foi forte até o crescimento de Porto Alegre até o momento em que a cidade aumentou sua centralidade diante das outras demais da rede urbana gaúcha.

Desse modo, o futebol praticado no interior do Rio Grande do Sul veio de duas matrizes populacionais muito distintas a da capital, o Rio de Janeiro. Assim, conforme se deu a ocupação do espaço em determinada região do país, as feições e o modo de jogar são próprios de como uma dada população se insere nessa prática e das influências externas ali existentes. É possível afirmar que indo na contramão aos discursos oficiais, não havia um futebol realmente nacional. A própria Seleção Brasileira, quando escalada aos grandes certames, contava praticamente com jogadores de Rio de Janeiro e São Paulo, muitas vezes com disputas entre as duas

idades, pois conforme será elucidado, as relações entre paulistas e cariocas na CBD tornam-se novamente com atritos e culpa-se o estilo de uma cidade ou da outra pelos insucessos do selecionado, especialmente durante a Copa de 1930.

Os dirigentes cariocas e paulistas se dividiam em relação aos rumos tomados pelo corpo dirigente da Confederação Brasileira de Desportos, sendo que os paulistas da APSA ansiavam maior participação na entidade, além de terem em pauta a profissionalização dos jogadores. Sobre a profissionalização, em muitos países já era uma prática comum, sendo esta a motivação oficial da saída do futebol como competição olímpica para a criação da Copa do Mundo da FIFA. No entanto, aos dirigentes da CBD ainda era importante salvaguardar o amadorismo como ideal de valorização da prática esportiva aos modos que a elite criara no final do século XIX, embora já houvesse o pagamento de maneira informal aos jogadores, o chamado “amadorismo marrom”. Com desentendimentos sobre a comissão técnica enviada a Montevideu, a APSA decide não ceder nenhum de seus jogadores à Seleção Brasileira, retirando assim 18 dos 23 selecionados. Um novo elenco foi montado sem os jogadores da APSA além do paulista Araken Patuska, que havia sido desligado de um vínculo formal com o Santos. O Brasil não fez uma boa campanha durante o torneio e não conseguiu se classificar às semifinais, o certame foi vencido ao final pelos anfitriões uruguaios, como já descrito no primeiro capítulo desse trabalho.

De volta ao Brasil, os embates pela profissionalização intensificam-se após a perda de jogadores a países com leis trabalhistas próprias aos jogadores de futebol, sendo que pelas regras da FIFA naquele momento, como aponta Sarmento (2006), uma vez que não houvesse vínculo de emprego anterior não necessitava o pagamento do passe ou qualquer compensação no momento da contratação de um jogador. Assim, muitos times brasileiros sofrem com investidas de clubes franceses, italianos²¹, argentinos e uruguaios. Essas perdas resultam no fortalecimento das posições da APSA e no racha da LMEA com a criação da Liga de Clubes de Futebol (LCF), composta por Bangu, América, Vasco da Gama e Fluminense, tendo os dirigentes cariocas da CBD que lidar agora com oposição em seu terreno político.

As frequentes recusas da CBD diante do tema da profissionalização, embasadas na teoria de tomada paulista do controle do futebol nacional²², resultam em 1933 no desligamento da APSA e da LCF da CBD e a criação de uma nova entidade nacional de futebol, a FBF.

²¹ Estes servindo até à Seleção Italiana, caso dos *oriundi* descritos no primeiro capítulo.

²² Não esquecendo que trata-se do período marcado pelo levante de São Paulo contra o governo federal em 1932, resultando na capitulação paulista poucas semanas após o início do conflito.

A rixa entre as federações, segundo Da Silva e Pinto (2006), virou um imbróglio ao governo e resultou na promulgação do mesmo da Lei Getúlio Vargas de 1935, ou Lei de Censura Theatral, cuja finalidade foi regular uma série de parâmetros a inscrição de jogadores aos clubes, indo de encontro às regulamentações do trabalho que culminariam na Consolidação das Leis do Trabalho de 1943. Esse foi um passo decisivo em direção ao enquadramento do futebol às políticas públicas varguistas.

Antes da lei ser promulgada, a CBD tratou de manter sua entidade com o domínio sobre a Seleção Brasileira, delegando à FBF o gerenciamento dos clubes. A nova entidade, visando diferenciar-se, tentou costurar politicamente um campeonato nacional de clubes, porém não teve êxito devido a não-adesão de outras federações estaduais. A solução foi a criação de um torneio envolvendo os membros da LCF, LMEA e da APSA, formando um campeonato interestadual Rio-SP²³ vencido pelo Palestra Itália.

O sucesso do torneio em termos econômicos e esportivos não foi um bom sinal a CBD. A confederação às duras penas conseguiu enviar a delegação brasileira aos Jogos Olímpicos de 1932 em Los Angeles, conseguindo alocar os atletas dentro de um navio cargueiro. Além disso, a partir de 1936 as demais modalidades começaram a inquietar-se pressionando por uma gestão à parte da CBD. O projeto varguista de aproximação com as massas contava com o futebol, forte mobilizador popular. Diria Vargas sobre o futebol:

“Compreendo que os desportos, sobretudo o futebol, exercem uma função social importante. A paixão desportiva tem poder miraculoso para conciliar o ânimo dos integralistas com o dos comunistas ou, pelo menos, amortecer transitoriamente suas incompatibilidades ideológicas. (...) É preciso coordenar e disciplinar essas forças, que avigoram a unidade de consciência nacional” (VARGAS, Getúlio. In: LIRA FILHO, J. 1983, p.128)

Essa consciência do chefe do Executivo sobre o papel do futebol como forma de consolidar identidades, levou a um passo decisivo na vinculação da CBD ao governo. O início foi a posse de Luiz Aranha²⁴ à presidência da CBD possibilitando

²³ Considerado o primeiro Torneio Rio-SP, extinto no início dos anos 2000.

²⁴ Irmão de Oswaldo Aranha, ex-ministro da Fazenda do Governo Vargas até 1934, quando assumiu o cargo de embaixador do Brasil nos EUA mantendo-se no exterior por quatro anos, retornando após aceitar a chefia do Ministério das Relações Exteriores.

ações diretas do Executivo dentro da confederação, uma vez que Aranha era pessoalmente próximo à Vargas. O novo presidente costurou acordos com a Liga Metropolitana (antiga LMEA), com a APSA, com a recém-fundada Federação Paulista de Futebol (FPF, criada pela CBD visando criar divergências entre os paulistas) e com a FCB, conseguindo junção das duas federações de cada estado formassem uma só. No caso da capital carioca, surgiu a Liga de Futebol do Rio de Janeiro, enquanto no estado de São Paulo houve a incorporação da APSA à FPF.

O futebol já era usado como propaganda do Governo Vargas desde a vitória na Copa Rio Branco, torneio envolvendo as seleções de Brasil e Uruguai. Os grandes nomes do selecionado nessa ocasião foram Domingos da Guia e Leônidas da Silva, dando subsídios à teoria de democracia racial, assim como as obras de Cândido Portinari e Gylberto Freire (Da Silva & Pinto, 2006). Freire, por sinal, escreveu que a vitória do Brasil só se deu quando Paulinho, jogador branco filho de membros da elite, esteve junto com Leônidas, negro das camadas populares. A Copa de 1934 não foi de grande valia aos interesses varguistas pelo baixo rendimento, cabendo à CBD de Aranha uma melhor apresentação na Copa da França em 1938.

Sobre a Copa de 1934, é importante salientar que o chefe da delegação brasileira foi Lourival Fontes, ex-chefe do Departamento Nacional de Educação Physica. Para o governo de Vargas, o Esporte devia ser atrelado à Educação como forma de passar conceitos de civismo, pátria, patriotismo, nação e nacionalismo. Além da Educação, o Executivo planejava dar um sentido ideológico ao país consonante ao seu projeto de governo, sendo criado em 1934 o Departamento Oficial de Propaganda, o DOP. Foi o DOP, e mais a frente em 1939 o Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, que começou a fazer das datas cívicas momentos de discursos em estádios. Até 1942, coube ao Estádio Vasco da Gama, conhecido como São Januário*(Inaugurado em 1927 em uma partida entre CR Vasco da Gama e Santos FC, em 5x3*), a recepção do chefe do Executivo nacional. A partir dessa data, com a inauguração do Estádio do Pacaembu, Getúlio Vargas utilizou-se da nova estrutura para fazer discursos também na capital paulista.

Em 1937, com um novo golpe de Estado, Getúlio Vargas centraliza ainda mais o poder a fechar o Congresso, extinguindo os partidos políticos com auxílio do Exército. O Estado Novo estava instaurado. Uma nova Constituição entra em vigor, assim como um aparato de perseguição forte. Napolitano (2013) observa que as forças de repressão do DIP foram treinadas junto a Gestapo da Alemanha Nazista e foram a base do pensamento de perseguição que voltariam à cena a partir do Golpe

Militar de 1964. No ano seguinte, a CBD é submetida ao Conselho Nacional de Cultura, órgão do Ministério da Educação. O futebol brasileiro só se desatrelaria do Estado com a extinção do Conselho Nacional de Desportos (CND), criado em 1941 e dissolvido na Constituição de 1988. O futebol torna-se mais que um simples aglutinador nacional, torna-se propaganda da “força da raça brasileira”, sendo feitas películas como “Alma e Corpo de uma Raça”, com os valores da eugenia brasileira.

A Copa de 1938 teve uma preparação especial por parte da CBD conduzida pelo Gen. Castello Branco, novo chefe da delegação da Seleção Brasileira. O resultado foi positivo ao Estado Novo, com o Brasil apresentando um bom futebol e sendo eliminado pela Itália fascista nas semifinais em um jogo onde a arbitragem foi questionada pelas autoridades brasileiras. O Brasil pela primeira vez em sua história alcançou o 3º lugar no *podium* da Copa do Mundo, animando o governo a candidatar-se como sede à Copa do Mundo de 1942. A vontade de ser sede da Copa do Mundo seria interrompida pela Segunda Guerra Mundial. No entanto observa-se que os planos para a construção de um estádio nacional no Rio de Janeiro serão os mesmos que 12 anos mais tarde resultarão na construção do Estádio do Maracanã – com a diferença que este é um estádio municipal.

II.VI – Brasil: Região Concentrada, integração nacional e dois títulos mundiais

A industrialização paulista, conjuntamente a política econômica cambial a favor da indústria e a modernização estatal promovida durante o Estado Novo resultaram, segundo Silveira e Santos (2014), a concentração econômica e espacial de São Paulo e Rio de Janeiro, resultando na demanda dessa região central de novos mercados. O Brasil começa a ser integrado por rodovias, sendo estas fundamentais ao surgimento de novas cidades, sendo o caminhão o principal meio-de-transporte entre a metrópole e os centros regionais. A função metropolitana fica cada vez mais a São Paulo, pois a dinâmica e a diversificação industrial tornam o Rio de Janeiro menos importante no contexto econômico.

As novas vias de circulação foram planejadas para atender à indústria paulista, assim como coube a mesma a construção dessas estruturas. As principais áreas da produção em São Paulo eram a indústria de base e a recém-instalada indústria automobilística, especialmente na segunda metade da década de 1950. Aeroportos também surgem nesse contexto, interligando o Brasil através da aviação civil. A expansão demográfica no Sudeste exigiu do Norte e do Nordeste produtos agrícolas

para sustentar a produção, assim como a construção de Brasília exige um aporte maior da indústria paulista.

As antigas metrópoles costeiras foram, desse modo, reduzindo a sua polarização frente às suas áreas tradicionais de influência, pois de um lado o novo sistema de transporte induzia os deslocamentos para São Paulo e o Rio de Janeiro e, de outro, essas metrópoles regionais litorâneas se tornaram incapazes de fornecer bens e serviços às suas regiões (SILVEIRA, M. L.; SANTOS, M., 2014, p.46)

Em termos da política eleitoral, esse processo da integração nacional se deu após a saída de Vargas do Executivo, no período onde houve pleitos à presidência da República entre 1946 e 1964, compreendendo os governos de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Getúlio Vargas (1951-1954), Café Filho (1954-1955), Carlos Luz (1955), Nereu Ramos (1955-1956), Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961), Ranielli Mazzilli (1961), João Goulart (1961-1964), período no qual o futebol brasileiro continuou a seguir na tônica dada pelo Estado Novo em termos de consolidação do Campeonato Brasileiro de Seleções, no fortalecimento da Seleção Brasileira como símbolo nacional e na construção de estádios como símbolos arquitetônicos nacionais.

Mascarenhas (2014) aponta que a distribuição das cidades-sede da Copa do Mundo de 1950 no Brasil é um dado importante na análise do avanço e os limites da integração nacional, seguindo ainda as diretrizes de modernização traçadas no Estado Novo. O torneio foi realizado nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste, excluindo assim o Centro-Oeste e o Norte. O Nordeste foi representado por Recife em um ato mais simbólico que uma sede de fato, afinal o Estádio da Ilha do Retiro recebeu apenas uma partida. O Sul esteve presente com Curitiba e Porto Alegre, contabilizando quatro partidas ao total. O Sudeste foi representado pela capital federal, por São Paulo e Belo Horizonte, tendo 17 partidas ao total com 14 destas nos estádios do Pacaembu e do Maracanã. Essa configuração vai de encontro, segundo o autor, a um quadro de integração parcial do território, onde a zona próxima ao Oceano Atlântico está melhor conectando em termos de circulação e informação. Assim, por mais que tentasse se vender a ideia de uma Copa que abarcasse a nação, apenas parte do território estava próxima a um estádio e outra fração menor estava próxima dos locais onde os jogos mais se concentraram.

Seguindo os passos traçados no Estado Novo, há o incentivo a construção de estádios, públicos ou privados, estando o futebol presente em todo o território e, com a Copa do Mundo, os estádios são aumentados. Esse aumento de capacidade foi devido ao aumento da especulação no Brasil durante os anos 1930 e 1940, quando os

estádios se tornaram abarrotados e surge a demanda de novas áreas ao público. As elites já não se interessavam muito pelo jogo, em especial com o aumento sensível do público das camadas populares, sendo que o principal papel das elites no futebol é o controle político dos clubes e federações. Assim, os espaços que mais cresceram foram os setores populares como as gerais e as arquibancadas, surgindo as charangas e as torcidas uniformizadas, elementos da socialização nos estádios surgidos nos anos 1930 de participação popular, cujos integrantes eram reconhecidos por vestirem camisas semelhantes às dos clubes em um espaço onde os trajes sociais ainda predominavam²⁵.

Nesse cenário das massas como maioria absoluta da especiação em estruturas para abrigar dezenas de milhares de pessoas, o projeto de estádio nacional torna-se plausível, especialmente com o deferimento à candidatura do Brasil como sede da Copa do Mundo. Ao contrário do esperado, a esfera municipal do Rio de Janeiro bancou as obras, mesmo que seguindo o projeto do edital de Gustavo Capanema, ministro do Estado Novo. O Maracanã fica pronto às vésperas da Copa do Mundo em 1950, com capacidade para mais de 150 mil pessoas, o maior estádio do mundo naquele momento. Construído como símbolo da grandeza do Brasil como nação e como potência do futebol, com capacidade de fazer obras de engenharia em nível das nações europeias e assim sediar um evento internacional. Além do mais, ficava na capital e colocava qualquer estádio paulista ou do restante do Brasil como pequeno perto de sua grandiosidade.

O Brasil para a Copa do Mundo de 1950 tornou-se um país ansioso onde reza a lenda que Seu Dondinho, pai de Pelé em Três Corações (MG), ouvia através do rádio cada partida do selecionado nacional. Na primeira fase, o Brasil vence o México, e a Iugoslávia, empatando com a Suíça. A boa campanha classifica a seleção azul-e-branco em primeiro lugar do grupo ao quadrangular final. No quadrangular, o Brasil vence a Suécia e a Espanha com placares elásticos, restando um simples empate com o Uruguai para sagrar-se campeão.

Com 199.854 torcedores presentes ao Maracanã, o Brasil enfrentou a seleção alviceleste no dia 16 de julho de 1950. O Brasil abre o placar, confirmando o otimismo de um país que ia além do esporte, era como se o desejo de figurar entre os países

²⁵ Holanda (2010) mostra que o fenômeno das torcidas uniformizadas não está relacionado às torcidas organizadas, surgidas décadas depois. As uniformizadas tinham um viés carnavalesco incentivado por eventos para julgar a festa mais bonita entre as torcidas, as melhores marchinhas etc.

centrais passasse pelo sucesso no futebol. No entanto, com Schiaffino, ídolo do Peñarol e do escritor uruguaio Eduardo Galeano *(Como o próprio diz na introdução de Futebol ao Sol e à sombra, por mais que fosse torcedor do rival Nacional *), vem o empate e de Ghiggia o gol que deu ao Uruguai o seu bicampeonato mundial. A derrota causa um sentimento nacional de frustração, pois dentro da grandiosidade do Maracanã abarrotado, precisando de apenas um simples empate em uma fase final excepcional. Azar, erro do goleiro Barbosa e a falta de capacidade do Brasil em ser campeão surgem como as principais teses da derrota, sobrando inclusive ao uniforme, tendo os calções e camisas brancos com detalhes azuis sendo substituídos pelo calção azul e a camisa verde-e-amarela hoje cores de reconhecimento da Seleção Brasileira. O episódio ficou conhecido como Maracanazzo e até hoje é mito que sai das quatro linhas e permeia toda a sociedade brasileira²⁶.

Com a saída de Luís Aranha do quadro da CBD e sua colocação no posto de vice-presidente da FIFA, esta ainda sob a presidência de Jules Rimet, o Brasil consegue maior poder diplomático dentro do futebol. Dentro do quadro sul-americano, a CBD pela primeira vez era alçada como a mais importante confederação nacional, conseguindo com aval da FIFA a realização de um torneio de clubes campeões, a Copa Rio (ou Torneio Internacional dos Clubes Campeões), visando trazer à tona a euforia da Copa do Mundo do ano anterior. O torneio reuniu o Austria Wien (Áustria), o Vasco da Gama, o Palmeiras, a Juventus (Itália), o Nice (França), o Nacional (Uruguai), o Estrela Vermelha (Iugoslávia) e o Sporting (Portugal), todos os campeões mais recentes de suas ligas nacionais ou locais, uma vez que no Brasil não havia torneio nacional de clubes. O torneio foi jogado no Estádio do Pacaembu em São Paulo e no Estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro. A final entre Palmeiras e Juventus se deu em duas partidas com 56 mil pessoas no primeiro jogo e aproximadamente 100 mil no outro. O clube paulista sagrou-se campeão com um agregado de 3x2 (1x0 e 2x2) em cima dos juventinos, sendo o primeiro esquadrão brasileiro a ser campeão de um torneio em nível mundial dentro do Estádio do Maracanã.

Em relação a moral nacional, o torneio serviu de alento ao país ainda crente na falta de fibra do Brasil. Já a CBD não lucrou o tanto que havia planejado, sendo que a edição seguinte houve desistências anteriores à realização de Juventus e Racing (Argentina), e durante o andamento do torneio, Peñarol, do Uruguai. Assim, o título conquistado pelo Fluminense SC em cima do SC Corinthians Paulista, com 65 mil torcedores na grande final, não teve o mesmo apelo da edição anterior.

²⁶ Talvez com o *Mineirazzo*, na derrota de 7x1 diante a Alemanha na Copa do Mundo de 2014, sendo o único evento equiparável em tamanho de tragédia nacional ritualizada pelo futebol.

Além do fracasso futebolístico, a Confederação Brasileira de Desportos via-se sob pressão das demais modalidades pela falta de recursos às demais modalidades esportivas. A CBD alegava que o repasse de verba para acolhimento e treinamento dos atletas em competições internacionais era da alçada do CND. No entanto, aos Jogos Pan-Americanos de 1951, sediado em Buenos Aires, o repasse de verba não foi efetuado e a CBD teve que arcar com todos os custos dos atletas. Claramente a política da confederação continuava a mesma desde sua origem, com forte investimento no futebol, até por entender que esta era central na identidade nacional, e pouco investimento nas demais modalidades.

À Copa do Mundo de 1954, pela primeira vez a Seleção Brasileira deslocou-se à Europa de avião. O novo modal simplificou a logística da CBD, dando muito mais tempo de treinamento na Suíça, país-sede da Copa do Mundo. Por mais que a preparação tenha sido bem executada, o Brasil não passou das quartas-de-final, perdendo de 4x2 da Hungria de Puskás. Sarmiento (2006) aponta que para suavizar a eliminação, a CBD culpou o juiz pela expulsão do lateral Nilton Santos alegando favorecimento ao quadro húngaro por uma suposta simpatia com a internacional comunista.

Em janeiro de 1958, Jean-Marie Faustin Goedefroid Havellange, João Havellange, foi eleito presidente da CBD. Ex-presidente das federações de São Paulo e do Rio de Janeiro de esportes aquáticos, o novo presidente tinha 41 anos e tinha vasto conhecimento sobre as instituições esportivas por conta da experiência desenvolvida como conselheiro da CBD. Sua manutenção no cargo duraria muito mais que o planejado, estendendo até 1974, sendo um ator político importante durante o período da Ditadura Militar.

Sob a tutela de Havellange, a Seleção Brasileira continuou sendo o carro-chefe dos investimentos, mesmo com a promessa do presidente de tratar as modalidades de maneira mais igualitária. Em termos de preparação à Copa do Mundo de 1958, a CBD tentou minimizar a tal fraqueza de espírito do brasileiro com uma preparação física exemplar. Assim, através da disciplina e do aprimoramento corporal Havellange almejava conseguir dar fim aos tropeços da Seleção, uma ressignificação de ideias sobre o papel da preparação física ainda dentro de um pensamento eugenista sobre características da “raça”.

O Brasil na década de 1950 apresentava um cenário político conturbado, especialmente nas relações entre os presentes eleitos do Partido Social-Democrata e do Partido Trabalhista Brasileiro, ambos criados ao final do Estado Novo com a

oposição conservadora da União Democrática Nacional. Os dois partidos são criados por Getúlio Vargas às vésperas do fim do Estado Novo e da restituição do processo eleitoral aos cargos do Executivo e Legislativo em todas as esferas do Estado brasileiro. Em um contexto marcado pelo acirramento da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética, o anticomunismo tornou-se crescente e já no Governo Dutra a legalidade dada poucos meses antes ao Partido Comunista do Brasil (PCB) é revogada. Napolitano (2013) aponta que há uma mudança interna de diretrizes dentro por parte de alas do Estado-maior das Forças Armadas. A Escola Superior de Guerra do Exército Brasileiro passou a desenvolver teorias de defesa contra inimigos internos, envolvendo vigilância e intervenções caso sentisse necessidade. Por conta disso, a partir dos anos 1950 as pressões militares são frequentes, sendo influentes na morte de Getúlio Vargas em 1954 e na dificuldade da posse de Juscelino Kubitschek (PSD) em 1956, quando o General Teixeira Lott garantiu sua posse.

Após a posse, Juscelino Kubitschek faz sua primeira aparição pública no Maracanã, como forma de aumentar sua popularidade perante a população. A Copa do Mundo de 1958 foi, segundo Agostino (2012), uma oportunidade ao presidente de manter elevada sua popularidade, além de utilizar o foco no torneio para efetuar substituições no seu corpo ministerial. Com resquícios das premissas que guiaram o Estado Novo sobre o futebol, no período democrático de 1946-1964 as figuras públicas, destacadamente os presidentes, entendiam a importância de vincularem-se ao jogo para tecer cumplicidade com a população. Além de seu aparecimento público no Maracanã, Juscelino Kubitschek convida Seu Amaro, pai de Garrincha, para ouvir junto a ele a partida entre Brasil x País de Gales.

O Brasil do técnico Vicente Feola era um time fisicamente muito bem preparado e contava com um elenco talentoso. Pensando no futebol como metáfora religiosa, ali estavam reunidos muitos dos ícones das várias agremiações do país. Gylmar goleiro do Corinthians; Zito, Pepe e Pelé, jogadores do Santos; Garrincha, Didi, Zagallo e Nilton Santos do Botafogo; Bellini e Vavá do Vasco da Gama; entre outros são exemplos de jogadores que tornaram-se lendas, figuras que muitos atualmente não viram jogar mas os colocam acima por conta de feitos esportivos que, através do rito do jogo, tornaram-se mitos de cada torcida. Com a vitória de 5x2 sobre a Suécia, na final do torneio, estes jogadores tornaram-se também figuras “santificadas” e lendárias dentro do rol de jogadores que passaram pela Seleção Brasileira. Não seria para menos, afinal, o país quebrava todo o pensamento de defasagem, atraso e finalmente o sentimento era de afirmação nacional perante o mundo.

Durante a comemoração no Rio de Janeiro, Juscelino Kubitschek bebe champagne na taça. A popular marchinha “A taça do mundo é nossa” de Wagner Maugeri, Lauro Müller, Maugeri Sobrinho e Victor Dagô²⁷, elucida essa euforia com as estrofes “com o brasileiro não há quem possa” e “ganhou a taça / sambando com a bola no pé”. Em termos do governo, outros fatos como a construção de Brasília, a pretensa modernização do país e a integração nacional tiveram amparo no futebol como símbolo do desenvolvimento e avanço da nação.

Impulsionado pela vitória do selecionado, em 1958 João Havellange resolveu que o momento era de capitalizar o futebol através de um torneio nacional de clubes, especialmente com a expectativa da criação de um torneio sul-americano para 1960 aos moldes da Copa dos Campeões na Europa. O mandatário visava criar condições de através do futebol conseguir tirar a CBD de seus problemas financeiros e assim diminuir a pressão das federações das demais modalidades.

Sarmiento (2006) aponta que os obstáculos ocasionados pelas dimensões continentais do país eram conhecidos dos dirigentes, resultando na escolha de um formato de eliminatórias regionais com jogos de ida-e-volta evitando que os clubes tivessem muitos deslocamentos. Na primeira edição, de 1959, equipes de 16 dos 22 estados existentes marcaram presença, sendo que os representantes de Rio de Janeiro e São Paulo só entraram com o campeonato em andamento – uma tônica do torneio até sua extinção na década seguinte. Dessa forma, um time que jogasse a primeira fase só enfrentaria um clube de outra região na terceira fase do torneio, enquanto na Europa Ocidental a maioria dos países já possuíam campeonatos de pontos corridos com um número muito maior de deslocamentos. Isso revela o caráter de uma integração lenta e não concluída, sendo o meio ainda um grande obstáculo à realização de um campeonato nacional em formato de liga. A final foi entre o EC Bahia e o Santos FC em uma série de três partidas: a primeira no Estádio Urbano Caldeira (Santos-SP), o segundo no Estádio da Fonte Nova (Salvador-BA) e a finalíssima no Estádio do Maracanã, na capital.

O modelo da Taça Brasil consolidou a hegemonia de São Paulo e Rio de Janeiro sobre os demais centros futebolísticos do país, resultando em 8 títulos e 5 vice-campeonatos em 11 edições. O estado de São Paulo foi quem mais apareceu em finais, com 7 títulos e 2 vices, enquanto o Distrito Federal teve 1 título e 3 vice-campeonatos. O maior campeão da competição foi o Santos FC, pentacampeão

²⁷ Os mesmos que compuseram três anos antes “Leão do Mar” em homenagem ao Santos campeão paulista de 1955.

seguido entre 1961 e 1965, em um período em que o clube foi além do domínio regional e nacional, obtendo os primeiros êxitos brasileiros nas recém-criadas Copa dos Campeões da América, hoje Conmebol Libertadores, e a Copa Intercontinental de Clubes, substituída hoje pela Copa do Mundo de Clubes da FIFA.

No início da década de 1960 os torneios de futebol de clubes começam a expandir deixando o caráter esporádico como o Campeonato Sul-Americano dos Campeões de 1948, cujo número de participantes era idêntico ao da primeira Copa dos Campeões da América, e as edições de 1951 e 1952 da Taça Rio. Os clubes campeões nacionais se reuniam em um torneio eliminatório e o campeão disputava a Copa Intercontinental contra o campeão da Copa dos Campeões da Europa. Depois de dois títulos do Peñarol na Copa dos Campeões e um título desse clube uruguaio e também do Benfica na Copa Intercontinental, o Santos FC conquistou o bicampeonato em ambos os torneios em 1962 e 1963. O Brasil conquistara seu segundo título mundial e o apelo de ver o país novamente no ponto mais alto do *podium* mundial deu motivos à diretoria alvinegra de colocar as finais contra Benfica e AC Milan no Maracanã. No jogo contra o Benfica, 90 mil torcedores foram ao estádio. No segundo jogo, pela primeira vez o programa de rádio ligado à Presidência da República, “A Hora do Brasil”, teve seu horário alterado para que o país pudesse ouvir o certame que deu o título de campeão do mundo ao clube da Baixada Santista.

No dia 1º de abril de 1964, o Presidente João Goulart teve seu mandato interrompido por um golpe civil-militar, dando início ao período da Ditadura no Brasil. Período de internacionalização econômica (Santos e Silveira, 2014), expansão da integração territorial e de claras modificações no *modus operandi* político, em especial a centralização no Executivo comandado por militares. Ao futebol, as relações políticas entre membros da CBD, atores políticos e dirigentes do futebol resultaria em novas relações cujas características no espaço serão desenvolvidas no próximo capítulo.

É necessário entender a afirmação do futebol como parte da cultura brasileira e sua configuração territorial até a década de 1960. Dentro do território brasileiro, o futebol surgiu de maneira espaçada e concomitante nas diversas capitais portuárias e, assim como a influência político-econômica das capitais, a área de atuação das federações e clubes tinha abrangência regional. A partir das iniciativas de integração do território do Governo Vargas, começa todo um processo de integração do futebol nacional através de campeonatos, começando com o Campeonato Brasileiro de Seleções, ainda dos tempos da República Velha, até chegar à Taça Brasil em 1959. Conforme os sistemas de objetos técnicos disponíveis, tornou-se possível que clubes

se deslocassem por milhares de quilômetros para confrontos, porém ainda não havia estrutura o suficiente para sustentar uma liga nacional. Os campeonatos estaduais continuaram sendo muito importantes, pensando em Rio de Janeiro e São Paulo é possível afirmar que o peso de ganhar o campeonato estadual era tão grande ou superior ao de ser campeão brasileiro pela Taça Brasil, até pela entrada tardia dos clubes dessas ligas na competição.

Informações sobre clubes e jogadores dos outros estados eram escassas, o que se pensou como futebol brasileiro é no muito uma idealização do que era jogado nas duas maiores cidades do Brasil, sendo que somente em 1966 começa a aparecer uma variedade maior de jogadores pré-selecionados a uma Copa do Mundo. Portanto, a configuração territorial no caso do futebol nesse período apresenta integração maior entre Rio de Janeiro e São Paulo, os grandes centros, e em menor grau na costa atlântica do país incluindo Belo Horizonte. Futebol tratado de maneira desigual, com redes de informação e capital distintos, estando o “centro” conectado a fluxos internacionais enquanto o restante do país ainda mantinha influências construídas no início do século XX. A importância, portanto, de elucidar esse processo é entender que essa abrangência e concomitância do futebol com a integração nacional só foi possível devido à importância deste tanto no cotidiano das pessoas quanto nas políticas públicas do Estado.

Por fim, nota-se que a CBD era um organismo centralizado com pouca influência das federações estaduais em suas práticas. O Estado e a CBD tiveram relações permeadas por interesses que convergiam em um mesmo plano nacional ao futebol, levando em consideração da criação da confederação em pleno Ministério das Relações Exteriores e depois da intervenção direta durante o Estado Novo e os resquícios disso no Estado Novo.

Capítulo 3 - Canários e Condores: as modificações na configuração territorial do futebol durante a Ditadura Militar

O objetivo desse capítulo é apresentar o panorama político do Brasil desde o Governo de Getúlio Vargas (1951-1954) até a saída do General João Baptista Figueiredo do cargo da Presidência da República em 1985, apontando durante o período como o jogo político influenciou no futebol, especialmente através da Confederação Brasileira de Desportos e o Conselho Nacional de Desportos. A partir disso, refletir quais os reflexos desse processo político na configuração territorial do futebol no Brasil.

Os motivos que levaram a escolha desse período têm como cerne principal a efetiva integração nacional e a gradual modificação do meio técnico ao meio técnico-científico-informacional (Santos e Silveira, 2014). Nesse momento, o Brasil estava sob o jugo da Ditadura Militar (1964-1985), tendo todo o processo de construção e modernização dos objetos técnicos, que tornaram possível ao menos a circulação em boa parte do território de mercadorias e informação, sido projetado e executado pelos militares. É desse período os primeiros satélites tanto para defesa quanto para transmissão de informações, assim como uma série de empresas estatais (EMBRATEL, por exemplo), agências e infraestruturas que visavam acelerar a modernização nacional – tanto para fins do Estado brasileiro quanto para a abertura ao capital internacional (Napolitano, 2013).

O futebol, em nível profissional, foi muito influenciado pelo Golpe de 1964 e por todo o período militar. Pelo projeto Brasil Grande Potência houve uma série de usos do futebol, desde modo de tirar a atenção do público de uma emboscada contra militantes contrários ao regime ²⁸, local de prisão²⁹ e como forma de popularizar os projetos políticos e sociais do regime.

O capítulo começa com um apanhado geral sobre os antecedentes ao golpe de 1964, desde a década de 1950 até o dia do golpe. Na sequência, elucida-se a configuração política e territorial brasileira, sendo subsídios necessários ao entendimento das mudanças na configuração territorial do futebol no Brasil. Por fim, apresenta-se o processo de mudança ocorrido no futebol em três partes: a federalização normativa do futebol no Brasil, os estádios como produtos das relações entre agentes políticos na paisagem das cidades brasileiras e a expansão da

²⁸ Caso de Carlos Marighella, morto dia 04 de novembro de 1989 enquanto a cidade de São Paulo voltava suas atenções a um Corinthians x Santos, à época as duas maiores torcidas da cidade, com a morte contada em rede nacional, segundo relato do ex-deputado Adriano Diogo

²⁹ O estádio Caio Martins em Niterói, propriedade do Botafogo FR, foi prisão política do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em 1964

informação sobre os clubes fora do eixo Rio-São Paulo através do Campeonato Brasileiro.

III.1 Os antecedentes ao Golpe de 1964

A República de 1946 a 1964 é marcada por um período democrático, mesmo que esta não fosse universal, onde três partidos tinham maior proeminência dentro do cenário político nacional, sendo os de influência getulista, Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), junto aos conservadores da União Democrática Nacional (UDN), além do Partido Comunista Brasileiro (PCB) atuante de forma ilegal. Debruçando sobre os motivos que levam ao golpe de Estado em 1964, Napolitano (2013) aponta que as motivações aparecem aos poucos desde a eleição de Getúlio Vargas (PTB) à presidência em 1951.

As políticas públicas do novo Governo Vargas e de seu Ministério do Trabalho, chefiado por João Goulart, davam maior liberdade aos sindicalistas, como ao destituir a necessidade de veto ideológico, de viés anticomunista, dentro dos sindicatos. Os setores militares e conservadores da sociedade não aceitavam a proximidade do governo com os setores populares da sociedade, alegando uma aproximação que poderia levar a um golpe como de 1937. Por conta disso, as Forças Armadas pediram a saída de João Goulart do Ministério do Trabalho, insistindo que a política de aumento salarial impactaria diretamente no moral dos soldados, uma vez que o soldo oferecido pelo Exército seria menor. A Napolitano, esse fato demonstra como os setores militares e conservadores nutriam pouca paixão pelas camadas populares e o poder de voto que o novo regime democrático havia cedido a esses setores da sociedade.

Após o desligamento de Goulart, as pressões não cessaram levando Vargas ao suicídio em agosto de 1954. Em meio a um turbilhão político, PSD e PTB fazem um acordo político para o lançamento do nome de Juscelino Kubitschek ao pleito do ano seguinte, enquanto João Café Filho, o vice-presidente, assumiu o cargo máximo do Executivo. A UDN achava que não deveria haver eleições em 1955 para a presidência, fato que PSD e PTB discordam.

As eleições ocorreram e Juscelino Kubitschek venceu o pleito, sendo ameaçado de não assumir. O General Henrique Teixeira Lott com apoio de alas legalistas das Forças Armadas conseguiu garantir a posse do novo presidente em 1956. Durante todo o governo Juscelino Kubitschek, denúncias de corrupção e

agitamentos políticos continuaram a existir, especialmente com a oposição ferrenha de Carlos Lacerda, jornalista e político da UDN.

Ao término do Governo Juscelino Kubitschek, ganhou as eleições Jânio Quadros, do pequeno Partido Trabalhista Nacional (PTN), apoiado pela UDN com João Goulart (PTB) eleito a vice-presidente. A política externa de Jânio era vista de forma negativa pelos conservadores e, ao condecorar Ernesto “Che” Guevara com a Grã Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul foi a gota d'água. Em 25 de agosto de 1961, sete meses após iniciar seu mandato, Jânio Quadros renunciou. João Goulart estava na China e os setores conservadores não desejavam como presidente aquele que retiraram do cargo de ministro no Governo Vargas. Com os impasses e resistências, especialmente no Rio Grande do Sul, a solução política foi a criação de um sistema parlamentar com João Goulart dividindo a chefia do Executivo com primeiros-ministros.

O sistema parlamentarista não vingou e o presidencialismo foi restaurado já no ano seguinte, 1962, através de plebiscito. Dessa maneira, Goulart conseguiu se estabelecer como presidente, pressionado tanto pelas forças da direita quanto pelas da esquerda, estas que estiveram a favor da legalidade da posse em 1961. Em 1963, as tentativas de conseguir diminuir a inflação, herança do Gov. Juscelino Kubitschek, e de realizar uma reforma agrária são duas derrotas duras a João Goulart. O reformismo, a participação política do operariado e as reações sóbrias aos levantes dos quadros subalternos das Forças Armadas, segundo o pensamento de Napolitano são os principais pontos que vários setores civis e boa parte dos militares, até os mais reformistas pró-Jango, não entendiam como salutares à política nacional. Políticas palacianas, do alto escalão do Executivo eram toleráveis, porém políticas públicas impulsionadas por demandas populares não estavam no horizonte dos atores políticos que englobavam a classe média, assim como a Igreja Católica, a grande imprensa, os militares e boa parte da elite agrária e urbana do país.

Em 1963, os congressistas conservadores legalistas achavam difícil cortar as conexões entre o governo e a esquerda. Cada vez mais a saída que a direita via era a deposição do governo, utilizando-se da teoria de um golpe com viés totalitário de esquerda como justificativa a um golpe que viesse salvaguardar os valores democráticos do Brasil. Quando João Goulart começa a se utilizar de comícios públicos para ter apoio frente a um Congresso totalmente avesso aos seus projetos, a justificativa ganha força nos círculos militares. O centro legalista havia se aproximado da direita golpista, especialmente porque a base eleitoral do centro era conservadora.

Após o Comício da Central do Brasil, ocorreu um levante de marinheiros no Rio de Janeiro com adesão das tropas que foram mandadas para acabar com o motim. O governo federal ordenou a prisão e a anistia subsequente aos amotinados, dando aos militares o tom de queda da hierarquia suficientemente forte para que os últimos generais legalistas retirassem o apoio ao João Goulart.

Além dos medos da elite nacional, os Estados Unidos da América desejavam um alinhamento maior do Brasil ao seu bloco geopolítico, pois a política de Jânio Quadros e posteriormente João Goulart mantinham a linha diplomática independente das vontades de Washington. Além do mais, o governo estadunidense temia a influência do PCB e dos reformistas mais radicais dentro do Governo João Goulart. Assim, a Embaixada dos EUA no Brasil desenhou a Operação Brother Sam, cujo caráter seria reativo a qualquer ação mais extrema, fosse uma greve geral ou o fechamento do Congresso.

O golpe ocorreu no dia 1º de abril de 1964, com o levante das Forças Armadas e a saída de João Goulart de Brasília. No dia seguinte, o Congresso Nacional declarou vacância na Presidência da República, pondo fim ao mandato de João Goulart, que a essa altura estava no Rio Grande do Sul, e passando o poder interinamente a Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados. Dessa forma, o Executivo foi tomado pelas forças conservadoras acabando com o regime democrático surgido 18 anos antes.

III.II A configuração política e territorial do Brasil durante o Regime Militar

Os governos militares que sucederam a João Goulart tiveram uma configuração política variando entre si em vários pontos, incluindo o alinhamento com os Estados Unidos da América. O comum entre ambos foi o caráter autoritário do regime, especialmente às lideranças sociais e militares ideologicamente opostas aos golpistas. Nas eleições indiretas realizadas após o golpe, muitos políticos de alas do PSD votaram a favor da eleição do General Humberto de Alencar Castello Branco³⁰ à Presidência da República. Naquele momento ainda se acreditava que a tomada do poder pelos militares seria momentânea e, na sequência, novamente seriam abertas eleições diretas.

³⁰ Cujas relações com os Estados Unidos da América começam no treinamento dos oficiais brasileiros da Força Expedicionária Brasileira em território estadunidense preparando-os aos *fronts* italianos na Segunda Guerra Mundial

Napolitano (2013) aponta que Castello Branco frustrou os políticos da coalização ao não devolver o poder aos civis, aparelhando o Estado de forma a fortalecer o regime militar. A perseguição política nesse primeiro momento foi seletiva com a preferência por lideranças das ligas camponesas, dos sindicatos, intelectuais e militares de pensamento alinhado à esquerda. A Ditadura deixava certa liberdade de expressão, porém o discurso contra o regime deveria ser suprimido a fim de evitar levantes e qualquer perturbação na ordem vigente. Com uma política econômica austera, o governo começava a romper com os políticos conservadores, especialmente depois do Estatuto da Terra, que visava tornar mais rentável a produção agrícola através de interferências em terras ociosas e na forma de gerir a terra. Portanto, a elite que apoiara o golpe tinha interesses diferentes dos militares e a tecnocracia instaurada.

No período em que o Gen. Castello Branco esteve no poder, foram promulgados quatro Atos Institucionais, responsáveis pela extinção dos partidos políticos anteriores; pela criação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), governo e oposição dentro do regime militar; por reforçar o papel do Executivo em termos orçamentais e constitucionais; por dar à Presidência da República o poder de fechar o Congresso, declarar Estado de Sítio por até 180 dias; por intervir em mandatos e suspender direitos políticos; por determinar eleições indiretas para governadores e nomeação para prefeitos de capitais e cidades estratégicas. Dessa forma, o Executivo havia centralizado toda a autoridade do regime em si, estando todos os atores políticos do período sob a égide de um regime que tentava se esquivar do personalismo enquanto o projeto político era respaldado por fundamentos jurídicos (Napolitano, 2013).

Com isso, o primeiro general abriu a possibilidade de outro governo mais alinhado à linha-dura do Exército, ansiosa de ampliar a repressão contra oposicionistas, o que ocorreria com as eleições indiretas e a nomeação do General Arthur da Costa e Silva à Presidência da República. Enquanto o governo anterior tinha posto em prática medidas duras de austeridades, Costa e Silva tentou trazer o governo novamente para perto da classe média, assim como diminuiu a austeridade e impulsionou o nacionalismo. No entanto, a Frente Popular de Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart, as derrotas no Congresso e as sucessivas manifestações estudantis são duramente reprimidos, especialmente com o fechamento do Congresso e a promulgação do AI-5. Esse novo ato institucional retirava a autonomia do Poder Legislativo, retirava o direito de *habeas corpus*, impunha a censura nos grandes meios de comunicação e dava o direito do Executivo

em tirar até por 10 anos os direitos políticos de qualquer cidadão. O resultado foi a dissolução da Frente Popular, as manifestações estudantis tornaram-se ilegais e o Congresso, que havia votado a favor de Castello Branco em 1964, agora estava subordinado aos sabores dos militares.

O governo do General Costa e Silva estimulou a criação de símbolos nacionais visando dar continuidade aos projetos de integração nacional e o nacionalismo surgiu como grande forma ideológica do regime. Esse é o momento em que o futebol começa a ser parte dos projetos políticos da Ditadura resultando *a posteriori* na criação do Campeonato Brasileiro de clubes e em uma nova forma de distribuição do poder político dentro da Confederação Brasileira de Desportos com reflexos maiores no crescimento e afirmação das federações estaduais de futebol.

Em 1969, o General Costa e Silva foi afastado e a Junta Militar escolheu o General Médici como presidente. As políticas econômicas de incentivo ao consumo do governo anterior foram mantidas e animaram a classe média, satisfeita com a compra de bens duráveis. No governo Médici, reformas estruturais foram feitas, como ampliação e construção de portos, hidrelétricas e estradas. O conjunto dessas ações recebeu o nome de Projeto Brasil Grande Potência, no qual o futebol foi amplamente utilizado. Esse projeto, de cunho nacionalista, visava o fomento a modernização econômica, tanto no âmbito rural quanto urbano, e também de demonstrar o progresso nacional através do sucesso no âmbito esportivo. Em plena Copa do Mundo do México, o General Médici apresenta seu Plano de Integração Nacional, como forma de continuar de dar continuidade a integração iniciada durante o Estado Novo. O Plano de Integração Nacional (CPDOC, 2017) apresenta esse projeto como:

Programa governamental instituído pelo Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici. Tinha por objetivo implementar obras de infra-estrutura econômica e social no Norte e no Nordeste do país. Numa primeira etapa, o PIN pretendia acionar junto ao Ministério dos Transportes o início imediato da construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, bem como de portos e embarcadouros fluviais com seus respectivos equipamentos. Na área do Ministério da Agricultura, o programa visava à colonização e à reforma agrária, prevendo para tanto a elaboração e a execução de estudos e a implantação de projetos agropecuários e agroindustriais. Nesse sentido eram previstas também desapropriações, a seleção, o treinamento, o transporte e o assentamento de colonos, e a organização de comunidades urbanas e rurais com seus serviços básicos. (...) Na área do Ministério do Interior, o PIN previa a aceleração dos estudos e a implantação de projetos de irrigação do Nordeste, abrangendo obras de retenção, desvio, canalização, condução, aspersão e drenagem hidráulica. (CPDOC, In sítio:

Dessa forma, o Regime Militar a partir dos anos 1970 utilizou-se da ideologia do consumo, do crescimento econômico e do planejamento para modelar os espaços dentro do território nacional (Santos e Silveira, 2014). O Plano de Integração Nacional fez parte desse investimento estatal em grandes infraestruturas para ampliar as redes de transportes, de energia, de comunicação. De modo a dinamizar a produção, mecanizar o campo e otimizar a circulação, houve a junção da técnica com a ciência, resultando no meio técnico-científico e posteriormente, com a importância da informação sobre a produção, no meio técnico-científico-informacional. É necessário ressaltar que esse processo não foi realizado de forma a melhorar a vida das classes populares, o fato é que políticas redistributivas não foram o foco de nenhum dos governos durante a Ditadura Militar.

Com a mecanização do campo, houve a saída forçosa das camadas populares do campo em direção às cidades, sobretudo ao Sudeste, onde a reserva de trabalho aumentou significativamente. Aliás, é notável que as políticas de integração e de modernização econômica serviram apenas para facilitar a entrada do capital estrangeiro no país, ao fomento do agronegócio³¹ e a industrialização concentrada em São Paulo. As disparidades regionais se acentuaram, especialmente na distribuição de renda. Assim, a configuração territorial brasileira durante a Ditadura Militar, momento onde ocorreu a passagem do meio técnico ao meio técnico-científico e deste ao meio técnico-científico informacional³², essa passagem formou um país com regiões desiguais.

O Norte e o Nordeste tornaram-se periféricos na distribuição territorial do trabalho, mesmo tendo alguns polos industriais importantes como o Complexo Petroquímico de Camaçari na Bahia, o Complexo Siderúrgico de Itaqui no Maranhão, o Projeto Carajás (PA) e o complexo eletrometalúrgico de Tucuruí. O Sul e o Sudeste, com ênfase em São Paulo, se torna a região que concentra o PIB e as principais atividades industriais e financeiras. O Centro-Oeste começou a ser ocupado por colonos de origem sulista visando as grandes áreas agricultáveis ofertadas pelo Governo Federal. Em termos urbanos, verificou-se o espraiamento das áreas urbanas

³¹ Especialmente com o Proalcool que mudaria a paisagem do Oeste Paulista a partir de 1975, já no Governo Geisel (Santos e Silveira, 2014).

³² Quando além da ciência, a informação torna-se indispensável na tomada de decisão em qualquer ponto da produção e da circulação de mercadorias.

das grandes capitais com o surgimento de áreas periféricas (Carlos, 2008) cuja população era composta de imigrantes das áreas rurais, sendo um fenômeno de maior observação em São Paulo e no Rio de Janeiro, cujos maiores fluxos migratórios tiveram como ponto inicial o Nordeste.

Com a crise do petróleo em 1973, o crescimento econômico mostrou-se dependente da economia brasileira de insumos básicos (Napolitano, 2013), começando um período onde a economia continuou a crescer, porém o consumo caiu. Nas eleições de 1974 para os cargos do Legislativo nacional, a ARENA é derrotada, causando perplexidade especialmente nos militares que acreditavam que toda a propaganda e os resultados econômicos anteriores fossem o necessário para assegurar uma margem frente ao MDB.

O Governo Geisel, que seguiu ao período do General Emílio Garrastazu Médici na Presidência da República, continuou a modernização econômica. No entanto, em 1974 a inflação dobrou e o consumo desacelerou. O Executivo centralizou ainda mais as ações e a autoridade do Estado, refletindo na CBD com a saída de João Havellange da presidência, sendo substituído pelo Almirante Heleno Nunes. As manifestações voltaram a crescer, porém se antes o cunho era revolucionário, agora a esquerda desejava a volta da democracia. O MDB aproximou-se da esquerda, colocando como parte de sua agenda os desaparecidos após a perseguição sistêmica do regime militar. A Igreja Católica e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) afastaram-se do regime, enquanto a perseguição agora focava o Partido Comunista Brasileiro³³. Dentro das Forças Armadas a unidade já havia se desgastado, tanto que as alas mais radicais vão começar a empreender ataques à ABI e a OAB. Em 1977, o Ministro do Exército Sílvio Frota tentou dar um golpe de Estado, resultando na troca de comando de 22 batalhões de infantaria.

As pressões sociais aumentaram também com a reorganização do operariado, com os sindicatos da região do ABC Paulista começando uma série de greves que começam por pedidos de aumento salarial e finalmente começam a demandar a volta das liberdades democráticas. Nesse mesmo ano, surgiu a campanha pela anistia aos presos políticos, com as torcidas de Santos e Corinthians erguendo faixas no Morumbi com os dizeres “anistia ampla, geral e irrestrita”. Diante de tamanha pressão e da perda expressiva do apoio até de setores que apoiaram o golpe, como a imprensa e parte do empresariado, Geisel extinguiu o Ato Institucional número 5, atenuou o furor

³³ Dentre as vítimas dessa perseguição, o jornalista Vladimir Herzog, morto no bairro em São Paulo no ano de 1975

da repressão e em 1979 promulgou a Lei Geral de Anistia, incluindo os torturadores das Forças Armadas, DOI-CODI e DOPS³⁴ junto. Por outro lado, obrigou que o próximo mandato ainda de um militar tenha 6 anos antes da chefia do Executivo poder voltar a um presidente civil, garantindo assim uma transição sem ruir as diretrizes impostas pós-1964.

Em 1979, assumiu a Presidência da República o General João Baptista Figueiredo, e nesse mesmo ano é criada a Lei de Reforma Partidária com a criação de partidos, sendo que a ARENA tornou-se o Partido Democrático Social e o MDB acrescentou a palavra “partido” modificando sua nomenclatura para PMDB³⁵. Durante o Governo do General Figueiredo, as disparidades de renda continuaram aumentando em um ritmo tão forte quanto o da inflação. A ala radicalizada dos militares continuou na ativa até 1982, quando um atentado mal-sucedido resultou na morte de 2 militares no Rio-Centro.

A Ditadura Militar terminou em 1985, não sem antes fazer acordos suficientes para que a primeira posse civil à Presidência fosse por meios indiretos, resultando na vitória do mineiro Tancredo Neves, que não chegou a assumir o cargo. José Sarney (PMDB) assumiu e deu início ao período da Nova República, cujas primeiras eleições presidenciais seriam em 1989, com Fernando Collor tornando-se o primeiro presidente eleito pós-Ditadura.

III.III – O Arenão: A criação do Campeonato Brasileiro e a federalização política do futebol

A Taça Brasil continuou como única competição nacional até 1967, quando foi criado o Torneio Roberto Gomes Pedrosa, popularmente conhecido como “Robertão”. Até então, a Taça Brasil possuía nove edições, estando muito bem consolidada como o torneio que reunia os campeões estaduais. No entanto, por mais que sua abrangência aumentasse conforme o tempo. Conforme a tabela abaixo, houve a tendência do aumento do número de estados incluídos no certame nacional, saindo de 16 estados em 1959 para 22 estados em 1968. Em nenhuma das edições todos os estados estiveram presentes, pois quando o estado do Mato Grosso foi representado, em 1968, não houve participação de clubes paulistas.

³⁴ Sendo essas instituições de repressão similares ao DIP do Estado Novo.

³⁵ Os partidos comunistas ainda estavam proibidos de existir.

Tabela I: Número de estados participantes da Taça Brasil por ano	
1959	16
1960	17
1961	17
1962	18
1963	20
1964	21
1965	21
1966	21
1967	20
1968	22

Fonte: FutPédia, Globo.com. Confecção própria.

Como dito anteriormente, devido aos poucos confrontos inter-regionais e a hegemonia do Rio de Janeiro e São Paulo, a relevância da Taça Brasil foi eclipsada pelos torneios estaduais. A Seleção Brasileira às Copas do Mundo normalmente eram convocadas a partir dos melhores jogadores dos clubes cariocas e paulistas. A um observador atual, seria estranho o fato de clubes como Bangu, Portuguesa, Americano e até a Portuguesa Santista terem cedido jogadores ao time do Brasil antes de qualquer clube das capitais dos demais estados da nação. Até mesmo a imprensa pouco cobria ou tinha informações sobre os jogadores e as competições que não fossem do “centro” do país. Em entrevista concedida a esse trabalho, o jornalista Juca Kfoury comentou um pouco sobre a cobertura da imprensa antes e durante a Taça Brasil, sendo que segundo ele:

Os jornais de São Paulo no máximo cobriam os times do Rio, e lá no máximo cobriam os times de São Paulo. Eu, por exemplo, gostava do Botafogo e não encontrava notícias do Botafogo no Estadão por exemplo. Na Gazeta Esportiva você encontrava alguma coisa. Como eu tinha um tio no Rio, sempre que eu ia pra lá eu adorava ler notícias sobre o Botafogo, que era o time de Garrincha, Didi, era um baita time. Como sou corinthiano, o Corinthians não ganhava nada e o Botafogo ganhava tudo, eu era botafoguense. Mas eram notícias reduzidas... Era o “Super Campeonato do Rio” de 64... Fizeram dois triangulares pra decidir e acabou empatado, até porque o Paulista já tinha acabado com o Santos invariavelmente campeão, às vezes o Palmeiras. Mas era muito difícil. E você tinha o torneio Rio-São Paulo. Tanto que, em 70, quando se convoca um mineiro – o Tostão – e um gaúcho – o Sadi, que era lateral do Inter – foi uma surpresa, uma

novidade, porque a Seleção Brasileira era composta por jogadores do Santos e do Botafogo. (KFOURI, Juca. Entrevista em /12/2015).

Esse fato é demonstrado na tabela abaixo (tabela II) que mostra a falta de jogadores de outros estados na Seleção Brasileira sendo que apenas em 1970 o número é significativo dentro de um grupo composto por 22 jogadores. Em 1950, houve dois jogadores do SC Internacional convocados à Seleção³⁶, depois o Brasil só voltaria a ter jogadores de outros estados a partir de 1966, com a convocação de Tostão (Cruzeiro) e Alcindo (Grêmio). O ano de 1966 também apresentaria a segunda vitória de um clube que não fosse do “centro” desde o Bahia campeão de 1959: o Cruzeiro de Raul, Piazza, Dirceu Lopes, Tostão e companhia. A Raposa naquele ano quebraria a hegemonia do Santos com uma vitória acachapante de 6x2, despertando o interesse de um torneio que reunisse os principais clubes nacionais, demanda que segundo dos Santos (2012), começara a crescer dentro da imprensa no final da década de 1960. Em 1967, o torneio Rio-São Paulo passou por alterações e as federações responsáveis receberam pedidos das federações gaúcha, paranaense e mineira de ingressar com times na competição. A sinalização foi positiva e Ferroviário, Atlético Mineiro, Cruzeiro, Grêmio Internacional participaram do torneio cujo nome foi modificado para Taça Roberto Gomes Pedrosa. O primeiro campeão do Robertão foi o Palmeiras, sendo que o clube alviverde também havia ganhado a Taça Brasil daquele ano, tornando-se assim o primeiro caso de um clube brasileiro com dois títulos nacionais no mesmo ano.

Em 1968, Náutico e Bahia foram incorporados à competição, que cada vez mais se aproximava de um certame em nível nacional. O fato de não haver Taça Brasil em 1969 corrobora com essa visão, além dos incentivos dos militares para a preparação da Copa do Mundo de 1970 no México. Isso ajuda a explicar o aumento do número de jogadores de outros estados, por mais que apenas Minas Gerais e Rio de Janeiro se juntassem aos paulistas e fluminenses nas convocações.

Tabela II: Número de jogadores convocados à seleção fora do eixo Rio-São Paulo

³⁶

Adãozinho e Nena.

Ano	Número
1930	0
1934	0
1938	0
1950	2
1954	0
1958	0
1962	0
1966	2
1970	5
1974	4

Fonte: SILVA, M. O Brasil nas Copas do Mundo. Confecção própria.

Sobre os militares e o futebol, a primeira tentativa de uso do futebol se deu através da Seleção Brasileira em 1966, ano em que o Brasil ansiava ser tricampeão do mundo seguido. Um ano antes da copa, em 1965, o Governo Castello Branco criou a Embratel e o Ministério das Comunicações visando ampliar as redes de comunicação no território nacional tanto no viés de defendê-lo quanto de tornar possível propagandas do regime em escala nacional (dos Santos, 2012).

Agostino (2012) aponta que para a Copa do Mundo de 1966 foram criados 4 equipes, sendo obrigados a treinarem com antecedência e com rigor físico acima do normal. Isso dá evidências da volta da intervenção estatal forte na Seleção Brasileira. Ao contrário do pretendido pelos militares, os resultados não foram os esperados e o Brasil caiu na fase de grupos, com apenas uma vitória em três jogos. Segundo dos Santos (2012), ao voltar da Inglaterra João Havellange passou a ser perseguido pelo Serviço Nacional de Informações, instituição criada pelos militares, no intuito de se obter as motivações para um desempenho tão pífio do selecionado brasileiro em terras britânicas.

A partir daí a propaganda estatal da Agência Especial de Relações Públicas da Presidência da República, criada no período do General Costa e Silva, daria passos mais fortes rumo a vinculação do projeto nacional da Ditadura ao futebol. As pressões do Executivo no futebol obrigam a criação da COSENA (Comissão Seleccionadora Nacional) por parte da CBD, órgão com membros das federações de futebol, políticos e militares. Assim, sem o aval do governo não se escolheria mais o técnico da Seleção Brasileira.

O Governo Médici, aponta Florenzano (2009), entendia que a luta armada e as manifestações não haviam surtido efeito nas camadas populares, especialmente nas áreas periféricas e nas zonas rurais. Por outro lado, os valores defendidos pelos golpistas de 1964 tampouco estavam claros a esses setores da população, dando a AERP uma visão de que havia como conquistar e dar subsídios dos ideais militares à população, sendo uma das maneiras de fazê-lo através do futebol. Ganhar a Copa do Mundo de 1970 era essencial, uma vez que todo o projeto de Brasil Grande Potência ao imaginário popular atrelava-se ao sucesso do país no futebol. Na visão de Florenzano, a Seleção Brasileira no projeto militar estabelecia-se em duas bases: a primeira seria uma forma de valorizar a disciplina e a obediência, a segunda, mais sutil, estabelecia a identidade entre o povo e os jogadores que iam ao México³⁷.

A preparação da Copa do Mundo de 1970, após a saída de João Saldanha do comando da Seleção, foi feita sob a supervisão do Capitão Cláudio Coutinho e do chefe da delegação Brigadeiro Jerônimo Bastos. A comissão técnica de Zagallo era composta também por Admildo Chirol e Carlos Alberto Parreira. O foco da preparação foi o condicionamento físico em ritmo militar, sendo propagandeado o quão disciplinado e forte o time era. Na realidade, por mais que preparação física ajudasse, a qualidade técnica da Seleção Brasileira em 1970 com Tostão, Gérson, Carlos Alberto Torres, Clodoaldo, Pelé, Jairzinho, Rivellino e Paulo César Caju sempre foi o diferencial. Antes da viagem, Médici compareceu a treinos e a jogos. Com o início do torneio, aparecia em fotos com o rádio colado ao ouvido e mandava telefonemas aos jogadores após as vitórias. Com o título em cima da Itália e a posse definitiva da Taça Jules Rimet, o regime exaltou a capacidade física e disciplinar do time, atrelando a vitória na Copa do Mundo ao modo dos militares de conduzir o país. Em termos identitários, alguns setores da esquerda comemoraram a vitória da Seleção Canarinho, mesmo que a campanha do regime apontasse que o amargor e a desconfiança no Brasil – e no futebol – eram coisas dos comunistas.

Em meio a tudo o que envolvia o Projeto Brasil Grande Potência, os clubes de futebol não ficariam fora dos planos militares. Visando promover a integração nacional, o governo precisava de um campeonato tão abrangente quanto a Taça Brasil, porém com as equipes mais vitoriosas circulando pelo país. Cada vez mais os objetos técnicos estavam disponíveis, especialmente aeroportos e capacidade de cobertura da imprensa através da imagem de satélites para as emissoras de televisão.

³⁷ Além dos incentivos dados à imprensa, a Ditadura Militar também utilizou-se do ensino para impôr sua visão de sociedade com a criação da disciplina de Educação Moral e Cívica

A criação do campeonato brasileiro de clubes foi um desejo de vários atores políticos e sociais (Dos Santos, 2012). Dentre os clubes de maior torcida, alguns vislumbravam a possibilidade de maiores arrecadações, enquanto outros opinavam pela manutenção do Torneio Roberto Gomes Pedrosa³⁸; dentre os clubes regionais, a posição era unânime contra devido ao medo de extinguirem os campeonatos estaduais e a pouca visibilidade que tinham. A posição dos clubes regionais mudaria mais a frente, quando o Campeonato Brasileiro torna-se uma realidade e abriram-se formas de barganhar vagas.

Aos dirigentes das federações mineira, cearense e pernambucana, sendo os presidentes das duas primeiras militares, o campeonato era uma forma de fortalecer seus capitais políticos locais – prática que seria levada mais adiante entre políticos locais e a CBD, levando ao inchamento do Campeonato Brasileiro e no surgimento de muitos estádios pelo interior do país. Além dos políticos, havia a Revista Placar que entendia a necessidade de um campeonato nacional como forma a tornar o futebol brasileiro interno sustentável economicamente e fortalecido. Na visão João Havellange, fazer as vontades dos políticos locais era uma forma de estabilizar o campo interno preparando a candidatura à presidência da FIFA.

O Campeonato Brasileiro de clubes foi criado em 1971 utilizando os preceitos básicos da Taça de Prata de 1970, considerando um sucesso. A divisão de clubes foi dada da seguinte forma: 20 clubes na Divisão Especial e 20 clubes na Primeira Divisão, com o estranho fato de times da Primeira Divisão poderem ascender à Divisão Especial sem que nesta houvesse rebaixamento. Obviamente, o plano era aumentar a quantidade de participantes na Divisão Especial conforme os arranjos políticos fossem feitos, uma vez que não havia critério técnico claro aos convites de participação no torneio. Outro ponto importante da criação foi a manutenção dos estaduais com prioridade de calendário frente ao campeonato nacional, mantendo o principal meio de sustentação das federações estaduais e dos clubes regionais.

Na edição de 1971 do Campeonato Brasileiro os dezessete clubes participantes da Taça de Prata foram somados a Sport Recife, Ceará e América Mineiro totalizando as 20 equipes. Essa mudança pouco significativa no número de participantes provocou o protesto do Goiás EC que, apoiado pelo governador goiano Leonino Caiado. O clube esmeraldino, com apoio de seu governo estadual, criou a Taça de Integração Nacional convidando clubes de 10 federações, sendo quatro delas excluídas do certame principal do país³⁹. No entanto, com a CBD tendo o aval do

³⁸ Chamado de Taça de Prata na edição de 1970, vencida pelo Fluminense.

Conselho Nacional de Desportos (CND), agora sob o comando do ex-chefe de delegação Brig. Jerônimo Bastos, a Taça de Integração Nacional só começou após ter o aval da principal entidade esportiva do país, ocorrendo no final do ano de 1971. A grande diferença do Campeonato Brasileiro, vencido pelo Atlético Mineiro, da Taça de Integração Nacional era o fato dos clubes todos ficarem hospedados em Goiás, não havendo a necessidade de deslocamentos pelo país. Em uma série de melhor de três jogos, o Atlético Goianiense sagrou-se campeão com a Ponte Preta como vice-campeã.

Deslocamentos eram uma questão crucial tanto a Havellange quanto para Jerônimo Bastos, pois por mais que as grandes capitais dispusessem de aeroportos e as conexões de informação e circulação estivessem estabelecidas, o custo destas ainda era elevado. O território brasileiro, com suas dimensões continentais, possuía capitais isoladas por áreas florestais, como Manaus e outras cidades cujas condições de acesso não eram tão favoráveis, mesmo dispondo de clubes fortes no cenário estadual e regional. O Estado brasileiro apoiava a competição custeando os deslocamentos através do CND, porém era necessário achar maneiras de financiar. A primeira alternativa foi a criação da Loteria Esportiva através da Caixa Econômica Federal, cujo sucesso refletiu também no crescimento de vendas da Revista Placar (Dos Santos, 2012). A segunda foi a elaboração ao ano de 1972 da Taça da Independência, comemorando 150 anos da independência do Brasil, talvez o último grande evento onde o CND e Havellange estiveram em mútuo acordo.

A Taça da Independência foi planejada entre o Executivo e a CBD para ser uma nova Copa do Mundo. Desde o momento em que Carlos Alberto Torres levantou a taça no Estádio Azteca, a Ditadura Militar procurou aproveitar ao máximo o sucesso canarinho, levando Jarbas Passarinho, ministro da pasta responsável pelos esportes, a pedir a Havellange a criação de um selecionado CBD para diferenciar-se da Seleção Brasileira, pois a imagem desta não poderia ser maculada por fracassos em amistosos ou jogos de menor importância. O maior mandatário do futebol via a competição como uma forma de aproximar-se de federações de países europeus depois de tornar pública sua candidatura.

Um ponto interessante sobre torneio foi o uso dos gigantescos novos estádios construídos desde o período democrático. Durante a Ditadura Militar esse processo de construção de estádios foi ampliado, fato que será abordado em detalhes no próximo

³⁹ Maranhão com Moto Club; Paraíba com Botafogo; Goiás com Anápolis, Goiás, Atlético Goianiense e Campinas; Espírito Santo com a Desportiva Ferroviária

tópico, com a intenção de criar símbolos na paisagem das cidades brasileiras relacionados à grandeza do país. Possuir um grande estádio, poder abrigar jogos do selecionado nacional e ainda todo o gigantismo da obra em si mostrava que aquele lugar estava inserido no progresso do qual supostamente a nação estava vivendo. Em relação a Copa do Mundo de 1950, há um significativo aumento das cidades-sede e no espraiamento destas pelo território nacional. Aracaju, Belo Horizonte, Campo Grande, Curitiba, Maceió, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo foram as cidades-sede. Dentre os estádios, apenas Maracanã, Pacaembu, Independência e Morumbi foram construídos antes do período militar, sendo que no caso do Morumbi a conclusão do estádio teve como término 1969. Observa-se que a concentração litorânea foi mantida, mesmo com acréscimo de cidades, porém Manaus e Campo Grande como lugares distantes do litoral. Isso mostra que a configuração territorial brasileira naquele momento tinha redes de circulação e informação em estágio mais avançado que 24 anos antes, especialmente no Brasil da costa atlântica, além de ter mais capitais com infraestrutura para receberem jogos e abrigarem os selecionados.

Ao contrário dos planos do CND e de Havellange, a Taça da Independência não surtiu os resultados esperados tanto em público quanto em qualidade técnica do Brasil. A maioria das seleções europeias recusou o convite alegando problemas de calendário, sendo que a seleção “melhorzinha”, assim adjetivada por Juca Kfoury, era Portugal do veterano Eusébio. O Brasil sagrou-se campeão do torneio minguado, dando menos alegria que dívidas à CBD e ao CND. O descontentamento dos militares com Havellange, acusado de utilizar-se do torneio e dos investimentos estatais em benefício próprio, aumentaria após a vitória do mandatário brasileiro às eleições da FIFA em 1974, tornando-o uma figura perseguida pelos agentes do DOPS.

Enquanto isso, o Campeonato Brasileiro continuava a expandir o número de participantes. A lógica, segundo dos Santos (2012) obedecia aos critérios políticos, sendo necessário ter estádio acima de 20 mil lugares na cidade – daí a crescente construção de estádios no interior do país – e tendeu a piorar conforme os anos se passaram. Até 1974 a entrada dos clubes se dava por acordos políticos da CBD ou ascensão da Primeira Divisão. Porém, naquele ano houve a saída do General Médici da Presidência e a entrada do General Geisel, modificando o *modus operandi* da CBD, pois o novo governo entendia que o futebol deveria estar exclusivamente alinhado aos interesses da Presidência da República. Os jogos dos campeonatos, tanto estaduais quanto o nacional, serviriam como ritos políticos (Florenzano, 2009) aos militares.

Nesse intuito, Geisel nomeou o Almirante Heleno de Barros Nunes como presidente da CBD. O almirante era um membro da ARENA e seu alinhamento ao Ministério de Educação e Cultura foi geral, inclusive nomeando militares a cargos dentro da confederação. Com a Lei 6.251 de 8 de outubro de 1975, o poder de decisão sobre torneios e organização ficou inteiramente a cargo do CND e da CBD, tirando a influência dos clubes, especialmente os de maior expressão de São Paulo e Rio de Janeiro.

A ARENA vinha de resultados ruins nas eleições de 1970 e 1974 (Napolitano, 2013) e não queria que em 1978 os resultados fossem ruins. Portanto, de todas as maneiras era necessário fortalecer os políticos locais da ARENA frente ao avanço do MDB. Dos Santos (2012) observa que o número de votos do partido governista vinha das áreas rurais e de cidades com menores índices demográficos, especialmente no Norte e no Nordeste. Se o número de clubes crescia a cada ano, o Almirante Heleno Nunes acelerou o processo, privilegiando as áreas onde a ARENA era mais forte, especialmente no Nordeste e no interior de estados cujas capitais votavam majoritariamente no MDB, como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Em 1976, Piauí, Sergipe, Paraná, Goiás, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul ganham cada um o direito de mais 1 participante, enquanto o Distrito Federal volta a ter representantes⁴⁰. A partir de então, começa a interiorização do Campeonato Brasileiro, com vários políticos locais, muitos deles arenistas, indo até a sede da CBD como forma de fazer lobby de entrada de um determinado time na Primeira Divisão⁴¹. Clubes como XV de Jaú, XV de Piracicaba, Chapecoense (SC), Londrina (PR), Fluminense de Feira de Santana (BA), Mossoró (RN)⁴². Com o título de campeão do EC Guarani, em 1978, o projeto de interiorização do futebol parecia dar certo com a entrada de Campinas (SP) no mapa do futebol brasileiro e da Taça Libertadores da América, mesmo com as críticas tanto dos clubes quanto da imprensa.

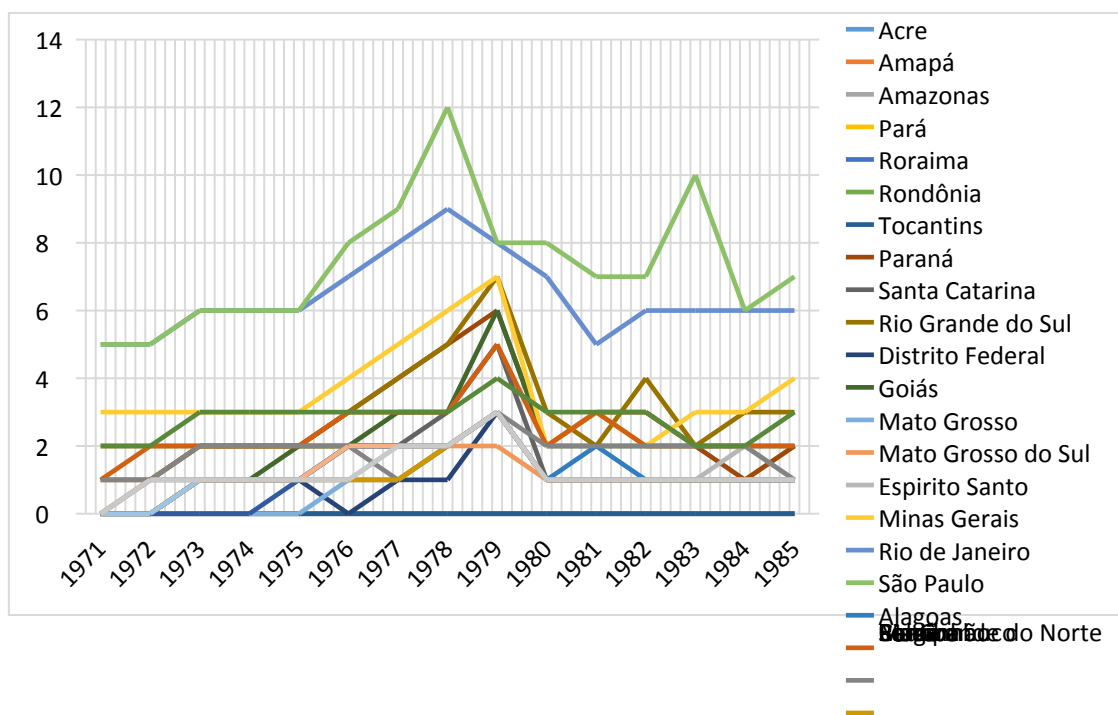
Visando melhor elucidar a relação de clubes por estado no Brasileiro, apresentam-se três gráficos abaixo com a relação da quantidade de clubes por estado em cada ano (I), a quantidade de clubes por região do país (II), e por fim, o número total de clubes em cada edição do Campeonato Brasileiro. (III).

Figura I: Número de equipes por estado a cada ano do Campeonato Brasileiro

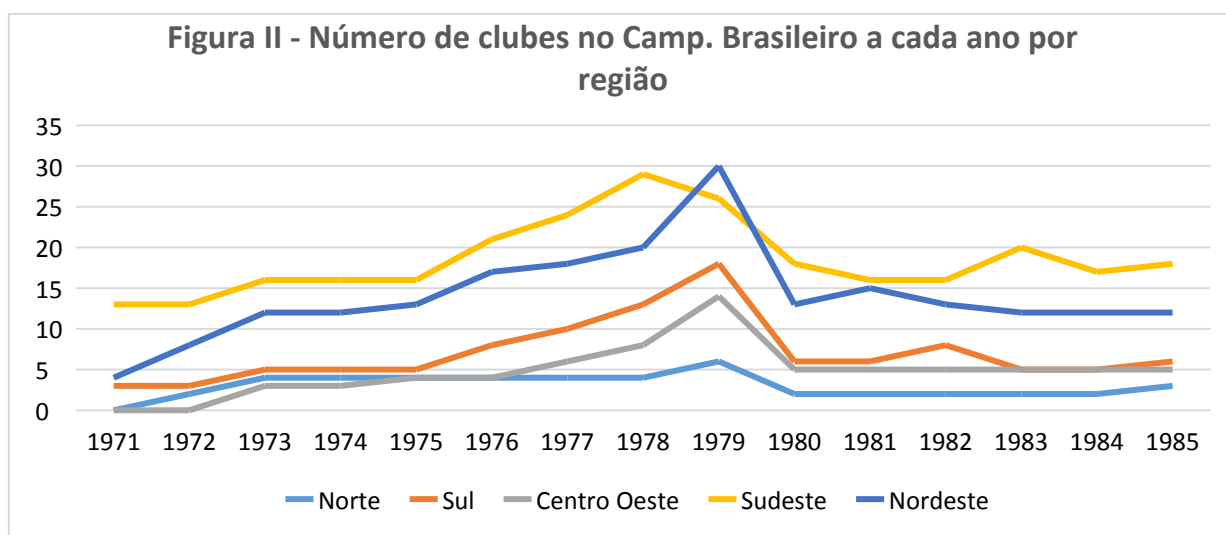
⁴⁰ A essa altura, todos os estados então existentes já possuíam representantes no certame nacional.

⁴¹ Assim que assumiu, Heleno Nunes revogou o sistema de duas divisões e uniu ambas em apenas uma

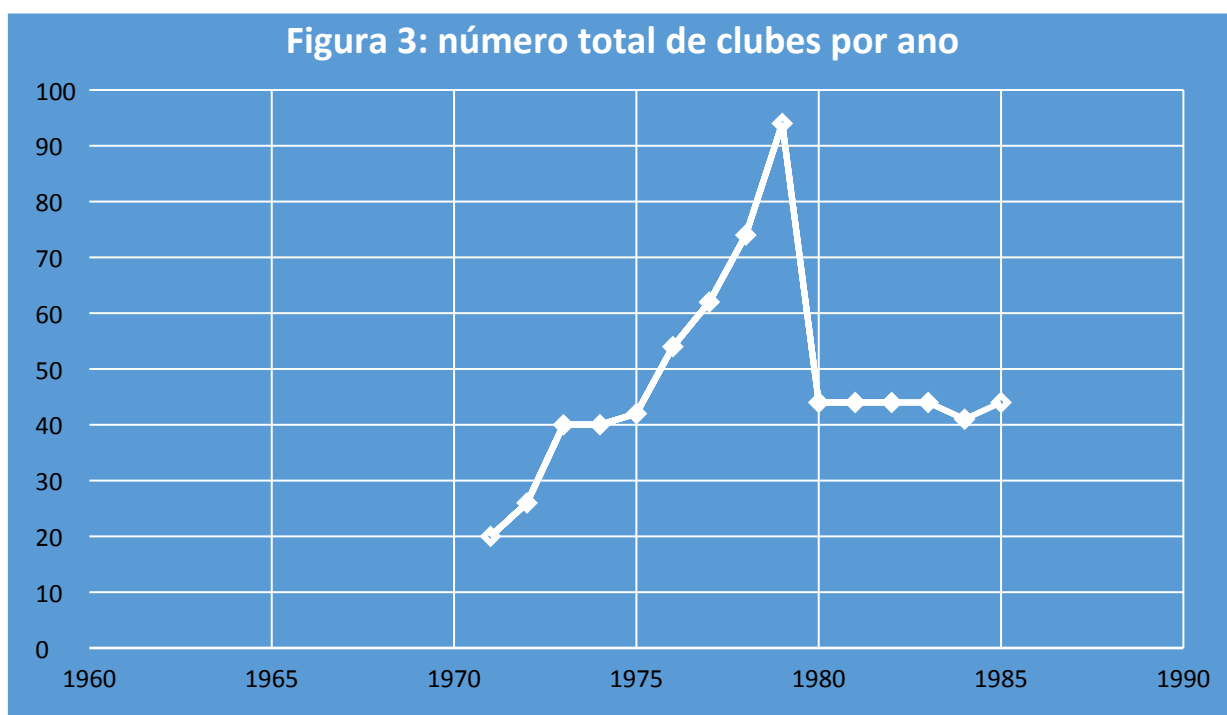
⁴² Cidade de onde sairia o próximo governador do estado (Dos Santos, 2012) dentre outros são exemplos desse período



O gráfico acima aponta uma tendência ao acréscimo de clubes até 1979, quando quase todos os estados, São Paulo e Rio de Janeiro são exceções, atingem o ápice no número de clubes. O período em que o Almirante Heleno Nunes presidiu a instituição com Geisel na Presidência (1975 a 1979) apresentou a maior concentração de clubes por ano. Nota-se que com Giulite Coutinho, eleito presidente da Confederação Brasileira de Futebol em 1981, a tendência foi a estabilização do número de clubes, tentando estabelecer métodos de escolha de clubes dentro do campo esportivo, deixando como secundário as relações políticas, que nunca cessaram completamente.



O gráfico acima, mais claro que o anterior, mostra que o número de equipes do Nordeste em 1979 chegou a ultrapassar ao número de equipes da região Sudeste. É curioso que o Sul, com um número bem inferior de clubes na média conseguiu quatro títulos, enquanto a região Nordeste só voltaria a conquistar um título nacional em 1987 com o Sport. Isso evidencia que o número de clubes era extremamente desproporcional em termos de competitividade, além de haver um grande desnivelamento entre clubes por região.



Nesse último gráfico é perceptível o aumento do número de clubes no Campeonato Brasileiro, saindo de 20 em 1971 e chegando a 96 em 1979. Nota-se que apenas entre 1974 houve um ligeiro decréscimo do número de clubes, sendo retomado o aumento de participantes a partir de 1975.

O inchaço no Campeonato Brasileiro durou até 1979, quando 96 clubes participaram da competição. Conforme o número de clubes aumentou, as rendas das partidas diminuíram por conta da falta de competitividade nas primeiras fases do torneio. Santos e São Paulo recusaram-se a participar do enorme certame vencido pelo Internacional. As críticas aumentaram e em 1980 o número de clubes caiu para 40 participantes. Duas mudanças desses períodos são essenciais na mudança da estrutura de poder dentro do esporte brasileiro, refletindo especialmente na gestão do futebol.

A primeira dessas mudanças estruturais refere-se à divisão da Confederação Brasileira de Desportos em diversas confederações em nível nacional de modalidades esportivas. Assim como a distensão política havia sido iniciada por Geisel, nesse momento já substituído pelo General João Baptista Figueiredo, nos esportes o controle estatal diminuiu. O Campeonato Brasileiro de 1980 foi o primeiro a ser gerenciado pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), que herdou o prédio da Rua da Alfândega e o presidente Almirante Heleno Nunes da CBD.

A outra mudança, mais importante a esse trabalho, foi a federalização normativa do futebol no território brasileiro. Ao ser foco de políticas públicas desde os anos 1930, o futebol foi difundido e consolidado em todo o território, espraiando-se através das redes de circulação criadas e integrando-se. A configuração territorial do futebol passou de um conjunto de cidades praticantes cada qual com sua organização a um esporte com uma instituição única, a CBD, e federações estaduais em um nível regional de atuação. A federalização normativa é o resultado da dissolução do poder de voto dos grandes clubes passando com que todos tivessem que votar e usar como fórum suas respectivas federações estaduais.

Essas federações, assim como boa parte da classe dirigente dos clubes, eram presididas por atores políticos membros ou próximos à ARENA. Com o poder de voto dentro da CBF repassado às federações, seus presidentes ganharam poder político frente aos clubes, maior poder de barganha e de manutenção do *status quo* no futebol, o que parece razoável aos conservadores que viam o fim da Ditadura Militar em um horizonte próximo, além de disporem de recursos econômicos maiores. Cataia (2010) diz que a modernização da nação, junto aos seus rearranjos políticos e sociais, se mostra na dialética entre o território como norma e território normado. No caso do futebol, foi possível verificar que o território como norma se mostra através da descentralização do poder às federações estaduais e, dialeticamente, como território normado ao se manter a centralização política da CBF.

III.IV – Arquibaldos e geraldinos: estádios como produto de projetos e relações políticas

O estádio é um elemento identitário importante, pois é nele onde ocorrem a sociabilidade que reafirma o caráter único de uma torcida. Supondo que o futebol é uma dramatização social; um conjunto de metáforas religiosa, antropológica, linguística e política; identidade adquirida através de experiências vivenciadas pelo ato

de “torcer”; o estádio é o lugar onde tudo isso se realiza. Há de se ressaltar que existem outros lugares onde relações sociais são estabelecidas pelo futebol⁴³, porém nada supera esse elemento de fácil reconhecimento a qualquer morador de uma determinada cidade, cujo olhar rapidamente liga a estrutura de concreto a um clube.

Como visto nos capítulos I e II, no Brasil o processo de construção de grandes estádios, com mais de 30 mil lugares, começou em 1927 com a inauguração do Estádio de São Januário e avançou por décadas em ritmo crescente. A construção do Maracanã foi o evento principal desse processo antes da Ditadura Militar, com a grandiosidade para receber públicos acima dos 190 mil espectadores. Desde a criação do Conselho Nacional de Desporto, no Estado Novo, futebol e políticas públicas entrelaçaram-se, mesmo no período democrático quando as intervenções estatais eram menores se comparadas às do Estado Novo e da Ditadura. Adriano Diogo, membro da Comissão da Verdade durante seu mandato como deputado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em entrevista concedida a esse trabalho no dia 08/11/2015, disse que boa parte das instituições e práticas políticas da Ditadura Militar são heranças do Estado Novo.

Se você observar, em que pese o Vargas tenha sido cercado pela UDN, pelas forças mais conservadoras – quais eram os protagonistas? Juscelino, Jango, Lacerda, Brizola... esse era o Brasil. O Brasil era um país eminentemente fascista, e por interesses econômicos e comerciais o Vargas dá aquele giro, entra à favor dos Aliados, faz acordos comerciais fantásticos pra mudar de lado, mas isso não quer dizer que o Brasil tenha deixado de ser um país fascista. Agora, o futebol sempre foi uma estrutura de poder fantástica no Brasil. Todo o poder político brasileiro era acompanhado pelo futebol. Lógico que mais recentemente a gente vê o nome do José Maria Marín, Wadih Helú, Athiê Jorge Cury, Nabi Abi Chedid. O futebol sempre representou uma enorme estrutura de poder no Brasil, e isso não é prerrogativa da Ditadura Militar.

Muitos dos presidentes de clube foram eleitos, mesmo aqueles que fariam parte da ARENA, antes da Ditadura Militar. No estado de São Paulo, Laudo Natel, Athiê Jorge Cury, Wadih Helú, presidentes respectivamente de São Paulo, Santos e Corinthians, já estavam no cargo antes de 1964, e depois foram arenistas. O presidente tricolor foi governador do estado de São Paulo nomeado pela Ditadura Militar, Wadih Helú foi deputado estadual e Athiê Jorge Cury deputado federal.

⁴³

Toledo, 2000) mostra a importância dos bares à sociabilidade no futebol

Assim, estádios e dirigentes de clube com objetos além do futebol no cenário político são elementos existentes no Brasil anterior à Ditadura Militar. Nos primeiros governos militares muitos dos estádios inaugurados eram obras iniciadas antes do golpe, como o Mineirão em Belo Horizonte e o Morumbi em São Paulo. A execução do projeto Brasil Grande Potência e a criação do Campeonato Brasileiro foram dois impulsos significativos na construção de novas praças esportivas destinadas ao futebol. Como mostrado no tópico anterior, as relações políticas eram responsáveis pelo ingresso de clubes no Campeonato Brasileiro, com maior intensidade na presidência do Almirante Heleno Nunes. O ingresso desses clubes normalmente contava com *lobbies* de dirigentes e prefeitos, sendo um item crucial a existência de um estádio de grande capacidade no município.

No intuito de elucidar relações entre gestores de clubes e a Ditadura Militar, há dois casos que exemplificam como havia favorecimento do regime a pessoas ou clubes conforme a posição que ocupava dentro do cenário político ou a proximidade de algum grande ator político. Florenzano (2009) mostra que o Estádio Cícero Pompeu de Toledo, o Morumbi, foi construído em duas etapas: a primeira concluída em 2 de outubro de 1960 e a segunda concluída em 25 de janeiro de 1968. Visando acelerar as obras para a estréia, o então presidente Laudo Natel, que também havia sido governador do estado de São Paulo entre 1966 e 1967, conseguiu mobilizar 54 caminhões e 220 soldados do 4º Regimento de Infantaria do Quartel de Quitaúna, em Osasco (SP). Na inauguração, o maior estádio particular do mundo naquele momento teve uma programação totalmente diferenciada naquele dia. Segundo o jornal Folha de São Paulo dos dias 24/01/1968 e 25/01/1968, a programação começou ao meio dia e meio com o jogo entre categorias de base (“dentes-de-leite”) do São Paulo contra a Portuguesa. Após o jogo, estava programado o desfile de todos os atletas do São Paulo Futebol Clube e, na sequência, a chegada do General Médici ao Morumbi, com acenos, hasteamento de bandeiras e por fim o hino nacional. O jogo começaria por volta de 15:40. A agenda presidencial era diferente, pois o chefe do Executivo nacional foi no início do dia a inauguração da Praça Roosevelt, sendo que durante seu discurso o general citou o empenho do governo em trazer as imagens da Copa do México aos lares do Brasil, através da televisão (Florenzano, 2009). No entanto, a chuva fez com que o presidente chegasse ao estádio sem que houvesse o procedimento de hasteamentos das bandeiras, recolhendo-se logo após seu discurso. É evidente que Laudo Natel utilizou-se do evento para fazer o jogo político de Médici, assim como teve aval para utilizar-se do Exército para que as obras logo ficassem prontas,

elucidando também como o estádio era um objeto central na tentativa do regime em ganhar popularidade e espalhar seus valores ideológicos.

O segundo exemplo, de Ribeirão Preto, está situado no momento em que o Comercial, clube da cidade, consegue alcançar o certame nacional – assim como o Botafogo, seu rival local. A CBD de Heleno Nunes decidiu dar uma vaga ao Campeonato Brasileiro de 1978 a um time da cidade. Na seletiva municipal, a vitória acabou sendo do Comercial, porém três dias após o confronto que selou a ida do time alvinegro, a CBD abriu mais uma vaga, garantindo o Botafogo também no certame nacional. Em um momento não muito propício a coincidências, o presidente do Comercial, Abib Salim Cury, como o próprio contou em entrevista à Fundação Getúlio Vargas, não gostava muito de futebol, porém acabou assumindo o clube. Com o tempo, acabou tecendo relações com dirigentes do futebol paulista e da CBD, incluindo o Almirante Heleno Nunes. Segundo o ex-mandatário do Comercial:

Meu pai e meus irmãos já gostavam muito desse clube. Eu estava na USP e não queria saber de futebol, mas um belo dia fui a uma reunião e acabei presidente. Sofri demais com o futebol, mas aprendi tudo o que se possa imaginar. Depois que deixei a presidência do clube, nunca mais voltei ao futebol. Tenho amigos, participo, vou a estádio. Agora, sofri muito porque é difícil lidar com jogador, assinar contrato, além de todas as questões do tipo “vende o jogo, não vende o jogo”; “compra o jogo, não compra o jogo”. Andei por toda essa baixaria do futebol, mas foi uma experiência muito valiosa para a vida. O futebol me causou muito sofrimento, mas em compensação abriu tantas portas, que não posso me queixar. E eu aproveitei. Quando começamos a Universidade de Franca, não tínhamos dinheiro para construir o primeiro galpão; para isso, eu precisava de um empréstimo da Caixa Econômica Federal. Um belo dia, cheguei ao Rio de Janeiro e fui procurar o Heleno Nunes: “Almirante, estou com um processo na Caixa.” Ele disse: “Está bem, meu filho” — ele me tratava assim — “isso nós vamos ver depois.” Saímos para almoçar, e de repente ele mudou de rumo e acabamos na porta da Caixa. Subimos até a Presidência — o presidente era seu amigo — e o almirante falou: “O meu menino aqui tem um negócio com a Caixa. Diga o número do seu processo.” Falei o número, na mesma hora o processo chegou às mãos do presidente, e o empréstimo saiu rapidamente. (CURY, Adib S. 2002, p.397-398)

Portanto, observa-se que as relações entre dirigentes e a Ditadura Militar resultavam em diversos favores, desde o envio de soldados na conclusão da obra de um estádio, até financiamento na Caixa Econômica Federal, através do presidente da confederação de futebol, para um empreendimento privado, no caso uma universidade.

O estádio do Botafogo, Santa Cruz, foi inaugurado em 21 de janeiro de 1968, 4 dias antes da inauguração final do Morumbi. O evento contou com shows de Jair Rodrigues, Simonal e Altemar e, segundo o jornal a Folha de São Paulo dos dias 20 e 21 de janeiro de 1968, esse era um momento onde Carlos Lacerda avançava com a Frente Popular e o governo prometia utilizar da força para dissuadir os planos do ex-governador carioca. Outro fato interessante é o jogo entre Botafogo e Romênia, seleção do bloco soviético, resultando em 6x2 aos anfitriões. Um ator político importante que foi a Ribeirão Preto para as festividades foi João Mendonça Falcão, presidente da Federação Paulista de Futebol e deputado estadual entre 1951 e 1969 pelo MDB.

Sobre a questão dos estádios, Mascarenhas (2014) diz que o processo de construção iniciou-se nas quatro maiores capitais do país e depois foi expandido às demais. É necessário ressaltar que os estádios aqui citados são para públicos superiores a 70 mil lugares, massificando o futebol e tornando-o passível de ser um local de rito e propaganda política do regime militar – algo que nem sempre deu certo, como nas faixas das torcidas de Corinthians e Santos pela Anistia em 1979.

O gigantismo arquitetônico, megalomaníaco como o projeto de massificação, pode ser percebido em outros exemplos. O primeiro foi apontado por Juca Kfoury, sendo o Estádio Colosso da Lagoa, do Ypiranga de Erechim (RS), cuja capacidade na sua época de fundação era 30 mil lugares. Atualmente, Erechim tem 97.916 habitantes (IBGE, 2017), é possível supor que à época, como descreveu o jornalista, o estádio tinha capacidade maior que ao menos a população entre 20 e 50 anos da cidade. Os demais, como mostra Mascarenhas (2014), são o Estádio Rei Pelé em Maceió, o Estádio Vivaldo Lima em Manaus e o Estádio José Claudio de Machado Vasconcelos em Natal. O estádio Rei Pelé em Maceió foi construído com capacidade para 45 mil torcedores e, no momento de sua inauguração nos anos 1970, a cidade tinha 160 mil habitantes. Em Manaus, o Vivaldão foi feito para abrigar 57 mil torcedores em uma área urbana com 470 mil habitantes. Por fim, o Machadão de Natal tinha capacidade de 53 mil pessoas em uma cidade de 300 mil habitantes.

O principal período de construção dos estádios foi entre 1968 e 1978, sendo que o final do Governo Geisel, a crise econômica nacional, a alta do preço do petróleo e as reclamações dos clubes sobre o inchaço do campeonato nacional foram, segundo dos Santos (2012), as principais razões pela diminuição da construção de estádios no Brasil. Se esse fenômeno foi iniciado nas grandes cidades ainda no período democrático, avançou por todo o país sendo construídos ou ampliados mais de 52

estádios durante o período, sendo que somente em São Paulo, das cidades médias paulistas, temos 14 estádios desse período⁴⁴. A figura abaixo, elaborada pelo Portal Trivela em 2014, é um levantamento dos principais estádios construídos ou finalizados pela Ditadura Militar no Brasil.

Figura IV: Estádios construídos ou reformados pela Ditadura Militar

Estádio	Cidade	Ano de inauguração	Estádio	Cidade	Ano de inauguração
Palma Travassos	Ribeirão Preto-SP	1964	Almeidão	João Pessoa-PB	1975
Mineirão	Belo Horizonte-MG	1965	Alfredo Jaconi	Caxias-RS	1975
Barão de Serra Negra	Piracicaba-SP	1965	Amigão	Campina Grande-PB	1975
Lomantão	Vitória da Conquista-BA	1966	Serra Dourada	Goiânia-GO	1975
Abreuão	Marília-SP	1967	Verdão	Cuiabá-MT	1976
Santa Cruz	Ribeirão Preto-SP	1968	Índio Condá	Chapécó-SC	1976
Rei Pelé	Maceló-AL	1968	Centenário	Caxias-RS	1976
Vila Euclides	São Bernardo-SP	1968	Estádio do Café	Londrina-PR	1976
Beira-Rio	Porto Alegre-RS	1969	Willie Davids	Maringá-PR	1976*
Batistão	Aracaju-SE	1969	JK	Itumbiara-GO	1976
Vermelhão da Serra	Passo Fundo-RS	1969	Bezerrão	Gama-DF	1977
Morumbi	São Paulo-SP	1970*	Décio Vitta	Americana-SP	1977
Colosso da Lagoa	Erechim-RS	1970	Limeirão	Limeira-SP	1977
Martins Pereira	São José dos Campos-SP	1970	Mangueirão	Belém-PA	1978
Lanchão	Franca-SP	1970	Walter Ribeiro	Sorocaba-SP	1978
Vivaldão	Manaus-AM	1970	Serejão	Taguatinga-DF	1978
Romeirão	Juazeiro do Norte-CE	1970	Pituaçu	Salvador-BA	1979
Moreirão	Campo Grande-MS	1971	Lacerdão	Caruaru-PE	1980
Presidente Médici	Itabaiana-SE	1971	Romildão	Mogi Mirim-SP	1981
Arruda	Recife-PE	1972	Moacyrão	Macaé-RJ	1982
Uberabão	Uberaba-MG	1972	Olimpico Regional	Cascavel-PR	1982
Machadão	Natal-RN	1972	Castelão	São Luís-MA	1982
Albertão	Teresina-PI	1973	Prudentão	Presidente Prudente-SP	1982
Castelão	Fortaleza-CE	1973	Ipatingão	Ipatinga-MG	1982
Jauzão	Jaú-SP	1973	Parque do Sabiá	Uberlândia-MG	1982
Mané Garrincha	Brasília-DF	1974	Kleber Andrade	Cariacica-ES	1983

Fonte: Portal Trivela

A título de conclusão sobre o parque de estádios construídos no Brasil durante a Ditadura, verifica-se que em sua maioria são equipamentos públicos, com posses tanto municipais quanto estaduais. Alguns, como a reforma do Estádio Major Couto Pereira em Curitiba, utilizaram os fundos da Loteria Esportiva, outros beneficiavam-se de um projeto de lei ainda da década de 1980 (PL 4387/1958) que permitia a extração de verba pública para a construção de equipamentos cujos projetos fossem considerados de interesse público. Tanto Juca Kfoury quanto Adriano Diogo sinalizam que os custos dessas obras ao Estado brasileiro foram grandes, servindo de comparação aos gastos ocorridos durante as obras para a Copa do Mundo de 2014.

⁴⁴ Sendo estes estádios: Estádio Major Levy Sobrinho, em Limeira; Estádio Santa Cruz, em Ribeirão Preto; Estádio Zezinho, em Jaú; Estádio Paulo Constantino, em Presidente Prudente; Estádio Municipal Bento de Abreu Sampaio, em Marília; Estádio Walter Ribeiro, em Sorocaba; Estádio Dr. Mário Martins Pereira, em São José dos Campos; Estádio Vail Chaves, em Mogi Mirim; Estádio Décio Vitta, em Americana; Estádio Bruno José Daniel, em Santo André; Estádio Joaquim de Moraes Filho, em Taubaté; Estádio Dr. Lancha Filho, em Franca; Estádio Augusto Schmidt Filho, em Rio Claro.

III.V - A Expansão da informação sobre clubes e campeonatos fora do eixo Rio-São Paulo a partir do Campeonato Brasileiro

Como dito anteriormente, a imprensa teve um papel importante durante o regime militar, recebendo do Estado infraestrutura e equipamentos para modernização de redações e maior abrangência de circulação dos veículos de comunicação (Napolitano, 2013). Fraga (2011) argumenta que a imprensa foi crucial para tornar a vitória da Seleção Brasileira em 1970 em narrativa de vitória do projeto militar. Da mesma forma, Fraga observa que a situação inversa ocorre em 1981, já nos últimos anos da Ditadura Militar, quando a imprensa se utiliza do Torneio Mundialito de Montevidéu para criticar os regimes militares do Brasil e do Uruguai.

Deixando de lado a questão política, é interessante observar como a criação do Campeonato Brasileiro modificou a cobertura da imprensa, tanto nas duas maiores cidades do Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo, quanto nas demais capitais. Claro que o avanço tecnológico com redes de comunicação, desde telefones até satélites, foi essencial nesse período, sendo que a televisão começa a ser popularizada entre os anos 1960 e 1980 – uma política pública do regime, como o próprio Médici assumiu em sua fala na Praça Roosevelt em 1968. Não é menos verdade que a região mais industrializada e de maior concentração demográfica tinha uma cobertura maior da imprensa local e em outros estados. Em outros termos, era razoavelmente mais fácil, em meados dos anos 1970, informar-se sobre o Flamengo no Nordeste a tentar angariar informações sobre o Fortaleza no Rio de Janeiro. A hierarquia urbana prevalecia e continuaria a prevalecer durante a década de 1980 com os canais de televisão transmitindo jogos do Rio de Janeiro a todo o Brasil à exceção de São Paulo, resultando no aumento de torcidas dos clubes cariocas em vários pontos do território nacional.

Juca Kfoury contou que durante os anos finais da década de 1950 e início da década de 1960, sempre procurou informar-se sobre o Botafogo de Didi e Garrincha. No entanto, segundo o próprio jornalista, pouco se noticiava na imprensa paulista sobre o futebol do Rio de Janeiro e vice-versa. Sobre outros estados, eram raros os artigos e informações, a ponto de em 1970 muitos dos jogadores de Cruzeiro e Grêmio levados à Copa do Mundo serem desconhecidos da maioria da população paulista. Kfoury aponta que a revista Gazeta Esportiva até cobria, porém seu lançamento não era diário, restando ter que ir ao Rio de Janeiro para poder acompanhar um dos melhores times da década de 1960.

Observando a Folha de São Paulo no período de 1964 a 1978, é possível notar que o relato de Juca Kfoury é exato sobre a cobertura paulista. Durante a década de 1960, mesmo com a Taça Brasil sendo disputada, o Campeonato Paulista recebe grande destaque até aos times pequenos. O que realmente era noticiado sobre outros estados eram inaugurações de estádios ou cobertura dos grandes jogos, tanto amistosos quanto válidos pela Taça Brasil, dos clubes paulistas. Em casos pontuais há notícias sobre a Taça Guanabara, com reportagem principal na segunda página do caderno de esportes, como no dia 18 de julho de 1965.

No período do Torneio Roberto Gomes Pedrosa, de 1967 a 1970, a cobertura do jornal paulista continuou focada nos jogos e clubes do Campeonato Paulista, trazendo ao leitor a cada ano um guia sobre os principais clubes e suas pretensões no certame estadual. Sobre o novo torneio, há uma cobertura maior que a verificada na Taça Brasil dos anos anteriores com quadros exibindo a tabela de jogos e a classificação no torneio. No entanto, só ocupa grandes páginas a cobertura sobre os clubes paulistas, sendo que um dos quadros com a classificação estava abaixo de uma manchete de canto indicando a classificação de El Salvador à Copa do Mundo de 1970, no dia 10 de outubro de 1969.

O Campeonato Brasileiro mudou a forma da imprensa cobrir os times de outras regiões. Dos Santos (2012) aponta que a questão do centro (eixo Rio-São Paulo) privilegiar seus campeonatos regionais enquanto os demais estados empolgam-se com o certame nacional fica clara na diferença de cobertura de Curitiba e Fortaleza em relação às duas maiores cidades brasileiras. A criação do certame nacional é festejada pela imprensa das duas cidades, como se finalmente estivessem conectadas ao futebol tricampeão mundial, com a oportunidade de assistirem e enfrentarem os grandes esquadrões nacionais. A cobertura paulista continuou a dar maior ênfase ao Campeonato Paulista, embora a Folha de São Paulo a partir de 1971 começasse a trazer informações sobre os jogos de times de maior torcida de outros estados, como um encontro entre Grêmio e Cruzeiro em 30 de outubro daquele ano. No final da década, todos os grandes jogos eram cobertos, afinal a própria televisão cobria diariamente o torneio.

A Revista Placar, por conta da Loteria Esportiva, foi gradativamente popularizando-se por ter palpites e descrições de clubes até então desconhecidos dos leitores das grandes cidades. Assim, em um jogo entre a Desportiva do Espírito Santo e a Chapecoense, por exemplo, era possível ao leitor obter informações sobre as duas equipes podendo apostar em um resultado factível ao jogo. Com o tempo, a Loteria

Esportiva acabou por demandar da Placar o emprego de jornalistas correspondentes em diversos pontos do território, para que pudessem dar conta das informações necessárias aos apostadores, dada o tamanho da popularidade do jogo de aposta. Além da Revista Placar, o programa dominical “Fantástico” da Rede Globo de Televisão apresentava através do mascote “Zebrinha” os resultados da rodada conforme as fichas de aposta.

A consolidação gradual do Campeonato Brasileiro foi importante para informar e dar destaque a grandes clubes de outras cidades, tanto que a hegemonia da Taça Brasil e do Torneio Roberto Gomes Pedrosa entre paulistas e cariocas, especialmente os primeiros, foi diminuída com o Atlético Mineiro em 1971, o tricampeonato do Internacional em 1975-76 e 1979, com o Grêmio em 1981 e o Coritiba no último da Ditadura. Claro que com a concentração de transmissões e todo o histórico hegemônico tanto nas escalações da Seleção Brasileira quanto no poder de decisão na CBD ainda resultavam em resultados expressivos do “centro” do país, com 8 títulos em 15 certames disputados⁴⁵, porém tanto no selecionado nacional quanto no entendimento ao que se entendia como os maiores clubes do país, esse quadro não estava mais tão restrito – a ponto de no final de em 1987, os 13 clubes considerados os maiores do país (Bahia, Cruzeiro, Atlético Mineiro, Internacional, Grêmio, São Paulo, Corinthians, Palmeiras, Santos, Vasco, Flamengo, Fluminense e Botafogo) formarem o Clube dos 13 e a formação da primeira liga comandada somente pelos clubes, a Copa União.

Portanto, é possível notar a partir do final da década de 1960 e durante toda a década de 1970, houve o espraiamento das redes de informação no futebol brasileiro, resultando em uma modificação significativa na maneira da correlação de forças entre os clubes, pluralizando mais os campeões no torneio nacional e a convocação de jogadores além de paulistas e cariocas à Seleção em Copas do Mundo. Contudo, é observável que essa pluralização, depois abarcando Sport e Bahia já na Nova República, concentrou-se em Minas Gerais e Rio Grande do Sul, não sendo uma pluralização completa – por mais que o campeonato abrangesse o país inteiro.

⁴⁵ Palmeiras bicampeão em 1972-73, São Paulo campeão em 1977, Guarani campeão em 1978, Flamengo tricampeão em 1980 e 1982-83.

Considerações Finais

Ao início dessa conclusão, é necessário frisar que o futebol não deixou de ser posto dentro de interesses políticos depois que a Ditadura Militar se extinguiu em 1985. Juca Kfoury e Adriano Diogo defendem que boa parte da estrutura criada durante os anos do Almirante Heleno Nunes remanesceu dentro da estrutura de poder do futebol durante a Nova República, daí a existência de muitos ex-arenistas em federações, como Nabi Abi Chedid, que presidiu a Federação Paulista de Futebol e foi vice-presidente da gestão Ricardo Teixeira na CBF, ou presidentes que assumiram o

cargo nas federações durante o período militar e até hoje estão empossados. O que se infere a partir disso é que a elite brasileira cedeu espaço às camadas populares dentro dos estádios, porém nos cargos de decisão do futebol ainda é domínio dessa classe social. Portanto, os interesses da elite permearam e permeiam o futebol, fazendo com que velhos e novos projetos políticos ocorram de maneira simultânea no Brasil desde a década de 1920.

Em termos do espraio do futebol no mundo, este continuou. Uma análise atenta das copas até 1970 é reveladora de uma predominância de seleções dos continentes americano e europeu. A partir dos anos 1990 verifica-se o acesso de seleções dos demais continentes, chegando em 2014 a 5 seleções africanas e 3 asiáticas e 1 da Oceania. Assim, é possível entender que houve o espraio do futebol além dos limites alcançados pelo Império Britânico no início do século XX, através de novas formas de adesão e popularização do esporte, resultando em ser a linguagem planetária descrita por Flávio de Campos e Hilário Franco Jr.

Como elucidado no primeiro parágrafo, o interesse nacional dentro do futebol existiu em diversos lugares com processos que, mesmo com as diferenciações locais, têm semelhanças em termos de políticas executadas pelos Estados. Essas políticas tiveram grande influência no esporte em nível local e mundial, pois é dentro desses arranjos, por exemplo, que João Havellange projetou sua carreira de dirigente e chegou ao cargo máximo da FIFA.

Sobre configuração territorial do futebol no Brasil, nota-se que essa tem uma abrangência semelhante ao próprio território nacional, sendo que as dificuldades encontradas para integrar esse território refletiram-se nas dificuldades em criar um campeonato nacional que não fosse uma estrutura maior reunindo os campeões estaduais como foi a Taça Brasil. A questão pensada a todo o tempo nesse trabalho é se poderia ser uma configuração territorial diferente. A resposta obtida é a de que sim, nunca além da configuração territorial do Estado, porém os demais esportes, devido a outros fatores tiveram outras espacialidades normalmente muito menores em relação ao futebol.

A federalização normativa do futebol brasileiro foi fruto de relações político-espaciais entre a CBD, o Estado e agentes políticos. O futebol no Brasil tem nas federações estaduais sua primeira organização e por mais que a CBD tendesse a centralizar o poder, nas dinâmicas regionais do futebol as federações possuíam o poder maior. Esse fato é evidente ao se notar que as duas primeiras edições do Torneio Roberto Gomes Pedrosa são organizadas pela Federação Carioca de Futebol

e pela FPF, tendo a CBD o papel apenas de dar o aval e providenciar fundos do CND para deslocamentos e hospedagens.

O Almirante Heleno Nunes ao retirar o poder de organização dos clubes dentro da CBD e impor uma organização hierárquica de voto e fórum dos clubes dentro de suas respectivas federações estaduais não deu poder a algo novo, apenas reforçou as velhas estruturas do futebol brasileiro. A rigidez desse sistema e o confinamento dos clubes resultou nos questionamentos durante a década de 1980 e a criação da Copa União em 1987 e do Clube dos 13, cujo papel foi sendo limitado à barganha de direitos televisivos até sua extinção em 2011. A estrutura atual da Confederação Brasileira de Futebol ainda guarda grandes resquícios dessa federalização normativa, sendo que a estrutura de votação da entidade resguarda às federações um peso maior aos clubes onde cada federação tem direito a votos de peso 3 nas votações da CBF, enquanto os 20 clubes da atual Série A tem direito a votos de peso 2 e os clubes da atual Série B tem direito a votos de peso 1. A título de exemplificação, a dupla Grêmio e Internacional em 2017, clubes com títulos mundiais e continentais, têm o mesmo peso em votações da federação de futebol do Acre.

Em termos dos estádios construídos, verificou-se o papel simbólico desses fixos foi atrelado muitas vezes à identidade do próprio país. No caso brasileiro, a construção social do futebol como algo intrínseco ao país, “o país do futebol”, ocasionou em termos espaciais a construção de enormes estruturas por todo o país. A massificação foi tanto produto do próprio interesse das classes populares, advindas de toda a questão identitária discutida no trabalho, quanto do projeto do Estado para o futebol. Essa política, durante a Ditadura Militar, foi um continuísmo do Estado Novo com propósitos semelhantes desde a construção do futebol como elemento único da cultura popular nacional quanto da vinculação dessa prática “popular” aos estadistas.

A última consideração sobre a configuração territorial do futebol durante a Ditadura Militar é o apontamento de como o Campeonato Brasileiro de clubes só foi possível no momento em que a técnica foi suficiente para vencer o meio técnico. Isso só foi possível durante a partir da década de 1960 quando as infraestruturas no Brasil, tanto em produção industrial quanto em termos de conhecimento científico, estiveram aptas a criação de redes de circulação em nível nacional. Os objetos naturais, como barreiras aos objetos técnicos, continuaram a existir. A Floresta Amazônica, as dimensões continentais do país, os mares de morros e toda uma série de fatores naturais têm influência sobre o modo como as redes de circulação são postas no território, no entanto na circulação de pessoas das grandes cidades do país já era

economicamente viável o deslocamento aéreo. Portanto, conclui-se que o Campeonato Brasileiro de futebol só foi possível com a implementação do meio técnico-científico-informacional.

Bibliografia

ABREU, Alzira. **Dicionário – Verbetes Temáticos: Plano de Integração Nacional**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-integracao-nacional-pin>. Visualizado em 01/05/2017;

AB'SABER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Nacional, 4 ed., 2007

AGOSTINO, Gilberto. **Vencer ou morrer: futebol, geopolítica e identidade nacional**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Ed. Mauad, 2002. 2.ed;

BALE, John. The changing face of football: soccer and community. *In: Soccer and Society*, vol.1, n.1, p.91-101, 2000;

CAMPOS, Flávio. A política no pódio: episódios de tensões e conflitos nos Jogos Olímpicos da Era Moderna. *In: Revista USP – Jogos Olímpicos: o que a universidade tem a dizer sobre o maior evento esportivo do planeta*. Superintendência de Comunicação Social da Universidade de São Paulo, nº93, 2012, p. 11-20;

_____. MORAES, J.G. Como o Brasil entra em campo. *In: Revista de História: Dossiê História e Futebol*. Revista de História/ Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. N 163, julho/dezembro de 2010, p. 129-139;

COSTA, Mauricio. Os gramados do catete: futebol e política na Era Vargas (1930-1945). *In: DA SILVA, Francisco C. T. DOS SANTOS, Ricardo P. Memória social dos esportes – Futebol e política: a construção de uma identidade nacional*. Rio de Janeiro: Mauad Editora: FAPERJ, 2006;

CURY, Abib Salim. Universidade de Franca. *In: TRAJETÓRIAS da Universidade privada no Brasil: depoimentos ao CPDOC-FGV* /Organizadoras: Luciana Heymann & Verena Alberti.Brasília, DF.: CAPES; Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas/ CPDOC, 2002. v. 2.p. 393-423;

DAMO, Arlei. **Para o que der e vier: o pertencimento clubístico no futebol brasileiro a partir do Grêmio Foot-ball Porto Alegrense e seus torcedores**. 1998. 247 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998;

DOS SANTOS, Daniel. **Futebol e política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol**. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais. - 2012.148 f;

_____. Urnas e nos gramados – as eleições e o Campeonato Brasileiro durante a Ditadura Civil – Militar. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH)**. São Paulo: Julho de 2011;

DOS SANTOS, Ricardo P. Uma breve história social do esporte no Rio de Janeiro. *In: DA SILVA, Francisco C. T. _____ Memória social dos esportes – Futebol e política: a construção de uma identidade nacional*. Rio de Janeiro: Mauad Editora: FAPERJ, 2006;

FLORENZANO, José Paulo. **A democracia corinthiana: práticas de liberdade no futebol brasileiro**. São Paulo: FAPESP; EDUC, 2010. 1.reimpr. 209p.;

FRAGA, Gerson W. Futebol, imprensa e ditadura: das formiguinhas de Geisel à abertura de Tele. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH)**. São Paulo: Julho de 2011; p.1-17;

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A dança dos deuses: futebol, cultura e sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007;

FROMKIN, David. **O último verão europeu: quem começou a guerra de 1914?**. Trad. AGUIAR, R. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015, 388p;

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 32 ed., 2005;

HAESBAERT Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 400p;

_____. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002, 186p;

HALL, P. The movement from keynesianism to monetarism: institutional analysis and British economic policy in the 1970s. In: STEIMO, S; THELEN, K. & LONGSTRETH, F (eds.) **Structuring Politics: historical institutionalism in comparative perspective**. Cambridge, London: Cambridge University Press, 2004;

HOLLANDA, B. **Torcidas organizadas de futebol: entre memória e história**. X Encontro Nacional de História Oral – Testemunhos: História e Política. Recife, abril de 2010;

_____. **Futebol, arte e política: a catarse na representação do torcedor**. In: O&S, v.16, n.48, p.123-140, Janeiro/Março 2009;

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995;

_____. **A era dos impérios (1875-1914)**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2009;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades: Erechim**. Disponível *in sítio*: <<http://ww.w.cidades.lbge.Gov.br/v3/cidades/municipio/3548500>>, visualizado em 20/05/2017;

MASCARENHAS, Gilmar. **A Bola nas Redes e o Enredo do Lugar: uma geografia do futebol e de seu advento no Rio Grande do Sul**. Tese (doutorado) – Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001;

_____. **Entradas e Bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, 256p.;

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1998;

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 1 ed., 2013;

NASCIMENTO, Guilherme. **Almanaque do Santos FC: 1912-2012**. São Paulo: Magma Cultural e Editora, 2012;

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993;

RATZEL, Friedrich. **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ed. Ática, 1990;

RECLUS, E. **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ed. Ática, 1985;

RIBEIRO, Rubens. **O caminho da bola: 100 anos de história da FPF – I Volume**. São Paulo: CNB Comunicação & Marketing Brasil, 2000;

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2014, 4 ed, 8 reipr.;

_____. SILVEIRA, M.L. **O Brasil: território e sociedade no século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 18ª Ed., 2014;

SARMENTO, Carlos Eduardo. **A regra do jogo: uma história institucional da CBF/Coordenação Adelina Maria Novaes Cruz, Carlos Eduardo Sarmento e Juliana Lage Rodrigues**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 176 f;

SOUZA, Marcelo J.L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de., CORRÊA, Roberto L., GOMES, Paulo C da C (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 8ª edição, 352 p.;

SILVA, Marcos. **O Brasil nas Copas**. São Paulo: Alameda, 2010;

STEIN, L. Ditadura: Da criação do Brasileirão aos elefantes brancos, como o futebol entrou no plano de integração nacional. In: <http://trivela.uol.com.br/da-criacao-brasileirao-aos-elefantes-brancos-como-o-futebol-entrou-plano-de-integracao-nacional/>. Acesso em: 05/06/2016;

TOLEDO, Luiz H. Torcer: a metafísica do homem comum. In: **Revista de História: Dossiê História e Futebol**. Revista de História/ Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. N 163, julho/dezembro de 2010, p. 175-190;

Periódicos

Folha de São Paulo

O Globo

O Estado de São Paulo

Sítios

Globo.com – FutPédia

Portal Trivela

Gráficos e Tabelas confeccionados pelo autor do trabalho (Fonte: Futpédia, Globo.com)

**Anexo I: Tabela de Clubes Por Estado e Região no Campeonato Brasileiro
(1971-1985)**

	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Acre	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amapá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amazonas	0	1	2	2	2	2	2	2	3	1	1	1	1	1	1
Pará	0	1	2	2	2	2	2	2	3	1	1	1	1	1	2
Roraima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rondônia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tocantins	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Paraná	1	1	2	2	2	3	4	5	6	2	3	3	2	1	2
Santa Catarina	0	0	1	1	1	2	2	3	5	1	1	1	1	1	1
Rio Grande do Sul	2	2	2	2	2	3	4	5	7	3	2	4	2	3	3
Distrito Federal	0	0	1	1	1	0	1	1	3	1	1	1	1	1	1
Goiás	0	0	1	1	2	2	3	3	6	2	2	2	2	2	2
Mato Grosso	0	0	0	0	0	1	1	2	3	1	1	1	1	1	1
Mato Grosso do Sul	0	0	1	1	1	1	1	2	2	1	1	1	1	1	1
Espírito Santo	0	0	1	1	1	2	2	2	3	1	1	1	1	2	1
Minas Gerais	3	3	3	3	3	4	5	6	7	2	3	2	3	3	4
Rio de Janeiro	5	5	6	6	6	7	8	9	8	7	5	6	6	6	6
São Paulo	5	5	6	6	6	8	9	12	8	8	7	7	10	6	7
Alagoas	0	1	1	1	1	2	2	2	3	1	2	1	1	1	1
Bahia	1	2	2	2	2	3	3	3	5	2	3	2	2	2	2
Ceará	1	1	2	2	2	2	1	2	3	2	2	2	2	2	1
Maranhão	0	0	1	1	1	1	1	2	3	1	1	1	1	1	1
Paraíba	0	0	0	0	1	2	2	2	3	1	1	1	1	1	1
Pernambuco	2	2	3	3	3	3	3	3	4	3	3	3	2	2	3
Piauí	0	0	1	1	1	1	2	2	3	1	1	1	1	1	1
Rio Grande do Norte	0	1	1	1	1	2	2	2	3	1	1	1	1	1	1
Sergipe	0	1	1	1	1	1	2	2	3	1	1	1	1	1	1
Total	20	26	40	40	42	54	62	74	94	44	44	44	44	41	44
Norte	0	2	4	4	4	4	4	4	6	2	2	2	2	2	3
Sul	3	3	5	5	5	8	10	13	18	6	6	8	5	5	6
Centro Oeste	0	0	3	3	4	4	6	8	14	5	5	5	5	5	5
Sudeste	13	13	16	16	16	21	24	29	26	18	16	16	20	17	18
Nordeste	4	8	12	12	13	17	18	20	30	13	15	13	12	12	12